

# **V ENAPS – Encontro Nacional da Ação Popular Socialista Auditório da CNTE, Brasília, 4 a 6 de maio de 2012**

## **Enfrentar a Crise Defendendo o Legado da APS e Construindo a Nova Era Socialista na Luta!**

“Lutar para nós é ter o que nós criamos.  
Lutar para nós é um destino.  
É uma ponte entre a descrença e a certeza do Mundo Novo”.  
(Agostinho Neto – Dirigente Revolucionário de Angola)

“O liberalismo econômico e político  
não consegue oferecer uma solução para os problemas do século XXI.  
Mais uma vez, chegou a hora de levar Marx a sério”. Eric Hobsbawm

“Nunca se pediu licença para mudar a história.  
Que o povo mande!”  
(palavra de ordem do movimento dos indignados da Espanha)

"Nada deve parecer natural.  
Nada deve parecer impossível de mudar" (Bertolt Brecht)

“Tudo que é sólido desmancha no ar” (Karl Marx)

**Dedicamos o V ENAPS à memória e exemplo  
do camarada Genildo Batista,  
eterno inspirador de nossas energias revolucionárias.**

### **Sumário geral**

#### **Sobre o Socialismo e a Estratégia da Revolução Socialista no Brasil: O Horizonte é Vermelho. O sujeito é o Povo. Ousando Lutar, Venceremos!**

A questão da estratégia e o conjunto de nossas posições

A utopia socialista como alternativa à barbárie capitalista

Romper o cerco ideológico anti-socialista

A necessidade e a possibilidade da alternativa socialista

Questões políticas, econômicas e internacionais da alternativa socialista

A atualidade do resgate histórico da Resistência Indígena, Negra, Feminista e Popular

O ecossocialismo como elemento de nossa estratégia

Nossa estratégia socialista para o Brasil

Agronegócio, latifúndio moderno e reforma agrária

O Brasil como força dominante regional e dependente do Imperialismo global

A questão do sujeito histórico revolucionário

A estabilização da hegemonia política burguesa a partir dos governos petistas  
O contexto histórico e a ação das trabalhadoras/es  
A dialética do período de resistência com retomada de lutas  
APS: desafios estratégicos e nossas divergências  
Nossos Objetivos Estratégicos no acúmulo de forças  
Acúmulo de forças, guerra de posição e de movimento e ruptura revolucionária  
Movimentos sociais, luta institucional e revolução  
Projeto nacional e socialismo  
A atualidade e a compreensão coerente do Programa Democrático e Popular  
Desenvolvimentismo burguês não é Programa Democrático e Popular  
O PDP não foi realizado no Brasil e continua atual  
A contextualização de nossos objetivos estratégicos hoje  
A APS, o PSOL e as Organizações Populares

### **Conjuntura Internacional, Crise e Alternativas: Construir uma Nova Era na luta entre Socialismo e Barbárie**

Vivemos um processo de crise mundial múltipla  
A Crise é prolongada e estrutural  
A tendência da queda da taxa de lucro e atual crise econômica estrutural  
A financeirização, a manifestação conjuntural da crise e a dívida pública  
Os limites estruturais da intervenção dos estados para enfrentar a crise  
A Saída do capital: mais exploração e barbárie  
A reconfiguração do sistema imperialista e o novo papel do Brasil na divisão internacional do trabalho  
A natureza convertida em valor-mercadoria e a radicalização de sua devastação  
As diversas vertentes da contra-ofensiva do capital  
E qual foi o resultado de tudo isto? Crise!  
Menos hegemonia, mais dominação. Menos consenso, mais coerção  
Avançam as Lutas de Resistência em todo o mundo  
O particular e o universal das lutas de resistência, democráticas, populares e anti-capitalistas que emergem no mundo  
A novidade e as fragilidades do “movimento anti-globalização”  
As perspectivas da Indignação dos que vivem do trabalho  
A necessidade de construção de uma síntese programática e novas articulações internacionais  
Uma Nova Era de Luta por uma Nova Era Vital

### **Conjuntura Nacional e Tática: Avançar na Construção da Resistência Popular e da Oposição de Esquerda**

Avançar na Construção da Resistência Popular e da Oposição de Esquerda Brasil: crescimento baixo e predatório, concentração de riquezas e vulnerabilidade internacional  
O papel do governo Lula/Dilma e do PT para a estabilização da hegemonia política burguesa no Brasil  
O IIRSA e o aprofundamento da influência do Brasil na América Latina  
As relações do governo no estado e na sociedade civil  
Com este governo e este bloco de poder, o Brasil não vai superar a dependência, a desigualdade e a ausência de uma verdadeira democracia  
Ampliar e aprofundar a Resistência, construindo a Oposição Programática de Esquerda com um novo movimento social, político e cultural  
A APS, o PSOL e o cenário eleitoral de 2012  
Tarefas centrais da tática para o período

Plataforma de lutas e campanhas

## **Construção partidária: Nova Cultura Política, Hegemonia, Contra-hegemonia e a Questão do Partido**

Cultura, nos sentidos restrito e amplo

Ideologia e cultura

Cultura, ideologia, Hegemonia e Bloco Histórico

Cultura Política e Hegemonia

O que é “velha cultura” política?

Quem organiza a luta dos contrários, do Novo contra o Velho?

A práxis da relação entre vanguarda política, vanguarda social e luta de massas na luta por uma Nova Cultura Política

O produzir e o re-produzir do programa da “Nova Cultura Política”

Nova Cultura Política significa Nova Práxis

As dificuldades da luta por uma nova cultura - Nova Cultura significa nova hegemonia

Cultura, acúmulo de forças e ruptura revolucionária

A luta por uma Nova Cultura após a conquista do poder de estado

De volta à questão da vanguarda

Avançar a ação política e organização do PSOL

APS: legado, crise e luta pela superação

Organizar nossa ação nos movimentos sociais

O Perfil e Funcionamento da APS (síntese)

O V ENAPS reafirma o legado dos princípios estratégicos e da democracia socialista

Uma Nova Era de Luta por uma Nova Era Vital

Coordenação Nacional da APS eleita no V ENAPS

## **Introdução: Um mundo de crise, opressões e lutas**

1. Desemprego atinge 40% dos jovens da Espanha. Jovem se imola queimado na Tunísia. Estado dos EUA em pré-falência. Estado grego meio falido. Estado da Islândia em completa falência. Brasil gasta 45% do orçamento para pagar juros. Obras da Petrobrás destroem culturas indígenas no Peru e Equador. Bombardeios norte-americanos atacam a soberania da Líbia. Selvageria capitalista faz da China uma potência econômica mundial. Selvageria capitalista expulsa indígenas de Belo Monte. Faxina étnica e social nos Mega Eventos da Copa do Mundo no Brasil. Dezenas de Sem Teto morrem congelados nas ruas do inverno europeu. Sem Teto são expulsos a bala de ocupações no Brasil. Sem Teto continuam a fazer ocupações. 700 jovens estadunidenses são presos em manifestação do Occupy na Wall Street. Indígenas e povo do Xingu resistem a Belo Monte. Milhões de chineses participam de 150 mil ações de luta por ano em seu país. Indígenas bolivianos bloqueiam construção de estrada construída pela OAS em suas terras. Jovens se manifestam, derrubam o governo e voltam a se manifestar na Praça Tahrir no Egito. Trabalhadores indianos fazem a maior Greve Geral da história do capitalismo. Jovens imigrantes fazem quebra-quebras generalizados em Paris e Londres. Jovens queimam silenciosamente centenas de carros na Alemanha. 120 mil pessoas participam de comício da Frente de Esquerda na Praça da Bastilha em Paris. Operários fazem greves nas obras do PAC e dos estádios da Copa no Brasil. Estudantes chilenos levam multidões às ruas. Milhões de trabalhadores e jovens desempregados fazem greves gerais e manifestações em Portugal, Espanha e Itália. Barricadas colocam a Grécia em chamas.

2. Estes acontecimentos demonstram uma elevação lenta, dispersa e, em parte, espontânea, mas constante, na temperatura da luta de classes. Destaca-se maior disposição de luta do movimento sindical e popular em 2011 e 2012. A maioria ainda são lutas localizadas, pontuais e sem a presença contra-hegemônica organizada da esquerda, mas mostram que o povo está em movimento e precisamos ter uma política de inserção nesta ação de massas.

3. Enfim, todo dia é dia de luta no Brasil. São centenas de reivindicações e mobilizações diárias. Isto mostra que a estabilização da hegemonia política burguesa no Brasil não é a paz dos cemitérios. Ao contrário, é um campo de contradições e antagonismos que se agudizam em muitas áreas.

## **Sobre o Socialismo e a Estratégia da Revolução Socialista no Brasil: O Horizonte é Vermelho. O sujeito é o Povo. Ousando Lutar, Venceremos!**

### **A questão da estratégia e o conjunto de nossas posições**

1- O presente texto tem como objetivo contribuir para recolocarmos nosso debate estratégico em termos mais politizados, buscando responder a questões importantes que estiveram presentes em nossos recentes debates. O debate estratégico e a concepção de socialismo são fundamentais para entendermos nossas divergências sobre a tática, a construção partidária e nossa relação com os movimentos sociais e a institucionalidade estatal na atual conjuntura. A principal constatação que perpassa o conjunto dessa contribuição é que, em que pese nossas limitações nesse âmbito, a APS (e a anterior Força Socialista) tem tido formulações estratégicas consistentes. Mas, nossa crise de missão histórica está perpassada por divergências que nem sempre são expostas de modo politizado e transparente. Nossa crise levanta questões importantes:

2- Qual o papel da APS no acúmulo prolongado de forças para a revolução socialista? Temos, coletivamente, esse objetivo ou nos resumimos a uma corrente que se divide, hoje, entre uma “resistência” de esquerda, com suas variáveis, e um adaptacionismo tacanho aos “novos tempos” difíceis?

3- Esta crise não é uma novidade nascida em nossa vida no PSOL, pois no PT, pelo menos a partir do governo Lula, também passamos por fortes tensionamentos. As circunstâncias gerais da esquerda, os desafios da conjuntura e nossa inserção no PSOL - com todas as dificuldades e impasses que estamos enfrentando - só evidenciaram e agravaram a crise. A APS vem deixando de ser uma corrente organizada que, coletiva e racionalmente, busca analisar a realidade e intervir nela para viabilizar seu objetivo histórico concreto, a revolução socialista. Disso decorrem diversos problemas, a saber:

a) Várias fragmentações: de movimentos, regionais, parlamentares, etc;

b) Em grande parte, estas fragmentações são marcadas por forte taticismo e institucionalismo ignorando-se questões concretas postas para a organização do povo e o acúmulo de forças para o socialismo;

c) Aparece também uma adesão a perspectivas “desenvolvimentistas burguesas”, cujo caso mais nítido é a recente crise que temos sobre as movimentações políticas e eleitorais no Amapá.

d) E uma concepção diluidora da própria corrente, com variadas implicações em nossa relação com o PSOL e o movimento social.

4- A crise reflete, portanto, as nossas dificuldades em buscarmos respostas às novas questões postas com a estabilização da hegemonia política burguesa no Brasil, tendo o PT e aliados - na institucionalidade estatal e nos movimentos sociais - como principais instrumentos de sua legitimação junto ao povo.

5- Porém, as novas respostas que precisamos não devem significar o abandono de nossas formulações estratégicas, mas sim uma atualização consistente à luz das novas circunstâncias históricas de agravamento da crise estrutural do capitalismo e das condições econômicas, políticas, sociais e culturais do Brasil, levando-se em consideração a sua inserção internacional. Assim, o presente texto busca apontar questões atuais em nossas formulações, suas limitações e alguns pontos que exigem de nós maior aprofundamento na análise e novas tarefas políticas.

6- Na primeira parte do texto, trataremos das questões que, partindo de um balanço das experiências de luta e tentativas de construção “socialistas”, servem de base e orientação para nossas formulações sobre concepção de socialismo. Na segunda parte, trataremos das questões diretamente ligadas à estratégia da revolução socialista no Brasil, apontando limites, questões atuais e outras que precisamos desenvolver. Na terceira parte, levantaremos algumas questões importantes para traçarmos novos caminhos para uma atualizada síntese estratégica.

## **A utopia socialista como alternativa à barbárie capitalista**

7- Nas resoluções sobre Socialismo, Projeto Nacional e Estratégia do VII Encontro Nacional da Força Socialista (1999), afirmávamos a necessidade e a possibilidade da revolução socialista. Encontrávamos-nos em pleno contexto de ofensiva neoliberal e a situação era de defensiva para os socialistas nos cenários nacional e internacional.

8- Frente à crise que se abateu sobre a esquerda com a queda do Muro de Berlim e o fim da URSS, associada à ofensiva neoliberal e seu discurso de “fim da história”, não foram poucas as migrações políticas de setores, outrora de esquerda, para as fileiras dos que combatiam o socialismo como projeto histórico emancipatório ou para as alternativas de “3ª via”. Tais circunstâncias também atingiram fortemente o conjunto da esquerda no Brasil e o PT em especial.

9- Nossas resoluções de final de milênio refletiam, portanto, uma situação paradoxal: por um lado, o neoliberalismo ainda encontrava-se fortalecido como ideologia dominante; por outro, seu modelo já era fortemente questionado. Argumentávamos que a utopia socialista continuava viva, pois o enorme desenvolvimento das forças produtivas, abrindo possibilidades para o fim da escassez e para a conquista de uma vida digna e livre para bilhões de pessoas, não foi acompanhado pela revolucionarização das relações sociais.

10- Essa análise se mantém atual, pois o desenvolvimento das forças produtivas dentro do capitalismo continua abrindo possibilidades amplas e também, pela manutenção das relações sociais, gerando novos problemas e crises. A relação dialética entre desenvolvimento tecnológico/desemprego e precarização do trabalho; a ampliação das possibilidades para produção de alimentos (através da chamada “revolução verde”)/ poluição dos solos, águas e intoxicação humana via agrotóxicos; novas tecnologias da informação (abrindo novas possibilidades de luta social); circulação desregulada de capitais; vão mostrando cada vez mais que o capitalismo vêm se esgotando como modelo civilizatório, em que pese sua capacidade de se auto-reformar através da intensificação da exploração dos recursos naturais e forças produtivas existentes, convivendo com a destruição crescente do meio ambiente e de parte das suas próprias forças produtivas para dar lugar a outras novas.

11- Assim, do final da década de 1990, passando por nossas últimas resoluções de estratégia (2004), podemos observar a confirmação, presente em nossas formulações, da tendência à integração ao capitalismo de todas as esferas da vida social e dos recursos naturais existentes, como exemplifica a retomada da ofensiva das corporações econômicas sobre a água.

12- Além das relações “econômicas”, na esfera política colocávamos a dimensão autoritária do capitalismo como tendência predominante. Tais afirmações mostram-se bastante atuais com os “golpes de estado” dados pelo capital financeiro na Europa, com destaque para a realidade grega.

13- Colocávamos também os limites das medidas paliativas e conciliatórias da social-democracia, que vão se mostrando cada vez mais insuficientes frente à sanha desmedida do capital. O desmonte das conquistas sociais obtidas em consequência da luta dos trabalhadores e que se refletiu na ampliação dos governos de cunho social-democrata no pós-guerra, é uma dura realidade que se estende a cada dia na Europa. E o pior, em muitos países como a ação ativa ou anuência da própria social-democracia. Mesmo na América Latina, grande parte dos partidos que migraram para a perspectiva “social-democrata” foram responsáveis por medidas de continuidade neoliberal com reformas regressivas (casos do Chile e do Brasil), sem realizar as reformas de caráter progressista realizadas nos países centrais da Europa e periféricamente em outras nações.

14- Porém, o ciclo recente das relações sociais capitalistas tem ampliado os desastres sócio-econômicos e naturais, mesmo em ritmos e formas diferenciadas. Milhões de pessoas ainda passam fome, mesmo em países que tiveram crescimento econômico no período recente, vide a situação social dos países do propagandeado BRICS. Além disso, a crise ambiental torna-se cada dia mais grave e as alternativas propostas, como a “economia verde”, mostram-se limitadas e circunscritas à irracionalidade do capital, sendo uma nova variação das diretrizes do

“desenvolvimento sustentável” surgido nos anos 60 e que não se constituiu como alternativa ao capitalismo predatório com os recursos naturais.

15- Importante ressaltar que a questão ambiental vem sendo usada de forma ampla por diversos sujeitos sociais e a esquerda, mesmo com avanços em alguns setores, não tem conseguido realizar fortemente a disputa de massas em torno dela. Mas as lutas contra o Código Florestal, Belo Monte, mega eventos da Copa, os PDDUs, entre tantos outros, vem chamando cada dia mais atenção para esta questão. Coloca-se como necessidade transformar a questão ambiental em pautas políticas que consigam mobilizar a maior quantidade possível de ativistas, articulando questões concretas do cotidiano das pessoas com uma pauta global por outro projeto de civilização.

### **Romper o cerco ideológico anti-socialista**

16- Desenvolve-se, portanto, um terreno fértil em condições objetivas e subjetivas para se recolocar o socialismo como alternativa. Sem dúvidas, é preciso romper o cerco ideológico ocasionado pela crítica, em grande parte legítima, às experiências concretas dos regimes burocráticos do Leste Europeu e pelo enraizamento ideológico do neoliberalismo, que ainda não foi rompido totalmente. Infelizmente, a adesão, em grande parte da Europa e na própria América Latina, da social-democracia e alguns PCs reformistas ao neoliberalismo, dificultou a criação de instrumentos alternativos de massa com ampla penetração nos setores oprimidos e explorados das sociedades na qual se inserem. Em parte por dificuldades de romper o cerco político e ideológico dos antigos representantes da esquerda, em parte por carências de formulação e falta de política organizativa que os permitissem captar novos elementos da luta de classes e dialogar com os novos sujeitos sociais, marcados por identidades e inserções variadas no sistema em cada estado nacional.

17- Coloca-se como atual, até por ter sido uma tarefa não cumprida pelo conjunto da esquerda, inclusive nós, a necessidade de os “revolucionários e democratas radicais de todos os povos a tarefa de um balanço programático. Um redelineamento de seus projetos de uma nova sociedade. É candente a necessidade de construção de uma nova síntese, que capacite os movimentos populares a um enfrentamento contra-hegemônico eficaz contra o mito burguês de que a história alcançou seu final” (Força Socialista, 99, p. 10).

18- É certo que o capitalismo precisa ser substituído e a teoria marxiana nos aponta caminhos gerais. As contradições intrínsecas ao modo de produção capitalista geraram não apenas a classe social capaz de derrubar a ditadura do capital, como apontam o socialismo como o modo de produção para substituir o capitalismo. Mais de um século e meio depois de formulada, os fundamentos da teoria socialista ainda estão atuais, a despeito do que afirmam muitas teorias e ideologias burguesas e pequeno-burguesas. Mas, apesar das permanências, o desenvolvimento do capitalismo trouxe diversas inovações que precisam ser analisadas à luz mesmo do marxismo. A nova composição do operariado e do mundo do trabalho, a derrocada dos chamados regimes burocráticos, o processo de recomposição do capitalismo nestes países, a nova geopolítica mundial, a crise estrutural do capitalismo, a cooptação de segmentos importantes de revolucionários aos quadros da burguesia e do aparato estatal, o papel mundial desempenhado pelo “consentimento” (para usar uma definição gramsciana), o declínio do internacionalismo proletário e a fragmentação da luta revolucionária - assim como a retomada da resistência que agora assistimos - são apenas alguns desses novos elementos que ainda precisam ser melhor analisados. E nós estamos presentes neste esforço.

19- Mais do que atual, esta tarefa vem se colocando como urgente, com o risco de que a sua ausência amplie os espaços para uma recomposição das burguesias que vêm enfrentando crises sociais fortíssimas (Grécia, Portugal, Espanha, Itália, etc.), da própria social-democracia subordinada às receitas neoliberais ou até mesmo o fortalecimento de alternativas de extrema-direita, risco atual da França. As fortes mobilizações no norte da África mostraram como a incipiente organização dos setores de esquerda, até por conta das características sociais,

culturais e políticas dos países da região citada, não foram capazes de evitar uma “transição por cima” (caso do Egito), ou a intervenção armada escancarada das nações imperialistas (caso da Líbia e, possivelmente, da Síria).

### **A necessidade e a possibilidade da alternativa socialista**

20- Em nossas formulações estratégicas, quando discutimos a questão do socialismo no Brasil, iniciamos afirmando a necessidade do “confronto radical com os pilares da renovada e coesa<sup>1</sup> ofensiva ideológica burguesa: o individualismo como baliza ética, o irracionalismo e o subjetivismo filosóficos, o autoritarismo como norma da política e das relações internacionais, o neoliberalismo e o projeto do Estado mínimo no que diz respeito a garantir os direitos sociais, econômicos, culturais e políticos do povo, mas um Estado gigantesco para articular os projetos econômicos do grande capital” (Força Socialista, 99, p. 11).

21- O rebaixamento deste confronto, materializado na conciliação de classes e na adequação da maior parte das esquerdas à institucionalidade burguesa, tem mostrado os seus limites. Por mais que estas esquerdas tenham gozado, e muitas ainda vivem essa situação, de altos índices de popularidade e base eleitoral de massas, tal situação encontra limites nas imposições do capital em dismantelar os direitos sociais vigentes e tornar os estados nacionais periféricos reféns do capital financeiro, alimentado constantemente com uma dívida pública cada dia mais impagável. Já os países centrais do capitalismo vêm, com ritmos e formas diferenciadas, desmontando as conquistas da era social-democrática, gerando, inclusive, a ampliação das tensões internas.

22- Além disso, conforme já posto anteriormente, a esquerda que não se dobrou ao neoliberalismo precisa compreender e estabelecer vínculos com os novos sujeitos que hoje constituem a classe trabalhadora. Isso serve, inclusive, para o Brasil, já que nem toda a classe trabalhadora está automaticamente vinculada às organizações de massa tradicionais da “esquerda” brasileira, além de estarem sofrendo outras formas de repressão e negação de direitos não necessariamente associados ao local de trabalho, mas que tem amplo impacto nas condições de sua reprodução social.

23- Como regra geral, a classe trabalhadora vive uma situação de fragmentação em que avança a resistência, mas ainda falta um projeto estratégico que transforme a crítica ao neoliberalismo, cada dia mais falido como modelo e precisando valer-se de expedientes autoritários, em um projeto alternativo global. Esta tarefa não é simples, evidentemente, mas exige perseverança e ação consciente para driblar os impasses que se colocam. Não é a primeira vez que passamos por situações difíceis, mas agora vivemos um contexto em que o “canto da sereia neoliberal” perde terreno ideológico, sem que uma alternativa capaz de superá-lo esteja posta, embora parte das suas condições objetivas estejam se desenvolvendo, podendo avançar, recuar ou ser administrada por outras alternativas de conservação do modelo.

24- Importante reafirmar que não existe desenvolvimento linear na história, que não necessariamente uma crise econômica e social gera todas as condições objetivas e subjetivas para que forças contra-hegemônicas, quando estas conseguem se constituir, possam virar o jogo em nome dos “de baixo”. Só a combinação - complexa e que envolve múltiplas variáveis - de sujeitos históricos oprimidos e explorados em contradição consciente com o sistema, articulado a uma vanguarda política legitimada e decidida a agir, poderá viabilizar projetos políticos transformadores do atual “deserto do real” para o qual o capitalismo tem nos levado.

25- Continua, portanto, “no centro de uma alternativa socialista [...] algumas definições de fundo, em particular sobre as questões da alienação/desalienação do trabalho, da democracia, da cultura, das relações de gênero, da questão étnica, da questão nacional, das relações

---

<sup>1</sup> Nos dias atuais, os dogmas neoliberais são bastante questionados, impondo diversos limites para sua aceitação passiva e ativa, sendo que sua capacidade de renovação e a própria coesão, que em outros momentos lhe deram condições de ser implementado pela via democrática-liberal, é cada dia menor.



internacionais e regionais e dos recursos naturais. E também sobre os rumos, ritmos e métodos de sua implementação” (APS, 2004, p.03).

### **Questões políticas, econômicas e internacionais da alternativa socialista**

26- Ainda são extremamente relevantes diversos elementos econômicos que abordávamos em nossas formulações estratégicas de 1999 e 2004. 1) A necessidade de controle político e social dos vetores do desenvolvimento econômico, voltado sempre para atender as necessidades básicas da maioria; 2) a quebra dos monopólios privados, convertendo-os em propriedade pública democraticamente gerida; 3) o desenvolvimento, de variadas formas, dos setores não monopolistas; 4) que os caminhos dos novos elementos econômicos alternativos ao capitalismo não se transformem em instrumentos de concentração de poder econômico e político, etc.

27- São estas questões que nos orientam a combater a monopolização/oligopolização cada vez mais forte da economia nacional (e também internacional), agravada pela especialização regressiva (primário exportadora) do Brasil na sua relação com o cenário econômico internacional. Não é tarefa dos socialistas viabilizar o desenvolvimento econômico monopolista, por mais empregos que ele gere temporariamente ou permanentemente. Muito pelo contrário, nossa ação política em todas as esferas deve sempre ir na perspectiva de combatê-los e desenvolver/fortalecer, dentro de condições determinadas, formas econômicas não-monopolistas, cooperativas, democráticas e ambientalmente responsáveis com as atuais e futuras gerações.

28- Nossa concepção política de socialismo também é marcada pela compreensão da democracia como valor estratégico, entendendo que no programa que apresentamos de transição ao socialismo, ela tem um perfil de classe, voltada a fortalecer o poder de decisão da classe trabalhadora. Nossa perspectiva socialista de democracia pressupõe controle do poder de estado e existência de uma legalidade que garanta o verdadeiro pluralismo político, cada dia mais inviabilizado na democracia liberal burguesa baseada no financiamento privado de campanha, forte oligopolização da mídia, distorções nos sistemas de representação e falta de controle social sobre os mandatos.

29- Estes limites da democracia liberal burguesa estão cada dia mais evidentes. Seria muita ingenuidade afirmar que as lutas sociais que vão se desenvolvendo (especialmente na Europa e nos EUA) estejam hoje polarizadas por uma alternativa política e econômica socialistas, mas muitas das suas críticas ao sistema e as alternativas propostas, aproximam-se de elementos políticos de uma nova democracia, impossível nos marcos atuais do capitalismo.

30- A manutenção da ingerência imperialista nos países da periferia do sistema, de forma direta ou indireta; militar ou através das elites internas de cada país; com governos indicados diretamente pelo capital financeiro, dentre outras formas, faz com que a orientação geral da nossa política internacional, orientada pela perspectiva socialista, mantenha-se correta ao sustentar-se nos seguintes princípios: a) “defesa do direito à auto-determinação dos povos frente a todos os imperialismos; b) direito à sublevação popular como manifestação da soberania nacional; c) direito à descolonização no sentido amplo; d) combate aos racismos e preconceitos; e) defesa da paz e das soluções negociadas sobre conflitos de fronteiras e entre nacionalidades; f) defesa do desarmamento nuclear, químico e biológico de todos os países; g) solidariedade internacional” (APS, 2004, p. 04), assim como o direito de luta pela dissolução da sociedade de classes.

### **A atualidade do resgate histórico da Resistência Indígena, Negra, Feminista e Popular**

31- Nenhuma revolução socialista terá êxito se não assentar-se nas tradições de luta e nas características culturais do seu povo. A discussão sobre o sujeito histórico da revolução não se restringe às dimensões políticas e econômicas *strictu senso*, até porque ambas fazem parte de uma totalidade complexa, envolta na cultura dos diversos segmentos sociais que forjaram o povo brasileiro. As desigualdades raciais e de gênero fizeram, e ainda fazem, parte dos mecanismos de dominação, gerando também 512 anos de resistência.

32- Partindo desta constatação, afirmamos em nossas resoluções de 1999, reafirmadas em 2004, que “é preciso que os socialistas tenham claro e pratiquem, desde já, o combate às desigualdades e discriminações gênero, etnia, raça, religião e orientação sexual, bem como se pautem pela defesa dos direitos humanos. Combate este que exige aprofundamento na transição socialista com a aplicação de políticas de ação afirmativa em todos os níveis. No Brasil, a opressão de gênero e etnia, especialmente dos indígenas e afro-descendentes, tem sido reproduzida, adaptada e ideologicamente disseminada no meio do povo, em cada etapa do desenvolvimento do país, desde a invasão dos portugueses. Cabe, portanto, conferir centralidade, hoje, a estas temáticas para que o socialismo, de fato, abra caminho para uma fase da história que elimine estas manifestações” (FS, 99, p. 19).

33- Interessante observarmos que, mesmo que a adoção de políticas de ações afirmativas tenha se ampliado no Brasil no início do século XXI, as desigualdades de raça ainda são fortes, sendo os negros, chamados de “pardos” e indígenas as principais vítimas da pobreza, da violência estatal e das milícias privadas, seja ela por a) motivações puramente racistas (ataque ao “tipo suspeito”); b) em decorrência da criminalidade; c) despossessão de comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas); d) ou criminalização de movimentos sociais rurais e urbanos (como mostra o recente caso de Pinheirinho).

34- No Brasil, onde dados recentes mostram que negros e “pardos” já constituem oficialmente a maioria da população brasileira, a questão racial não pode ser totalmente resolvida nos marcos do capitalismo, onde as ações circunscritas às cotas, mesmo sendo importantes e defendidas por nós, só atingem uma parcela destes segmentos. A necessidade de articular ações afirmativas e políticas públicas universais coloca-se na ordem do dia, sendo importante mecanismo de luta contra um estado que, mesmo aceitando fazer pequenas concessões no período recente, continua a serviço das minorias políticas e econômicas nacionais negando estes direitos no geral e a demarcação dos territórios quilombolas.

35- Quanto às mulheres, as desigualdades de gênero ainda persistem e os tímidos mecanismos de combate a este quadro são fortemente combatidos pela elite nacional ou por setores religiosos. O recente ataque às medidas punitivas contra empresas que pagam salários diferentes para homens e mulheres no exercício da mesma função e com mesma formação, mostra que a desigualdade econômica de gênero é funcional à exploração da classe trabalhadora. As restrições aos direitos da mulher sobre seu próprio corpo continuam fortes. Porém, a modificação deste cenário depende da intensificação das lutas sociais e do intenso combate ideológico à naturalização das diferenças entre homens e mulheres.

36- Estas lutas devem estar vinculadas a objetivos estratégicos mais amplos, significando um resgate das mais diversas e variadas tradições de luta de nosso povo. Continua sendo muito importante resgatar as experiências e símbolos que demonstrem que o povo brasileiro lutou, resistiu e até mesmo desenvolveu experiências em contradição com a ordem desigual e injusta a que sempre foi submetido (como os quilombos e outras). Infelizmente, sempre fizemos isso de forma muito parcial e raras vezes articulada nacionalmente. A exceção à regra foram as mobilizações críticas às comemorações dos 500 anos de conquista portuguesa e as iniciativas regionais, especificamente em Belém e em Salvador, que buscaram de modo mais sistemático realizar disputas eleitorais e nos movimentos sociais amparadas simbolicamente na trajetória de resistência indígena, negra, feminista e popular.

### **O ecossocialismo como elemento de nossa estratégia**

37- Embora, em nossas resoluções de estratégia, nunca tenhamos usado o termo “ecossocialismo”, a questão se encontra em nossas concepções estratégicas desde 1999. Naquele momento, afirmávamos que “a transição socialista não se limita ao plano da economia e da política. Buscamos uma nova sociedade que potencialize todos os valores culturais construtivos dos povos, bem como que institua uma nova relação entre o desenvolvimento da humanidade e a proteção ao ambiente natural” (FS, 99, p. 18-19).

38- Mais adiante, nesta mesma resolução que foi reafirmada em 2004, colocávamos que “temos certeza que o socialismo não poderá ser a extensão do padrão de consumo dos 5% mais ricos para toda a humanidade. Não haveria produção de energia nem recursos naturais suficientes para isto. É possível e necessário que todos tenham todos os bens essenciais. É possível e necessário oportunizar formas de lazer diversificadas a todos, assim como acesso a bens culturais tradicionais e à tecnologia de informação de ponta. Mas não é possível nem desejável que todos comprem um par de tênis novos por dia. Então, trabalhar para ganhar a sociedade para que, no futuro socialista mundial, recuse este padrão societário tão predatório quanto insustentável ambientalmente, passa a ser um componente da disputa contra o consumismo. É por isso que devemos realizar uma permanente defesa da vida e do planeta, no sentido de que seus recursos naturais e a produção humana sejam apropriados em condições de igualdade” (FS, 99, p. 19).

39- Nas resoluções de 2004, já à luz do governo Lula, atualizamos nossas formulações incluindo o tema da fertilização natural; regulamentação da manipulação e uso do solo, combatendo as situações predatórias; combate aos transgênicos e controle social e ético sobre as pesquisas científicas vinculadas à produção alimentar; conservação do patrimônio hídrico (que já motivam incursões geopolíticas e econômicas internacionais). Estas temáticas adquirem cada vez mais força, mobilizando diversos ativistas sociais por dentro e por fora das organizações de esquerda tradicionais.

40- O próprio MST e outros movimentos de sem terra em geral tem cada dia mais incorporado em suas discussões internas e posições externas a perspectiva de um novo modelo agrícola, baseado no combate ao agrotóxico, transgênicos e na soberania alimentar. Esta questão está imersa em discussões internas do movimento que se relacionam às suas próprias contradições e possibilidades de mudanças frente à realidade dos governos do PT, cada vez mais vinculados organicamente ao modelo agrícola baseado na grande propriedade e na produção de commodities. Porém, não deixa de ser importante destacar aqui a atualidade e força social de nossas formulações, mesmo pouco desenvolvidas, sobre esta questão.

41- Obviamente que a apropriação e ressignificação política e econômica das questões ambientais pelo capital deve ser enfrentada por nós. O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e o objetivo do crescimento econômico composto e regular do sistema trazem consigo iminentes riscos de insegurança alimentar (vide caso do México) e catástrofes ambientais cada vez piores e impossíveis de prever, penalizando, sobretudo, as populações mais pobres. As recentes discussões em torno da “economia verde” nada mais são do que formas de mercantilização da natureza, sem mudanças nos pressupostos que sustentam o sistema e criam relações predatórias com o meio ambiente.

42- Portanto, a crítica aos padrões societários consumistas estava presente em nossas formulações de fim de século e hoje se coloca como tema com maior relevância e visibilidade, marcada por variadas formas de manifestação. Cabe a nós aprofundarmos nossas discussões sobre o tema, dando maior centralidade para ele e, ao mesmo tempo, desenvolvendo linhas de massas que não se restrinjam às formas como o capitalismo trabalha a questão (consumo responsável; responsabilização individual pelo mau uso dos recursos naturais; reciclagem, etc.).

### **Nossa estratégia socialista para o Brasil**

43- Nas partes anteriores do presente texto, problematizamos sobre alguns elementos que orientam as nossas concepções estratégicas sobre o socialismo no Brasil. Nas resoluções de 99 e 2004 dizíamos que “uma estratégia é um caminho geral, provável e possível para chegar a um objetivo. O nosso objetivo é o socialismo: uma sociedade democrática, multi-cultural e pluri-étnica, onde o povo governe superando todas as formas de exploração, dominação, opressão e discriminação entre homens e mulheres e preservando a natureza” (APS, 2004, p. 02).

44- Desde o ponto de vista histórico, a análise da gênese dos diversos modos de produção conhecidos indicam que as transformações ocorridas tem um importante elemento em comum:

tanto o modo de produção asiático, quanto o escravismo, o feudalismo e/ou o capitalismo, surgiram como germes dentro do modo de produção imediatamente precedente. As relações de produção burguesas foram se estabelecendo paulatinamente dentro do feudalismo até que se tornaram dominantes. Isso se explica porque todos esses sistemas estavam assentados na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do homem pelo homem. Essa dinâmica é impossível na revolução socialista. Só a partir da conquista do poder estatal poderemos modificar as bases da economia, e não o inverso. Isso porque a revolução socialista tem como um dos princípios fundantes a expropriação da burguesia, o fim da propriedade privada dos meios de produção e o fim da exploração.

45- Mas, a construção de um “caminho geral, provável e possível” deve partir, segundo nossas resoluções de 1999 e 2004, das particularidades nacionais e de como estas se relacionam com o mundo capitalista contemporâneo. Portanto, nosso caminho para o socialismo no Brasil deve partir da “realidade de um país onde o capitalismo se afirmou sem passar pela realização de uma reforma agrária; onde a ascensão burguesa se deu de uma forma passiva; e onde o processo de industrialização permitiu, em determinado momento, o surgimento de um proletariado industrial numeroso e concentrado em grandes unidades produtivas, empresas e centros urbanos, mas não rompeu a dependência econômica do Brasil em relação ao imperialismo, que ora vem se aprofundando.

46- Mesmo não sendo uma sociedade do centro capitalista, em nosso país gestou-se a possibilidade de construção do socialismo em condições estruturais menos difíceis do que em vários países onde já ocorreram processos revolucionários. Um país onde ainda não se constituiu uma força política revolucionária capaz de derrotar as classes dominantes, mas cujo povo tem uma tradição de luta desde a ocupação de nosso território pelos portugueses. Um país onde, nos anos mais recentes, o povo trabalhador obteve importantes acúmulos políticos nos movimentos sociais e na institucionalidade estatal, os quais, mesmo com importantes ambigüidades estratégicas, vacilações táticas e mesmo retrocessos, são resultado da luta popular e expressão de sua vontade de transformações (APS, 2004, p. 06). Entretanto, como veremos adiante, a nova situação instalada com a estabilização da hegemonia política burguesa a partir do governo Lula da Silva, piorou a correlação de forças para a luta socialista.

47- No geral, podemos observar que o país não passou por alterações estruturais fundamentais das questões postas em nossas resoluções de 1999 e reafirmadas em 2004, mas não podemos ignorar que houve mudanças econômicas e políticas importantes nas relações capitalistas internacionais e que isto teve um impacto direto na forma como o país relacionou-se com o imperialismo no período recente e na sua própria correlação de forças interna.

48- Continuamos sendo um país com infraestrutura razoavelmente desenvolvida, principalmente se a compararmos com alguns países da América Latina no período atual e até mesmo com aqueles que passaram por experiências revolucionárias no século XX (Rússia, China e Cuba, por exemplo).

49- Porém, o desenvolvimento desta infraestrutura continua subordinado a uma dependência estrutural da economia brasileira, mesmo que esta tenha mudado, parcialmente, de eixo, deslocando-se do ocidente (particularmente dos EUA) e ido para o oriente (particularmente para China). No Brasil, grande parte dela está voltada a uma dinâmica de especialização regressiva, onde a produção de commodities agrárias e minerais tem sido o centro do nosso desenvolvimento econômico recente (ver Resolução de Conjuntura Internacional).

### **Agronegócio, latifúndio moderno e reforma agrária**

50- Estas circunstâncias trazem algumas dinâmicas regressivas importantes para o país e para a manutenção da estabilidade da hegemonia política burguesa no Brasil, gerando impasses para as forças democráticas, populares e socialistas. Primeiramente, os recentes dados da balança comercial brasileira têm mostrado os sucessivos déficits em produtos de média e alta tecnologia. Esta situação mantém o Brasil distante da fronteira tecnológica construída a partir da

3ª revolução industrial, associada à micro-eletrônica e às novas tecnologias da informação. Nossos gastos orçamentários em ciência e tecnologia somaram, no orçamento executado de 2011, somente 0,32%. Os investimentos em educação ficaram restritos a 2,99%.

51- Em segundo lugar, podemos observar que o agronegócio fortaleceu-se imensamente nos governos do PT. Como citamos em nossa Resolução de Conjuntura Nacional, “em 2003, eram 112 mil proprietários com 215 milhões de hectares. Agora, 130 mil proprietários concentram 318 milhões de hectares. Ou seja, levou 500 anos para 215 milhões de hectares passarem às mãos dos latifundiários e apenas oito anos de governo petista para mais 103 milhões de hectares serem concentrados nos latifundiários”.

52- A partir disso, não é difícil constatar que a reforma agrária foi abandonada pelo PT ao chegar ao governo, só fazendo parte da sua retórica. Além disso, com o auxílio ou permissão do Estado, os latifundiários brasileiros vão expandindo-se para além das fronteiras nacionais, gerando, inclusive, conflito com “sem terras” do Paraguai. Soma-se a isso o apoio governamental para instalação da agroindústria brasileira, produtora de commodities, para países africanos mais próximos dos seus principais mercados consumidores como China e Índia.

53- Em contrapartida, há uma crise nos movimentos brasileiros de luta pela terra, especialmente o MST, por ter sofrido uma derrota na luta pela reforma agrária, já que o governo (que é apoiado pela maioria dos movimentos), tem aliança prioritária com o agronegócio. Também ocorreram dois fenômenos que precisam ser compreendidos por nós. Um deles é a cooptação e a força do individualismo burguês nos assentamentos originados da luta travada pelos movimentos, isto é, uma parte dos assentamentos não consegue avançar nas experiências cooperativas e voltadas para a soberania alimentar contrária ao uso de agrotóxicos e vão sendo disputados por uma lógica particularizada de resolução dos problemas de financiamento (público em sua grande maioria, via PRONAF), produção e comercialização. Nos dois últimos aspectos, muitos se deslocam para a produção de culturas direcionadas para o biodiesel e não para a produção de alimentos.

54- Quanto aos não assentados que ainda lutam pelo seu pedaço de terra, há certo esvaziamento desses setores do movimento ocasionado pela ampliação dos programas focais de combate à pobreza (Bolsa Família) e também pela ampliação dos empregos formais, especialmente nos grandes centros urbanos. Não quer dizer que a luta pela reforma agrária não se coloque como questão fundamental e que ainda não haja milhares de lutadores espalhados pelo país realizando suas ações, mas existem mudanças importantes ocorrendo nos sujeitos sociais e políticos ligados diretamente a esta luta. Precisamos ampliar nossa compreensão sobre isso para avançarmos no enfrentamento aos latifundiários e na luta pela democratização do acesso a terra.

### **O Brasil como força dominante regional e dependente do Imperialismo global**

55- Nas relações internacionais, o Brasil adotou, especialmente no governo Lula, uma postura que negocia os interesses de grandes capitais instalados no país, em relação aos países do centro capitalista, especialmente aos EUA. Não se trata de uma postura anti-imperialista, mas sim de negociações dentro desta estrutura em defesa dos interesses das empresas (nacionais, estrangeiras e associadas) que produzem em nosso território, no comércio internacional. A diversificação dos mercados para os produtos e serviços brasileiros (especialmente primários), diminuindo a dependência de mercados de commodities em relação aos EUA e aumentando-a em relação à China, é uma das chaves explicativas de como o governo Lula conseguiu diminuir os impactos da crise mundial na economia nacional no biênio 2008-2009, ao contrário do ocorrido no México no mesmo período. Mas isto não diminui a dependência estrutural do Brasil, muito pelo contrário.

56- Existe uma nítida e contínua ampliação da internacionalização de setores da economia nacional, mais notadamente o agronegócio e as grandes construtoras (basta lembrarmos o papel que elas vem desempenhando em grandes empreendimentos na América Latina, como o IIRSA, e

na África lusófona). A formação da AMBEV, já no final do governo FHC, da BrasilFoods (fusão entre a Sadia e a Perdigão) e o papel da PETROBRAS são três exemplos de auxílio do estado brasileiro, via bancos estatais como BNDES e Caixa Econômica Federal, na formação de monopólios/oligopólios capazes de atuar na arena econômica internacional.

57- A Iniciativa de Integração Regional Sul Americana (IIRSA) é um mega projeto de integração econômica e política da América do Sul a serviço do grande capital, especialmente buscando criar as condições de infra-estrutura para a produção e extração de commodities (mineração e agronegócio) para a exportação. Envolve os países da América do Sul, especialmente Brasil, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela. O IIRSA foi planejado nos tempos de FHC em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o BIRD (Banco Mundial) e fazia parte do PPA (Plano Plurianual) “Avança Brasil”. Mas só começou a entrar de fato em prática durante o governo Lula, quando o PAC incorporou os “eixos de integração” de FHC e entrou em cena o BNDES como o seu principal financiador.

58- Mas, não sendo um projeto isolado, se insere no circuito capitalista imperialista global, atendendo à sua reprodução planetária. É, portanto, um grande projeto de hegemonia regional do Brasil, dentro da cadeia imperialista, onde o Brasil se insere de modo estruturalmente dependente, liberal periférico e encarregado da produção de bens primários e com baixo valor agregado (ver Resolução sobre Conjuntura Nacional).

59- A partir dessa situação, cresce a posição de dominação do estado e de empresas brasileiras na América Latina, mas também com extensões na África (ver resolução de Conjuntura Internacional). Além disso, os interesses das empresas envolvidas nessa extensão das suas atividades podem ser ameaçados pelas lutas internas de cada país. A luta das populações indígenas bolivianas contra projetos de infraestrutura nocivos ao meio ambiente e às comunidades tradicionais levados adiante por empresas brasileiras, financiadas pelo BNDES, é exemplo disso.

60- Em outro momento de nossas resoluções estratégicas afirmávamos que “nos últimos anos, a combinação da revolução tecnocientífica em curso, com o neoliberalismo e a mundialização de mercados, provocou um aumento da exploração e das desigualdades sociais da grande maioria da população, aprofundando o desemprego, o analfabetismo, a violência, as doenças, a fome, a depredação da natureza e as discriminações. Mais do que isso, este processo trouxe uma série de mudanças na propriedade, nas relações de trabalho, nas comunicações, nas formas de sociabilidade, na cultura e na política [...] Uma forte tendência à concentração de capitais, de meios de comunicação e de poder político e militar. A desconcentração das unidades fabris, o aumento da exploração do trabalho (através de mecanismos como a terceirização e outras formas de precarização), combinadas com a aplicação em massa das técnicas gerenciais e novas formas de organização da produção introduzidas pelo capital, dificultam a organização dos trabalhadores nas formas clássicas do período taylorista-fordista. No período anterior do capitalismo, os setores dos trabalhadores mais importantes economicamente, eram também os relativamente mais numerosos e concentrados. Hoje, os mais importantes economicamente, são relativamente minoritários e uma grande massa de excluídos, ainda crescente, não consegue nem vender sua força de trabalho, ficando relegada ao desemprego e subemprego” (APS, 2004, p. 06).

61- Mais uma vez, no geral, tais afirmações continuam atuais. Evidentemente que tal processo não é linear e nem todos os governos aceitam tais circunstâncias de forma pacífica. Oscilações podem acontecer e aconteceram de fato. Estas oscilações dependem da ação política e econômica de cada governo no estado-nacional e da correlação de forças interna e externa.

### **A questão do sujeito histórico revolucionário**

62- Os limites da esquerda frente a esta situação nos leva a avaliar a questão do sujeito histórico, apontando quais elementos se mantêm atuais em nossa formulação e o que precisa ser compreendido e quais ações políticas podemos e devemos desenvolver. As recentes mudanças

nas relações sociais de produção geradas pela revolução tecnocientífica e a mundialização dos mercados mudou bastante o perfil das classes sociais, conforme citação feita anteriormente.

63- O Brasil é um país plenamente capitalista com grande concentração de cerca de 80% de sua população vivendo nas cidades, principalmente grandes e médias. O povo brasileiro, são dezenas de milhões de mulheres e homens que vivem do trabalho. Estão espalhados por todo o país, produzindo sob diversas relações de trabalho. Desde o assalariamento formal (carteira assinada) ou informal (sem carteira) a diversas e múltiplas formas supostamente não assalariadas, ainda mais precarizadas, sob a forma de autônomos, cooperativizados de fachada, “empresários” individuais, etc. Formas diversas encontradas pelo capital para melhor explorar o trabalho. Estão na indústria, no comércio, no setor de serviços, no setor financeiro, na agropecuária, na mineração e em atividades domésticas. São trabalhadores do setor privado e servidores públicos e do chamado terceiro setor. Vendem sua força de trabalho diretamente ao patrão, ou sendo terceirizados e quarteirizados. Há uma massa de milhões de precarizados, sub-empregados, desempregados sazonais ou crônicos. Há os que desistiram de procurar emprego. São operários e camponeses. Sem terra, sem teto e moradores em bairros e localidades rurais precárias. São dezenas de milhões que vivem, em sua grande maioria, com um salário menor do que deveria ser o salário mínimo. São trabalhadores “manuais” e “intelectuais”.

64- Mas são também alguns milhões que são pequenos produtores individuais ou coletivos. Que trabalham e produzem coletivamente em formas tradicionais como os indígenas, quilombolas, posseiros, extrativistas. Ou organizações novas de produção coletiva no campo, na economia solidária, em fábricas ocupadas, cooperativizados autênticos. Ou pequenos produtores individuais, camponeses com pouca terra, artesãos, pequenos comerciantes e pequenos empresários. E não podemos esquecer as donas de casa, cujo trabalho não tem visibilidade e é desconsiderado.

65- Enfim, é um imenso mundo de proletários e pequenos produtores que, sob diversas formas, vendem sua força de trabalho para a realização da mais valia e são desprovidos dos meios de produção. Ou seja, mesmo os que não têm patrão, também estão inseridos no ciclo de reprodução do capital. São todos trabalhadoras e trabalhadores. São o mundo do trabalho. São os que vivem do trabalho. Esta é a classe dos que vivem do trabalho e não da exploração.

66- Estes são os que vivem do trabalho, mas também que estão entrecruzados por várias outras identidades e diferenças. São iguais, porque vivem do trabalho e estão do outro lado do capital. Tem as diferenças impostas pelo capital, que fragmenta a classe objetivamente com suas múltiplas formas de relações de exploração, opressão e dominação. Mas tem também as diferenças de nossas identidades valorizadas positivamente. São mulheres e homens; negros, brancos, indígenas, orientais, mestiços de vários tipos; de muitas origens étnicas brasileiras e imigrantes de todos os recantos do mundo, voluntários ou forçados por diásporas. São LGBTs, jovens, adultos, idosas e idosos, portadores de deficiência. Com tradições regionais, religiosas, culturas diferenciadas e tradições impostas pelos dominantes ou de resistência e luta. Que valorizam estas identidades e diferenças positivas, mas lutam pela igualdade substantiva, como trabalhadoras e trabalhadores – que só pode ser real com o fim da exploração do capital. E o capital que nos separa é o capital que nos une na luta contra ele. Este é o povo.

67- São a base social onde repousa a possibilidade de se construir uma vanguarda social, política e cultural. Desta base social, todo dia nascem lideranças espontâneas, uma vanguarda social. Esta é a base da sociedade de onde nasce a força social revolucionária, os intelectuais do povo que dirigem as grandes organizações e frentes de mobilização e luta das massas populares de nosso país. De onde nasce o sujeito de vanguarda política, ideológica e cultural: as organizações político-partidárias socialistas, comunistas, revolucionárias reformistas radicais, libertárias, emancipadoras.

68- Estes são os que vivem do trabalho. Estes são o povo explorado, oprimido e discriminado. Estes são os únicos capazes de se emancipar, emancipando o Brasil e a humanidade. Por isso, nós da APS cantamos: “eu sou do povo, sou comunista, sou da Ação Popular Socialista”.

### **A estabilização da hegemonia política burguesa a partir dos governos petistas**

69- Lula da Silva, o PT e todos que se incorporaram a funções importantes no estado, não construíram uma nova hegemonia. Ao contrário, se adaptaram e reforçaram aquela existente, amadurecendo sua reconfiguração programática, política e ideológica - o que vem resultando na consolidação e estabilização da hegemonia política burguesa nas instituições estatais, na economia e na sociedade civil, no interesse do grande capital.

70- O início do primeiro mandato de Lula da Silva, coincide com um momento internacionalmente favorável e vantajoso para as exportações. Entretanto, o governo será ativo neste processo. Vai mobilizar instituições, alterar legislações e dirigir recursos estatais para atender principalmente a duas frações do grande capital: a financeira e a primário-exportadora, principalmente o agronegócio.

71- A isto seguiu-se, já na transição para o segundo mandato lulista, uma presença mais ativa do estado na vida econômica, inclusive durante a agudização da crise econômica mundial (2008-2009), quando o impacto um pouco menor desta crise no país demonstrou que medidas sociais pontuais (como o Bolsa Família e o pequeno aumento no salário mínimo e do financiamento para pequenos produtores), que não mexiam na lógica macroeconômica ortodoxa, mas ampliavam moderadamente o mercado interno, também serviam ao capital. O que também reforçou a necessidade do estado agir na viabilização da infra-estrutura (em parceria e a serviço do capital privado), através do chamado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Assim, uma presença mais ativa do estado antes da crise (financiando investimentos privados e estimulando o capital monopolista através de fusões de grandes empresas e associações de privadas com estatais) e durante a crise – reduzindo impostos e cobrindo o rombo dos grandes empresários que tiveram prejuízos - foi vista como positiva pelo empresariado.

72- Também houve estímulos aos chamados “setores produtivos”, via os bancos estatais (principalmente o BNDES), a Petrobrás, os fundos de pensão e a ampliação do crédito ao consumidor, especialmente o crédito consignado. Há, então, uma recomposição do bloco de poder, agora inserindo parte do chamado “setor produtivo” (em grande parte associado aos capitais financeiro, comercial e de serviços) entre suas frações hegemônicas - com destaque para as grandes empreiteiras e outras empresas em torno de sua cadeia produtiva (fornecimento de máquinas, equipamentos e matérias primas etc).

73- Portanto, as características predominantes dos três governos petistas não nos permite tergiversar sobre sua identidade social liberal, combinando políticas sociais focais e limitadas melhorias no consumo, com uma concentração de riqueza, terra e poder, em amplo privilégio ao capital financeiro e primário exportador. Seu limite é um desenvolvimentismo mitigado (moderado), que intensifica a exploração dos trabalhadores e é ambientalmente destruidor, concentrador de riqueza nas mãos do grande capital e na região centro-sul do país. Isto se combina com características neocolonialistas nos investimentos na Amazônia. E, na relação com os países vizinhos, vem desenvolvendo formas de dominação econômica e política, procurando favorecer a realização dos lucros das empresas capitalistas às custas da natureza, da solidariedade internacional e da unidade dos povos latino-americanos.

### **O contexto histórico e ação das trabalhadoras/es**

74- Estas circunstâncias históricas contribuíram para o enfraquecimento da ação dos trabalhadores através dos seus instrumentos tradicionais (sindicatos), somada a opção de diversas vanguardas que sucumbiram às negociações rebaixadas e posturas conciliatórias, abrindo mão da mobilização, autônoma e independente, como instrumento de pressão. Óbvio que o terreno da reestruturação produtiva e os altos índices de desemprego e precarização das condições de trabalho foram importantes elementos que permitiram o florescimento da burocratização sindical, mas não podemos ignorar que a posição conciliatória não se sustentava



somente em mudanças estruturais, mas também em perspectivas ideológicas que rebaixaram o horizonte da luta política.

75- Mas, em nível internacional, com o recrudescimento da crise estrutural do capitalismo, há um a retomada das lutas do povo trabalhador, dos que vivem do trabalho, em todos os continentes do mundo, mesmo que de modo desigual. Como regra geral, as características das mobilizações são de resistência. Ou seja, não visam novas conquistas, mas garantir direitos já constituídos, contra os ataques neoliberais do capital. Porém, em alguns casos, como na Índia e China, há importantes lutas pela conquista de direitos sociais e trabalhistas ainda não institucionalizados. Em outros, como em parte do Norte da África, esta resistência avançou no sentido de luta por conquistas democráticas.

76- Estas lutas têm características diferentes de outros momentos desde a década de 60. Os movimentos atuais são socialmente mais enraizados, massivos, com mais amplitude e pluralidade política e de forte conotação anticapitalista e ambientalista e usando diversas formas de luta e organização. Mas encontrou a esquerda mundial e brasileira enfraquecidas, depois de longo período de descenso e derrotas políticas e ideológicas. E a esquerda está tendo que se reconstruir, tendo como base tanto novas como tradicionais formas de luta e organização, tanto sociais como político-partidárias.

77- Assim, coloca-se como necessário revitalizar instrumentos tradicionais da luta de classes, criando também novas alternativas onde as condições permitirem. Mas é preciso ir além e construir lutas onde as condições da reprodução social do trabalhador estejam ameaçadas, sendo que muitas delas não ocorrem no local de trabalho. A luta pela democratização dos espaços urbanos e rurais continua movimentando milhares de ativistas em todo o país, passando por um processo de intensificação das contradições no último período. Contradições estas associadas às medidas de expropriação do povo tomadas pelo capital tanto nas cidades, através da expulsão de comunidades inteiras e ocupações (organizadas ou não em movimentos sociais), quanto nas áreas rurais e que circundam as regiões metropolitanas, compostas em grande parte de comunidades tradicionais (como indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, etc), para criar novas fronteiras de reprodução do capital. Os projetos de “revitalização” e as expulsões ocasionadas pelos Mega Eventos (como os da Copa do Mundo e Olimpíadas) e obras de infraestrutura são demonstrativos desse quadro e são lutas importantes que devem ser colocadas na ordem do dia pelos revolucionários.

78- A luta sindical continua sendo central para os revolucionários. Depois de um período de maior amortecimento, há hoje uma retomada significativa de mobilizações e greves, tanto pela melhoria das condições gerais de trabalho como pelo aumento do salário. Apesar do papel desenvolvido por governos, via aumento da repressão e mecanismos de cooptação, e sindicatos governistas que servem de dique de contenção para a radicalização das lutas.

79- A burocratização das direções sindicais ligadas ao PT, PCdoB e aliados tem se constituído em importante obstáculo para a expansão da organização autônoma e crítica dos movimentos, mantendo a subordinação dos trabalhadores ao capital em nome do “crescimento econômico” que, argumentam eles, traria benefícios para todos. Porém, dados recentes mostram que as condições de trabalho no Brasil estão longe de se aproximarem de dignas e estáveis. As denúncias de assédio moral são cada vez mais constantes; 25% da mão de obra localizam-se em empregos precários, através dos mecanismos de terceirização e quarteirização; 1/3 da mão de obra é altamente rotativa, mudando de empregos e até mesmo de setores (secundário e terciário) regularmente. Estamos muito longe de uma situação de pleno emprego<sup>2</sup>, pois nossas taxas de desemprego ainda atingem 11% da PEA (dados do DIEESE)

## **A dialética do período de resistência com retomada de lutas**

---

<sup>2</sup> Especialistas afirmam que uma taxa média de 3% de desemprego é considerada situação de pleno emprego.

80- Mesmo com as limitadas melhoras recentes, fissuras começam a ocorrer. Lutas trabalhistas, algumas delas fora do controle das entidades sindicais existentes ou de suas direções, se intensificam quantitativamente, bem como as lutas dos demais movimentos populares por moradia e contra as remoções na cidade (ver Resolução de Conjuntura Nacional).

81- Dentro de um período maior de resistência, vivemos hoje, dialeticamente, um momento de positiva retomada das lutas, de avanço da resistência, de recuperação de alguns terrenos perdidos, em que a esquerda (e nós dentro dela) deixou de desacumular e passou a acumular forças. O momento de agravamento internacional da crise estrutural do capitalismo e as mais diferenciadas formas de manifestação, em todos os continentes, também ajudam a construir um clima político e ideológico favorável a estas retomadas no Brasil. As mobilizações e lutas anti-racistas ampliam a identificação do Brasil como um país negro, havendo um aumento do assumimento desta identidade por cerca da metade dos brasileiros.

82- Além disso, posições estratégicas, como as que estão sendo analisadas aqui, exigem política organizativa, senão tornam-se meras abstrações sem nenhuma efetividade prática. Por isso, devemos agir para melhorarmos nosso patamar de inserção no movimento sindical e popular, até por ser uma questão estratégica central para nós. A luta da classe-que-vive-do-trabalho é fundamental, mas é preciso realizarmos investimentos políticos, intelectuais e materiais. Devemos fortalecer nossa ação no movimento sindical dos servidores públicos (buscando romper o cerco do corporativismo) e, ao mesmo tempo, buscarmos inserção no setor privado, especialmente em setores economicamente estratégicos.

83- É extremamente válida a compreensão acerca da estabilização da hegemonia política burguesa no Brasil, - posta em nossas resoluções a partir do IV Encontro Nacional da APS realizado em 2007 - nossa grande e criativa atualização estratégica recente. A incorporação de frações da classe trabalhadora ao Bloco de Poder gerou uma forte domesticação das organizações de massa forjadas nos últimos 30 anos. Porém, esta constatação não pode gerar uma postura passiva, defensiva, institucionalista e eleitoralista frente às novas dificuldades e possibilidades que ela traz – como vinha ocorrendo em parte dos membros de nossa CNAPS, que formaram a Dissidência.

84- Existem muitos potenciais de lutas do povo que não se restringem aos partidos e entidades vinculadas ao governo. Cabe aos revolucionários identificar estes possíveis espaços visando a formação de um novo movimento político e social sustentado na luta anti-neoliberal. Apesar da situação ainda ser de certa fragilidade e isolamento relativo da esquerda revolucionária, os espaços por ela ocupados estão muito abaixo do potencial existente – gerados pela insatisfação de muitos setores populares e sua resistência, espontânea ou pouco organizada.

85- Portanto, apesar do relativo desacúmulo até cerca do final do primeiro mandato de Lula da Silva, passamos a reacumular forças a partir daí - e não existe outra saída para viabilizarmos um projeto de transformação radical da realidade nacional que não seja através da organização de um novo movimento político e social de massas. Continua atual a compreensão, das resoluções estratégicas de 1999 e 2004, mantidas em 2007, que “despossuído de poder econômico, minoritário no estado, marginalizado pela grande mídia, a nós, o povo, só resta a luta e a mobilização, para impor a eles nossos interesses materiais e nossos valores simbólicos. A sociedade civil é nosso espaço privilegiado de contra-hegemonia e acúmulo de forças para aumentar e reforçar nossa organização independente, ampliar nosso espaço no estado, construir nossa rede de comunicação e forçar espaço na deles, para ter conquistas econômicas e culturais, para resgatar nossa identidade, para acumular forças e conquistar o poder político” (APS, 2004, p. 13).

86- Apesar da estabilidade da hegemonia burguesa ser um fenômeno recente, o apoio dado a ela por grande parte do povo mantém-se passivo, como em outros momentos da história brasileira.

### **APS: desafios estratégicos e nossas divergências**

87- As mudanças na hegemonia burguesa no Brasil colocam para nós novos desafios. Porém, antes do Vº ENAPS passamos por uma instabilidade política e aprofundamento das nossas divergências na APS. Divergências que podem ser sintetizadas na opção deliberada da Dissidência que prioriza fortemente – e, em alguns casos, quase exclusivizando - a intervenção na institucionalidade estatal burguesa em detrimento da nossa organização e inserção na sociedade civil. Se esta questão por si só já é um problema, agrava-se ainda mais quando observamos a deterioração da institucionalidade burguesa, cada vez mais subordinada a interesses do capital monopolista; campanhas cada vez mais milionárias e privatizadas; mídia que continua concentrada nas mãos de poucas famílias; privatização e loteamento do estado; legendas partidárias cada vez mais fisiológicas; etc.

88- Nossas resoluções de estratégia dos encontros nacionais de 1999 e 2004 (que não foram mudadas formalmente em 2007), afirmam que “para os trabalhadores, mesmo quando ocupam importantes espaços na estrutura do estado como a Presidência da República (ou só ocupam parcelas secundárias, como minorias parlamentares, prefeituras e mesmo governos estaduais, e outros espaços jurídicos, culturais, etc.) e não detém a propriedade da grande mídia, não há possibilidade de disputar a hegemonia, sem reforçar a sua construção a partir da Sociedade Civil e potencializar os movimentos sociais. Esta mobilização deve, portanto, por um lado, reforçar a organização autônoma dos oprimidos e, por outro lado, forçar espaços na mídia e conquistar e ampliar espaços políticos, legais e eleitorais no estado, para promover reformas radicais. Ou seja, a Sociedade Civil de caráter popular, precisa ter, necessariamente, um papel fundamental, se pensamos em construir uma contra-hegemonia [e não nos adequarmos à situação para ganhar eleições] e, mais que isto, construir as condições para uma vitória num momento [futuro] de crise de hegemonia e de ruptura, inclusive capaz de suplantar a violência burguesa” (APS, 2004, p. 14).

89- Compreendemos que o socialismo no Brasil não deve restringir-se à “luta de pequenos grupos sectários ou mesmo militarizados, nem apenas sustentada em articulações de cúpulas governamentais, parlamentares, sindicais ou partidárias” e que “a revolução social só poderá nascer como fruto de uma imensa luta de massas, como tarefa de milhões de brasileiros” (APS, 2004, p. 14). Porém, sermos “amplos” e combater a “estreiteza” de determinadas formas de luta e organização da esquerda brasileira não deve ser confundido com adaptação a cenários políticos e eleitorais dominantes, muito menos utilizarmos dos mesmos expedientes que as elites usaram historicamente (e o PT e PCdoB mais recentemente), em nome de um “projeto de poder” fluido e sem objetivos táticos e estratégicos bem definidos. Nosso acúmulo de forças deve se dá na perspectiva da ruptura revolucionária ao socialismo.

90- É por isso que é imprescindível uma organização política para operarmos essa transformação, e o partido revolucionário é uma necessidade objetiva. Que forma terá esse partido depende de cada contexto histórico e de cada país. A dialética das transformações estruturais do capitalismo, principalmente no campo das relações no mundo do trabalho e no enfrentamento com a burguesia, coloca novas formatações do partido, mas este ainda continua indispensável. Enquanto instituição, não é partido que deve conquistar o poder. Quem deve fazer isto são as organizações de massa dos trabalhadores e do povo, mas o partido é necessário para dirigir politicamente este processo.

91- A efetivação do socialismo como luta de massas só será possível se milhões de brasileiros emergirem à luta política, desenvolvendo diversas formas de experiências políticas, sociais, econômicas, culturais e até mesmo administrativas na sociedade civil e no estado, dentro da perspectiva do acúmulo prolongado de forças para o socialismo. A luta de massas e nossa intervenção na institucionalidade burguesa devem ser orientadas por ações de combate aos monopólios, latifúndios, imperialismo e ser sempre radicalmente democrática e transparente com as instituições públicas.

92- Trata-se, portanto, da luta de massas orientada por um projeto emancipador, tendo os diversos setores sociais explorados e oprimidos como sujeitos e o partido como elemento de

direção e unificação de contradições no seio do povo oprimido – que são perspectivas distintas, porém um mesmo projeto político estratégico.

### **Nossos Objetivos Estratégicos no acúmulo de forças**

93- Baseado nas questões postas anteriormente, dizemos que o “objetivo maior de nossa atuação militante é contribuir para que milhões de brasileiros participem da luta e dos movimentos políticos de caráter popular” (APS, 2004, p. 15). Dentro deste objetivo maior, elencamos como objetivos estratégicos: “a) a construção de um movimento de massas classista, democrático e socialista; b) um movimento que resgate e recupere nossa história de luta e a diversidade étnica, cultural e regional do nosso povo, ao mesmo tempo em que desenvolve a solidariedade internacionalista; c) a construção de organizações de massa, dos mais diversos setores, enraizadas nas bases e em crescente superação do corporativismo e do burocratismo; d) um partido socialista, revolucionário, democrático e de massas; que organize os trabalhadores e o povo, contribuindo decisivamente nas suas vitórias, desde a realidade cotidiana até os grandes conflitos da luta de classes. Tendo também uma competente ação institucional; e) a formação de uma corrente de pensamento socialista na sociedade; f) e uma frente política com amplitude, radicalidade e unidade capazes de defender e realizar um programa democrático e popular em direção ao socialismo” (APS, 2004, p. 15).

94- Cabe notar que esta formulação de 6 pontos é quase a mesma de 1999, com duas sintomáticas mudanças: em 1999 o destaque do ponto “C” era a CUT. E o partido do ponto “D” era o PT. Em 2004 (quando ainda estávamos no PT e na CUT) nenhum dos dois é citado – o que expressava nossas divergências sobre a importância destas organizações e sobre nossa permanência nelas. Ressaltamos também aqui, até pelo peso que a questão vem tendo entre nós, que nossas alianças, dentro e fora dos momentos eleitorais, subordinam-se à execução de um programa democrático e popular que acumule para o socialismo. Isto é, amplitude e radicalidade devem estar associados. Do contrário, caímos no taticismo eleitoralista e institucionalista que desconecta as lutas do hoje com nosso projeto do amanhã. Notem que estas concepções foram aprovadas por consenso em nossos Encontros de 1999 e 2004. Hoje, quando afirmamos isto, a Dissidência diz que isto é “esquerdismo”! Por isso, é fundamental resgatar nosso legado.

95- Destacamos que os objetivos estratégicos gerais sempre se expressam concretamente em cada período. Uns de modo mais imediato e outros exigindo alguns objetivos intermediários. Porém, todos se colocam como essenciais se quisermos viabilizar nosso projeto histórico. Cabe à nossa corrente organizada traçar prioridades entre estes objetivos e até mesmo identificar as fases de transição para que possamos alcançá-los (casos do movimento sindical e popular e do partido). Hoje, eles se expressam nos 10 pontos que vão ao final desta resolução.

96- Assim, o acúmulo prolongado de forças “se desenvolverá com a utilização das mais diversas formas e instrumentos de luta, dentro e fora da institucionalidade, na sociedade e por dentro do estado [ ... ] Portanto, quando falamos em acúmulo de forças prolongado, estamos falando principalmente numa ação estratégica que requer o exercício e o cumprimento de tarefas e vivências políticas, organizativas, culturais, administrativas, militares e econômicas. Tarefas e vivências a serem cumpridas, não somente pelos setores de vanguarda política, mas pelos próprios trabalhadores e o povo. Portanto, o sentido do acúmulo de forças prolongado é menos o de uma ação prolongada no tempo e mais o da necessidade de serem cumpridas certas tarefas para que se possa viabilizar vitoriosamente uma ruptura revolucionária” (APS, 2004, p. 15).

### **Acúmulo de forças, guerra de posição e de movimento e ruptura revolucionária**

97- Este processo de acúmulo de forças é de construção de uma nova cultura e a nova hegemonia. O que significa encontrar na vida material e na ideologia das massas populares aqueles elementos de insatisfação, de crítica, de protesto, de rebeldia, de resistência, de contestação, de utopia. Aquilo que, mesmo sendo localizado pode crescer. Aquilo que é latente ou emergente, mas pode avançar. Do grau mais simples e de racionalidade superficial ao mais

elaborado e consistente de consciência de classe revolucionária. Pois, mesmo numa conjuntura difícil como a que enfrentamos, todos estes elementos podem ser encontrados.

98- A luta cultural é fundamental no processo de acúmulo prolongado de forças com vistas à conquista do poder. Processo que passa hoje por uma “Guerra de Posição” que precisa levar, estrategicamente, ao momento de “Guerra de Movimento” - de amplo confronto de forças, que pode levar à conquista do poder, através de uma ruptura revolucionária, ou a uma contra-revolução. A “Guerra de Posição” é um processo complexo diferenciado e combinado de luta econômica, social, política e cultural. Que precisa ser, principalmente, desenvolvida na sociedade civil, mas, também, por dentro de instituições estatais, sempre numa estratégia de reforçar o movimento social das massas populares.

99- É um processo complexo de avanço na consciência política dos trabalhadores e passa por vários momentos. Não como etapas em tempos cronológicos, mas como movimento da consciência de classe em si para a de classe para si: consciente de sua situação de classe dominada e das suas condições de emancipação de classe e, com esta, de toda a humanidade. Que passa por vários momentos das relações de força: um momento de relações essencialmente objetivas (como as classes e setores sociais estão objetivamente presentes na base econômica da sociedade); do momento da luta econômico-material-corporativa; do momento da luta política que ainda reconhece a legitimidade do estado burguês - onde o reformismo e o melhorismo dão a tônica e quando a racionalidade pragmática dos trabalhadores se manifesta como consciência contingente e prevalece sobre uma racionalidade de valores ideológico-culturais e transformadores, e sobre uma racionalidade profunda e estratégica (mais característica de uma consciência de classe revolucionária).

100- Finalmente, o momento da luta política pela conquista do poder, momento de consciência fortemente motivada por valores ideológicos e perspectiva estratégica. Este último é o ambiente da Guerra de Movimento, do confronto geral de forças, e também o momento onde se coloca a consciência mais ampla da necessidade da luta político-militar – pois a burguesia sempre mobiliza todos os recursos de violência de que dispõe para massacrar a vontade política da maioria, quando esta contesta seu Bloco de Poder com perspectiva de vitória. É o grande momento no qual se pretende uma grande mudança na correlação de forças e quando ocorrem fortes transformações na consciência e em práticas político-culturais novas e revolucionárias. Momento maior de fusão da razão com a paixão e da unidade entre vanguarda e massas populares. Momento chave da práxis, da ampliação radical da consciência de classe revolucionária e da Nova Cultura em construção.

101- Mas isto só pode acontecer se existe uma força político-partidária predisposta, que começa a ser construída antecipadamente. Por isso, a necessidade de atuarmos nos três eixos organizativos: a APS, o PSOL e as organizações populares (ver Resolução sobre Cultura Política e Partido).

### **Movimentos sociais, luta institucional e revolução**

102- A relação entre os movimentos sociais, a luta institucional e a revolução tem se constituído como uma das maiores polêmicas no período recente da história da esquerda. Em 2004, afirmávamos que “os mais diversos movimentos populares têm um papel estratégico a cumprir na luta pelo socialismo no Brasil e para a sua construção após a conquista do poder. Não têm somente motivações imediatas e muito menos podem ser vistos com objetivos exclusivamente eleitorais” (APS, 2004, p. 15). Nesta mesma resolução, afirmamos também que “a auto-organização popular é um dos objetivos centrais. Sem isso, não haverá revolução socialista. Mas num país e num período como o que vivemos, a luta revolucionária exige também a intervenção nos espaços institucionais do estado” (APS, 2004, p. 15). Como se pode ver, nesta como em outras passagens, o destaque sempre é dado para nossa ação direta nas lutas populares visando sua auto-organização.

103- Na nossa intervenção na institucionalidade estatal burguesa “podemos mostrar o que somos e contribuir para melhorar as condições de vida do povo. Mas esta não é uma tarefa puramente administrativa e feita “para o povo”. Trata-se centralmente de fazer isto ampliando a disputa de hegemonia na sociedade, o que exige uma profunda e crescente participação popular nas decisões de governo” (APS, 2004, p. 15).

104- Sabemos que a ruptura com esta ordem social, política e econômica não está posta na ordem do dia, mas a necessidade do acúmulo prolongado de forças continua sendo questão central em nossas formulações. Este acúmulo de forças pressupõe ações visando organizar um amplo movimento de massas autônomo organizativamente e ideologicamente em relação à burguesia, sendo que faz parte desse processo a nossa intervenção na institucionalidade estatal burguesa, nos poderes legislativos e executivos. Porém, esta atuação não visa o “melhorismo” e muito menos aposta principalmente na possibilidade de conquistas materiais efetivas a partir da luta institucional, sem combiná-la com a luta popular. Portanto, por mais que atuemos também por dentro do Estado, nossa arena principal de combate à hegemonia burguesa é a sociedade civil, especialmente a de caráter popular. Nosso objetivo é a ruptura com esta institucionalidade e não a sua legitimação junto ao povo. Nosso objetivo é a revolução socialista.

105- As conquistas parciais, quando estas ocorrem, devem servir de incentivo para a organização do povo, mas devem também ser utilizadas para mostrar os limites que esta ordem impõe para a superação das condições de vida da maioria.

106- A estabilização da hegemonia política burguesa no Brasil (a partir do governo Lula da Silva) manteve grande parte do povo sem grande participação na vida política do país e grande parte da antiga “esquerda” circunscrita ao jogo político burguês, tanto no conteúdo quanto na forma de conduzir os governos nas mais diversas esferas. A perspectiva colocada agora por dissidentes da APS e dirigentes do PSOL, de priorizar a via institucional, tende a nos manter reféns de uma institucionalidade que é feita para reproduzir interesses de classe antagônicos aos nossos e que, diga-se de passagem, também disputa as vanguardas sociais populares. Os mecanismos de burocratização; o pragmatismo eleitoral; o rebaixamento programático; o descolamento estratégico da ação institucional são só alguns dos sintomas deste processo. E este descolamento já está se dando hoje na prática da dissidência.

### **Projeto nacional e socialismo**

107- Tornou-se fundamental para a esquerda revolucionária retomar e aprofundar a questão do projeto nacional e sua relação com o socialismo. Esta necessidade não é simples de resolver e está relacionada com: 1) a história de colonialismo, neo-colonialismo e dependência do Brasil no sistema imperialista mundial; 2) a resistência popular ao longo da história de nosso país; 3) o acúmulo histórico obtido na experiência da esquerda ao longo do século XX; 4) a partir da experiência recente de falência do PT como instrumento estratégico; 5) a situação atual do Brasil e da Crise Mundial; 6) e as dificuldades enfrentadas pela APS e pelo PSOL na atualidade.

108- Portanto, não partimos do pressuposto de que nossas formulações “caducaram” porque o “mundo mudou” (como dizem os dissidentes). Nos seus fundamentos, nosso legado continua atual. Mas carecem de aprofundamentos em alguns pontos e de uma maior contextualização com a nova situação que enfrentamos na era posterior à conquista do governo federal pelo PT e nesta nova fase da crise estrutural do capitalismo. E é este o esforço que (a partir de nosso legado) estamos fazendo nestas resoluções.

109- Em nossas resoluções de 2004 sobre estratégica e em nossa elaboração atualizada sobre a estabilização da hegemonia política burguesa no Brasil (em 2007), não ignoramos estas questões (governo do PT e crise do capitalismo). Mas, o aprofundamento da nossa crise e a instabilidade do PSOL contingenciaram este processo de ajustes em nossos caminhos. Importante lembrar que em 2004 - momento da última resolução que diretamente versava sobre estratégia dos nossos encontros - desenvolvemos uma ampla leitura acerca do estado e os limites, nacionais e internacionais, que qualquer governo teria para alavancar um projeto nacional

que acumulasse forças para o socialismo. O que foi mais um importante aprofundamento de nossa concepção de estado - necessário para entender o papel que o PT, PCdoB e PSB estavam cumprindo no governo federal.

110- Nas resoluções do I ENAPS, em 2004, afirmamos que “a garantia do caráter de classe burguês do estado não se dá somente quando há uma presença direta dos representantes desta classe nos seus órgãos de direção. Há várias maneiras de explicar a relação estado-capital, sob a direção deste último: a ação direta do capital por dentro do estado; indiretamente, através das contingências da estrutura econômica da sociedade; ou de forma mediada, a partir de uma articulação dos capitalistas com os atores estatais” (APS, 2004, p.08).

111- Esta constatação inseria-se no contexto do primeiro mandato de Lula da Silva e do PT, onde a estabilização da hegemonia burguesa já estava em curso. Apontávamos esta possibilidade no período a partir da constatação que “a hegemonia na sociedade capitalista moderna não é apenas coerção ou dominação política pela via do estado, mas um complexo realizado através do “Bloco de Poder”, que envolve também a estrutura econômica, a sociedade civil e a mídia. O estado passa a ter um papel de organizar os interesses do capital e desorganizar os trabalhadores, podendo fazer concessões com vistas à legitimação não somente do próprio estado, mas do conjunto da ordem social, econômica e cultural existente. O estado realiza ações que não são monolíticas, mas que garantem a racionalidade das frações hegemônicas do capital. Neste sentido, o estado burguês é uma condensação material da luta de classes, onde certas conquistas dos trabalhadores estão cravadas, mas onde a burguesia consegue fazer predominar os seus interesses” (APS, 2004, p. 08). O pacto social que sustenta o governo Lula se desenrolou, em linhas gerais, nesse sentido.

112- A realidade contemporânea do capitalismo continua a nos colocar a mesma pergunta feita por nossa resolução de 2004, isto é: “como construir um projeto nacional e colocar em prática um programa nacional de caráter democrático e popular e de ruptura com o imperialismo no atual estágio de globalização econômica, política, cultural e midiática?” (APS, 2004. p. 11).

113- Nesta mesma resolução, afirmamos as linhas gerais que deveriam responder à pergunta feita anteriormente. Para a construção de uma nação soberana que coloque suas riquezas para suprir as necessidades imediatas e futuras do seu povo é necessário romper o sistema de contingências (estatais e privadas), nacionais e internacionais através de “projetos e ações que busquem o desenvolvimento interno, baseando-se numa visão internacionalista, apoiando e alavancando movimentos e/ou governos, em qualquer parte do mundo, que resistam à dominação do capital financeiro e empenhando-se na formação de blocos que busquem superar a dominação imperialista” (APS, 2004, p. 13). (ver Resolução sobre Conjuntura Internacional).

114- Para o Brasil, continua atual que “o desenvolvimento da luta de classes não apenas destaca a resolução da questão nacional como “uma das tarefas da revolução socialista”, como faz com que este problema apareça como a contradição mais aguda que afeta (de conjunto) a maioria dos segmentos de nossa formação social” (APS, 2004, p. 18).

115- Novos elementos para a questão nacional estão postos depois de quase uma década de governos do PT. Uma questão importante é que, como a burguesia nacional não tem a perspectiva de cumprir as tarefas nacionais que apontem na formação de uma nação soberana, os governos de Lula e Dilma constroem sua imagem como a de quem quer trazer tal tarefa para si. Os mecanismos usados para tanto são aqueles que foram salvos da sanha privatista dos anos 90, o sistema bancário federal (Caixa, Banco do Brasil e BNDES) e aqueles que se tornaram acessíveis a partir do controle do governo federal, como os fundos de pensão. Tais instrumentos têm funcionado como financiadores de uma onda “neodesenvolvimentista”, associados a setores do capital nacional, especialmente as grandes construtoras - e a cadeia produtiva a sua volta -, o agronegócio e a indústria de extração (petróleo e minérios), sendo a cadeia produtiva do último só parcamente desenvolvida. Não falta, porém, ufanismo e propaganda acerca da transformação do Brasil, novamente no futuro, em uma nação desenvolvida e até mesmo uma “grande potência”.

116- O que fica desta análise é que nossa recente “onda de desenvolvimento” e “nossa burguesia”, tendo o PT e aliados como sócios, continua associada de modo subalterno ao imperialismo (nossa balança comercial e de pagamentos e o pagamento de juros e desindustrialização relativa, que o digam), negociando seus interesses, nos marcos impostos por ele, sem necessariamente preocupar-se com a solução dos maiores problemas das massas nacionais, que não se resumem a uma incorporação um pouco melhor no mercado de trabalho formal e consumidor.

117- Todos os aspectos estruturais de nossa sociedade se mantém, porém agora temos um partido “socialista” eleitoral de massas (o PT) com amplo enraizamento social que defende e age para manter esta ordem social, política e econômica. Se os aspectos estruturais continuam os mesmos (e até agravados) continua também atual “que cabe aos trabalhadores e às forças populares retomarem com vigor a elaboração e a defesa de um Projeto Nacional na sociedade brasileira. Um projeto que se proponha a inspirar um amplo e vigoroso movimento de massas [anti-imperialista e anti-monopolista], por reformas profundas no país. Reformas estas traduzidas em objetivos, metas e propostas facilmente compreensíveis e capazes de ganhar o imaginário e de empolgar as maiorias nacionais para as idéias de democratização [anti-latifundiária] da propriedade, da renda, da comunicação e do poder. Esse projeto encontra expressão no Programa Democrático e Popular” (APS, 2004, p. 18). Portanto, a solução da questão nacional no Brasil tem como sujeito os que vivem do trabalho e nada tem a ver com alianças com uma suposta burguesia nacional nem com um nacional-desenvolvimentismo em qualquer de suas justificativas.

### **A atualidade e a compreensão coerente do Programa Democrático e Popular**

118- O PDP, conforme discussões postas até aqui, sustenta-se nos eixos anti-latifundiário, anti-monopolista, anti-imperialista e democrático radical. Continua válida a compreensão que cabe aos trabalhadores/as e oprimidos a resolução da questão nacional, amparada na afirmação da soberania em relação ao imperialismo e voltada para atender as grandes demandas nacionais da classe-que-vive-do-trabalho, gerando as condições objetivas e subjetivas para a revolução socialista.

119- Sabemos, entretanto, que a conquista do Governo Democrático e Popular pela via eleitoral e como reflexo do acúmulo de forças dos segmentos democráticos, populares e socialistas na sociedade civil e em parcelas do Estado, não está posta no horizonte imediato da esquerda. Porém, as análises e diretrizes que orientaram a elaboração do PDP continuam atuais, mesmo com a carência de atualizações já diagnosticadas em nossas resoluções de estratégia de 2004 e mesmo nesta contribuição.

120- A renúncia da burguesia nacional e seus novos sócios a um projeto nacional autônomo, ao contrário das teses “etapistas” ainda existentes na esquerda e que de alguma forma parece ter ganhado força no PSOL, ainda faz parte da nossa realidade. Continua válida a constatação que “nenhum segmento do grande capital interno tem interesses antagônicos ao imperialismo e que: 1) confirma-se o caráter ilusório da tese que o PCB/PC do B defendeu, notadamente nos anos 50/60, sobre a existência de uma suposta “burguesia nacional” anti-imperialista, em nossa formação social; 2) evidencia-se, claramente, que a política do capital financeiro radicaliza a dependência do “capitalismo brasileiro” aos centros imperialistas, submetendo-o, inclusive, à dinâmica que subordina a acumulação capitalista à dimensão financeira e ao seu traço parasitário que marcam, hoje, o imperialismo” (APS, 2004, p.18).

121- A acumulação capitalista brasileira e internacional ainda mantém-se circunscrita aos limites impostos pelo capital financeiro, mesmo que este, para adquirir estabilidade e se retroalimentar, possa aceitar pequenas inflexões direcionadas aos setores produtivos. Isso não significa mudanças estruturais no Brasil, muito pelo contrário. O fato de termos nos tornado o 6º PIB do mundo não mudou a realidade de que nossa “ascensão” continua sendo a partir de atividades intensivas em recursos naturais sem alavancar nossas capacidades internas de uma



via particular de desenvolvimento voltada aos interesses da maioria. Mas isto só será possível com um rompimento da dependência. E este rompimento só virá com a ruptura revolucionária socialista.

122- Continuamos, mesmo com nuances pontuais, sendo uma economia dependente e controlada a partir dos grandes centros capitalistas, sejam eles antigos ou novos. A própria “perspectiva nacional” adotada pelo PT, como já colocamos anteriormente, continua mantendo a estrutura social nos limites impostos pela integração subordinada de “nossas” elites ao capitalismo internacional.

### **Desenvolvimentismo burguês não é Programa Democrático e Popular**

123- O discurso “desenvolvimentista” – e até de “Brasil Grande Potência – parece muito mais uma retórica ufanista do que uma ação governamental soberana. Mesmo quando analisamos ações “desenvolvimentistas”, observamos que estas, além de mitigadas, priorizam o fortalecimento da infraestrutura necessária para a manutenção de um papel subordinado do Brasil no cenário capitalista contemporâneo.

124- Afirmamos, portanto, em nossas últimas resoluções de estratégia que “três conclusões se impõem quanto à questão nacional, no quadro do capitalismo dependente, hoje: 1) a dominação burguesa não resolve o problema nacional; 2) a burguesia nativa tem certas contradições com o capital estrangeiro, mas não ao ponto de assumir as demandas nacionais; 3) a ordem do capital desencadeia movimentos que operam para a desconstrução da Nação” (APS, 2004, p. 18).

125- Analisando estas questões, observamos que elas colocam-se como atuais, embora, quanto à terceira, o governo tenha feito algumas iniciativas para reforçar parte das empresas nacionais, ampliar o mercado interno e criar um clima ideológico de melhora da autoestima nacional. Isto é, o PT e seus aliados, nas próprias palavras de Delfim Neto, salvaram o capitalismo no Brasil ao retomar certo papel do Estado nacional na economia, mesmo que este tenha perdido importantes núcleos estratégicos com as privatizações na era FHC e com a continuidade das privatizações na era Lula/Dilma. Por isso, não foram poucos os elogios e financiamentos de campanha da burguesia brasileira ao projeto do PT no governo.

126- Entretanto, somos categóricos ao afirmar que o abandono do PDP pelo PT e PCdoB ou a sua substituição por uma proposta desenvolvimentista burguesa só servem para desarmar os ativistas sociais e reduzir a necessária polarização entre os trabalhadores/es e demais oprimidos e a burguesia nacional, estrangeira e associada. Além disso, mesmo com a ampliação do emprego formal e certas mudanças conjunturais na capacidade de consumo popular – o que contribuiu para os altos índices de popularidade dos governos petistas – não devemos confundir isso com um regime social-democrata, tipo Estado do Bem Estar Social. No máximo, podemos constatar que o segundo mandato de Lula aproximou-se, pelas razões já elencadas aqui, de um social-liberalismo periférico, sustentado e abalado ao mesmo tempo por um cenário internacional que em grande parte dos seus mandatos foi favorável. Sendo que esta situação só mudou de 2008 para cá, com o agravamento da crise estrutural do capitalismo.

127- Já no PSOL, atualmente existem duas pressões sobre o PDP. Uma esquerdista e já bem conhecida, que tem perdido peso e influência no partido. Outra, mais recente, que tenta moderar o programa tentando caracterizá-lo como não classista, e que não visa uma transição ao socialismo. Ou reduzi-lo a um papel eleitoral ou a uma estratégia eleitoral de conquista do socialismo. Ou valorizando seus elementos supostamente mais democráticos em detrimentos dos mais “populares”, como o anti-imperialismo e anti-monopolismo e seu caráter antilatifundiário. É preciso, assim, reafirmar o legado do seu caráter.

128- Assim, continua atual o fato de que continua cabendo “aos trabalhadores e às forças populares retomarem com vigor a elaboração e a defesa de um Projeto Nacional na sociedade brasileira [...]”. Um projeto que se proponha a inspirar um amplo e vigoroso movimento de massas, por reformas profundas no país. Reformas estas traduzidas em objetivos, metas e propostas facilmente compreensíveis e capazes de ganhar o imaginário e de empolgar as maiorias nacionais

para as idéias de democratização da propriedade, da renda, da comunicação e do poder” e que esse projeto (o PDP) “se volta, prioritariamente, para o enfrentamento dos grandes problemas do nosso país. Dentre eles: a perda da soberania nacional; o desemprego; a concentração da riqueza, da propriedade (especialmente da terra) e da renda; a fome; a pobreza; o mito da “democracia racial” brasileira que relega a população negra e seus descendentes à condição de ‘desclassificados’; a discriminação que pesa sobre as mulheres e à livre orientação sexual; as diversas formas de agressão e desrespeito aos direitos dos povos indígenas; o desmonte dos serviços públicos; a crise urbana; o esgotamento da infraestrutura básica; o controle que os oligopólios privados exercem sobre a vida nacional; a educação; a saúde; o monopólio privado dos meios de comunicação; o elitismo, o autoritarismo e a ineficácia do Poder Judiciário; a marca antidemocrática do sistema político e partidário; a tutela militar incrustada na Constituição; a militarização da polícia e seu sentido de força de extermínio contra os ‘deserdados da terra’ etc.” (APS, 2004, p. 19).

### **O PDP não foi realizado no Brasil e continua atual**

129- Apesar das variações conjunturais destes problemas, nenhum deles foi de fato resolvido pelos mandatos do PT e - fora do atual verdadeiro campo de esquerda - não há outra alternativa disposta a enfrentá-los com a radicalidade necessária. Portanto, continuam servindo de orientação para nossa ação nos movimentos sociais e na institucionalidade estatal burguesa as medidas centrais que o PDP coloca como a suspensão do pagamento da dívida externa, acompanhada de auditoria; reestatização de um núcleo de empresas estratégicas; estatização do sistema financeiro; efetiva distribuição de renda; elevação significativa do valor real dos salários; reforma agrária; reforma tributária que sobretaxe a especulação financeira, penalize os ricos, elimine os impostos indiretos e favoreça o combate à sonegação e à corrupção; mecanismos de controle social da economia; a construção de uma verdadeira federação; a desprivatização do estado; o controle dos oligopólios; a reforma do sistema eleitoral para garantir o princípio de a cada cidadão um voto e de eliminar a escandalosa distorção da representação parlamentar dos estados; a democratização da propriedade e do acesso aos meios de comunicação de massas; democratização e controle externo do judiciário; fim da tutela militar sobre as instituições políticas; democratização das Forças Armadas combatendo a doutrina da "Segurança Nacional"; desmilitarização das polícias; regulamentação dos dispositivos constitucionais que viabilizam a prática do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular na proposição das leis; fim do Senado enquanto câmara revisora; garantia dos direitos sindicais e da livre organização dos trabalhadores no interior das empresas.

130- Devemos realizar uma intervenção política amparada no PDP e dialogando com os elementos conjunturais onde ele se apresenta como alternativa, isto é, devemos ter uma leitura da nossa referência programática contextualizada com a situação atual dos sujeitos que queremos conquistar para sua efetivação. Mas não rebaixar seus fundamentos e eixos.

131- Assim, o PDP ainda é a nossa referência programática básica e se configura como um programa de enfrentamento do imperialismo e da burguesia brasileira, não cabendo para nós a associação com segmentos das elites nacionais ou regionais em torno de um suposto “desenvolvimentismo” – como vem acontecendo com o PSOL no Amapá.

132- A defesa do PDP também não deve se confundir com discursos e ações meramente eleitorais. A sua defesa, e até mesmo implementação a partir de experiências executivas, deve sempre representar um processo de politização e intensa luta ideológica, visando sempre a construção, fortalecimento e ampliação de um movimento de massas disposto a superar os obstáculos econômicos, políticos e ideológicos postos para a melhoria das suas condições de vida, somente universalmente possível em outra forma de organização societária, que será resultado da revolução socialista.

133- O PDP deve adquirir formato concreto que nos permita dialogar com o povo a partir de propostas e metas plenamente compreensíveis, mas isto não deve se confundir com o

pragmatismo e o esvaziamento do seu conteúdo radical em nome do “realismo”, do “diálogo com o povo” e da “vida real”, como se a “vida real” não fosse uma construção humana, capaz de reproduzir ou superar relações de dominação e exploração.

134- Assim, “a contrapartida para que o processo de ruptura e transição se viabilize é a construção de um novo poder. Da nova democracia que se constrói por dentro da velha sociedade e contra o velho estado. A efetivação do poder dos trabalhadores e do povo só será possível numa conjuntura de avanço generalizado de consciência e organização, quando houver uma crescente compreensão por parte das classes populares de que este velho poder burguês não tem mais condições de atender às suas expectativas imediatas e futuras; e quando uma força política se apresentar aos olhos do povo como capaz de resolver esta contradição” (APS, 2004, p. 21).

135- Sabemos que a incorporação do PT à hegemonia burguesa no Brasil gerou um ciclo de crença do povo (e até mesmo dos seus setores mais ativos politicamente) na sociedade capitalista e suas instituições. Além disso, conseguiu colocar em relativo isolamento os segmentos da esquerda. Porém, as questões centrais postas para a construção de uma sociedade igualitária, democrática e soberana não foram resolvidas por este governo e nem se encontra em seu horizonte tal objetivo. Existe, portanto, a necessidade e possibilidade histórica de forjarmos uma nova alternativa de massas que coloque a perspectiva do socialismo para o povo brasileiro.

### **A contextualização de nossos objetivos estratégicos hoje**

136- Por outro lado, como já vimos, precisamos incorporar nos eixos definidores do PDP o ecossocialismo e o resgate da tradição dos 500 anos de resistência. Assim sendo, nossos objetivos estratégicos se contextualizam da seguinte maneira:

I. Desenvolver e afirmar junto aos movimentos sociais, em nossa ação parlamentar e em todos os espaços estatais (como prefeituras) e da sociedade civil onde estejamos presentes, uma plataforma de reivindicações e programas de governo pelos direitos do povo e em defesa da nação, com base no Programa Democrático e Popular, que tem os seguintes eixos: anti-imperialista, anti-monopolista, anti-latifundiário, ecossocialista, radicalmente democrático e que resgate os 500 anos de resistência e luta contra todas as opressões.

II. Aprofundar a construção da Oposição Programática de Esquerda aos Governos federal, estaduais e municipais.

III. Realizar Frentes de Mobilização Popular com todos os que lutam contra as políticas neoliberais e todas as suas conseqüências nefastas para as condições materiais, culturais, políticas e ambientais, de vida e trabalho, do povo e da soberania nacional.

IV. Lutar por sindicatos únicos e por um sindicalismo anti-capitalista, classista, combativo e democrático. Defender a unidade de todos os setores combativos numa única central sindical e popular.

V. Colocar as demandas da juventude, das idosas/os, dos negros/as, dos povos indígenas, do movimento LGBT e das mulheres como questões centrais da agenda nacional.

VI. Travar a luta ambiental com um caráter anti-capitalista e com uma perspectiva ecossocialista.

VII. Lutar pela garantia dos direitos democráticos de expressão, manifestação, organização e luta, contra a criminalização dos movimentos sociais combativos e as iniciativas em curso de reforço do caráter autoritário e coercitivo do estado que visam garantir os interesses da classe dominante e realizar faxinas étnicas.

VIII. Avançar na solidariedade ativa e nas lutas comuns com os trabalhadores/as e os povos da América Latina e do mundo. Participar ativamente das lutas internacionais e buscar articulações internacionais mais condizentes com a necessidade de desenvolver uma plataforma mínima de ações práticas nesta luta.

IX. Avançar na construção do PSOL como partido socialista, democrático e de massas e alternativa de esquerda para o Brasil, e da APS como corrente comunista revolucionária orgânica,

com capacidade de dar direção coletiva ao PSOL; dirigir a ação direta de nossos militantes nos movimentos sociais e na sociedade civil em geral; e manter uma relação orgânica com nossas lideranças públicas, tanto nos espaços sociais como nos parlamentares e outras esferas das instituições estatais.

X. Fazer a propaganda ampla do socialismo e lutar pela reconstrução do ideário socialista, combatendo a social-democracia, o social-liberalismo e as concepções e práticas liberais, burocráticas, autoritárias, sectárias e stalinistas presentes na esquerda.

### **A APS, o PSOL e as Organizações Populares**

137- No Brasil, sobre a questão da vanguarda social e política, no contexto em que estamos, precisamos avançar na construção dos três eixos organizativos de nossa ação na construção partidária e na linha de massas: 1) o PSOL como partido socialista, democrático e de massas e alternativa de esquerda para o Brasil; 2) a APS como corrente comunista revolucionária orgânica, com capacidade de dar direção coletiva ao PSOL, dirigir a ação de nossos militantes nos movimentos sociais, na sociedade civil em geral e nos parlamentos e outras esferas das instituições estatais; 3) e de as organizações populares combativas, independentes, autônomas e anti-capitalistas – indispensáveis para o acúmulo estratégico (ver resolução sobre a Nova Cultura Política e a Questão do Partido).

138- Porque o PSOL só será partido de lutas e de massas se estiver nas lutas e não for principalmente um partido eleitoral e parlamentar. As correntes comunistas de vanguarda sem inserção no movimento de massas não serão vanguarda de fato. E um movimento social que não se constrói na fusão de sua vanguarda social com a vanguarda política organizada e que não se expressa politicamente e partidariamente de modo amplo não irá além de lutas locais setoriais ou de reformas institucionais – não construirão, de fato, sua autonomia política e não serão efetivos instrumentos de contra-hegemonia – daí porque existem papeis hoje indispensáveis para serem cumpridos tanto pela APS como pelo PSOL.

139- Está colocada para nós a necessidade de enfrentarmos abertamente as tendências adaptacionistas e retomarmos nossos caminhos visando a execução de nosso objetivo histórico, o socialismo.

## **Conjuntura Internacional, Crise e Alternativas: Construir uma Nova Era na luta entre Socialismo e Barbárie**

A crise do capital e do imperialismo abre para a classe trabalhadora e todos os grupos dominados e explorados, em todo o mundo, uma nova fase de resistência e luta. A revolução socialista é a única esperança e o caminho mais realista.

### **Vivemos um processo de crise mundial múltipla**

1- Estamos diante de um processo de crise mundial múltipla que se caracteriza, sinteticamente, pelos seguintes elementos:

a) Vivemos um período de Crise Estrutural crônica do capital em nível mundial, que é um processo crise múltipla: econômica, social, ambiental, energética e alimentar, com fortes componentes políticos e culturais. Hoje, ela se situa principalmente no centro capitalista, como os EUA e a Europa, mas atinge todo o planeta. Não há sinais de saída “virtuosa”. Observamos o enfraquecimento econômico relativo dos EUA como centro imperialista unipolar e a emergência da China, que já tem quase todas as características típicas de país imperialista global, exceto um nítido expansionismo militar.

b) Neste período, o capital realizou muitas ações, usou de vários artifícios e teve várias “oportunidades” para acumular e tentar superar a crise: o rompimento do Acordo de Breton Woods; a ofensiva neoliberal; o keynesianismo industrial militar; a revolução tecnocientífica; a entrada do capital em novos setores econômicos e regiões geográficas do mundo; maior ataque à natureza com destruição ambiental; fim dos regimes burocráticos na URSS e no Leste Europeu; e a conversão capitalista da China. Mas o resultado foi o aprofundamento da crise.

c) Estabilização da hegemonia política burguesa no Brasil e o fortalecimento do estado brasileiro na região, a partir do governo Lula da Silva. No Brasil, como em outros países chamados emergentes ou não (como os BRICs), os impactos da crise estão sendo atenuados devido a processos particulares e diferenciados de ampliação de mercado interno e ação do estado em prol do capital. Mas não estão livres da crise.

d) Retomada das lutas do povo trabalhador, dos que vivem do trabalho, de modo desigual, em todos os continentes do mundo. Como regra geral, as características das mobilizações são de resistência. Ou seja, não visam novas conquistas, mas garantir direitos já constituídos, contra os ataques neoliberais do capital. Porém, em alguns casos, como na Índia e China, há importantes lutas pela conquista de direitos sociais e trabalhistas ainda não institucionalizados. Em outros, como em parte do Norte da África, esta resistência avançou no sentido de luta por conquistas democráticas.

e) Estas lutas têm uma característica diferente dos processos revolucionários de países dominados e dependentes, que tiveram um ascenso entre as décadas de 50 e 70. Aquelas, com sentido político nacional e democrático em primeiro plano e base social principalmente camponesa, e a predominância da forma de luta guerrilheira. Também diferente das lutas e conquistas reformistas dirigidas por partidos social-democratas e comunistas reformistas europeus no mesmo período; de grupos de extrema-esquerda, em diversas partes do mundo, mais sem base social, nas décadas de 60 e 70; e do movimento chamado de “anti-globalização” do final do século XX, que refletiam este novo período conjuntural, eram internacionais, mas com poucas bases sociais localmente enraizadas. Os movimentos atuais são socialmente mais

enraizados, massivos, com mais amplitude e pluralidade política e de forte conotação anticapitalista e ambientalista e usando diversas formas de luta e organização.

f) A agudização da crise e este ascenso das lutas nos últimos cinco anos, encontrou a esquerda mundial e brasileira enfraquecidas, depois de longo período de descenso e derrotas políticas e ideológicas. Período de descenso que foi mais longo no mundo e mais recente no Brasil. Não havia forças políticas predispostas à capitalização da nova situação, e a esquerda está tendo que se reconstruir, tendo como base tanto novas como tradicionais formas de luta e organização.

g) No Brasil, dentro deste período maior de resistência, vivemos hoje, dialeticamente, um momento de positiva retomada das lutas, de avanço da resistência, de recuperação de alguns terrenos perdidos, em que a esquerda (e nós dentro dela) deixou de desacumular e passou a acumular forças. O momento de agravamento internacional da crise estrutural do capitalismo, e as mais diferenciadas formas de manifestação, em todos os continentes, também ajudam a construir um clima político e ideológico favorável a estas retomadas no Brasil.

### **A Crise é prolongada e estrutural**

2- Grande parte dos socialistas ou muitos que se dizem de esquerda já deixaram de lado o esforço da prospecção analítica das tendências e avanços das contradições do capital. Geralmente ocupam-se por pontuar indicadores conjunturais, episódicos e aparentes da flutuação da realização e valorização do capital em seus “ciclos de negócios” no âmbito da produção, comércio e apropriação de excedentes (valores) na relação entre o capital e o trabalho ou através de inúmeras formas econômicas e sociais de especulação e expropriação. No período histórico de derrotas políticas e ideológicas que tiveram curso após a queda dos regimes do Leste Europeu, com a hegemonia burguesa em nível mundial e a busca de restauração das bases acumulativas do capital, passou-se a dar ênfase à capacidade do sistema de encontrar novos caminhos para sua expansão como um processo quase que natural e infinito. Ao tempo em que muitos celebraram a fragmentação ou anunciaram a abertura de uma fase de imobilismo da classe trabalhadora, resvalando para uma linha de atuação política defensiva.

3- Mas, contrariando essa análise e perspectiva, os fatos em curso indicam que estamos diante de algo novo com que a esquerda nunca havia se deparado. Nesse novo período, a economia capitalista tem tido sua capacidade de sobrevivência dependente da prevalência da sua dimensão destrutiva. Isto leva a aprofundar, cada vez mais, a deterioração das condições de vida e trabalho das populações para “estabilizar” a continuidade da sua forma especulativa e parasitária de se reproduzir. Por outro lado, as possibilidades de gerar certos aspectos sociais de positividade para a vida e o processo societário da humanidade, fruto da expansão e consolidação do capitalismo no século XIX e meados do século XX, foram reduzidas extraordinariamente. A lógica objetiva do capital se impõe, finalmente, em toda sua integridade destrutiva, crueza e, por isso mesmo, faz emergir resistências e respostas em todas as partes do mundo. Mesmo que ainda de forma difusa, explosiva, contraditória, limitada ou ainda influenciada pelo pensamento liberal e falsas soluções para a saída da crise, o que importa saber e considerar é que as massas resistem e estão em movimento. E que, nesse período, se abrem condições concretas para o avanço de suas lutas mais ofensivas. Este é o ponto de partida da nossa análise, da nossa compreensão da crise e suas implicações para a nossa construção de definições táticas e estratégicas para o novo período, e como iremos nos organizar enquanto comunistas e influir de forma substantiva no seio do povo, da classe trabalhadora, da juventude, das mulheres, dos negros, dos indígenas, enfim, de todos os oprimidos e explorados dessa sociedade.

4- Há variadas ilusões sobre a natureza da crise que levam ilusões para a classe trabalhadora, o que devemos combater de forma rigorosa. A crise atual do capitalismo não é uma simples crise financeira ou creditícia; tampouco se reduz a uma crise cíclica própria de sua forma clássica, ou resultante de um período de desregulação para logo, dentro de um determinado tempo, se recompor e retomar seus níveis normais de expansão e crescimento. Da mesma maneira, pouco ou quase nada significa dizer que a crise se caracteriza como uma crise de

sobreprodução (excesso de capacidade de produção devido a novos padrões tecnológicos, pesquisa e aumento da expropriação do trabalho) ou sobreacumulação (crescente acumulação na esfera financeira de capitais que não encontram aplicação no setor produtivo à taxa média de lucro). De igual maneira, nada explicita afirmar que a crise decorre de uma disfunção do sistema, da aplicação de uma exagerada política neoliberal por parte dos governos neoliberais de direita ou de “esquerda” (ou como alguns caracterizam: neoliberais “keynesianos”, que por si só já é um contrasenso). Estes iludidos pela ideia de que através do Estado poderão por termo à lógica do movimento de reprodução do capital e do mercado.

### **A tendência da queda da taxa de lucro e atual crise econômica estrutural**

5- Hoje, a crise tem características diferentes daquela de 29. Não é uma “simples” crise cíclica. Há uma crise econômica estrutural, crônica e sem uma saída efetiva identificada. Uma crise que, desde o final da década de 60 e início dos 70, está vinculada à queda da taxa de lucros, cuja tendência histórica também já havia sido identificada por Marx.

6- Duas grandes pressões sobre a taxa de lucros forçam sua queda tendencial. Uma intrínseca à lógica da economia e da competição entre os capitalistas, que força o aumento do capital fixo (máquinas e tecnologia) e diminuição de investimento em capital variável (a força de trabalho), através do salário. Esta é uma contradição dialética insolúvel pelo capitalismo: o capitalista precisa aumentar sua produtividade e investir em maquinário mais produtivo para disputar na anarquia do mercado. Assim, diminui a quantidade de trabalhadores explorados e seus custos em pagamentos de salários. Mas, é a mais valia produzida pelos trabalhadores que gera seu lucro. Menos trabalhadores significa mais produtividade, mas, também, ao menos tempo, relativamente menos mais valia e menor taxa lucro.

7- Outra pressão sobre o lucro é também intrínseca ao capitalismo, mas não puramente econômica, pois diz respeito ao sujeito humano trabalhador que luta, mesmo que de modo melhorista ou reformista, por melhores salários, condições de vida e trabalho, por mais políticas públicas no seu interesse etc. E isto significa, do ponto de vista econômico, disputar parte do excedente da produção que gerava mais valia e lucro. Então, as lutas e conquistas de trabalhadores e trabalhadoras significa menos lucro para os capitalistas.

8- Tudo isto vai gerando uma tendência histórica de queda da taxa de lucro e não há capitalismo sem lucro. Mas, nem por isso, o capitalismo vai acabar ou se desmilinguir sozinho.

9- O capitalista tem margem de ação, evidentemente. Pode fazer concessões econômicas e políticas. E faz concessões para manter a hegemonia, para construir consensos, para diminuir o elemento coercitivo intrínseco à sua dominação, em prol de mais estabilidade política para a sua exploração econômica e a realização de seus lucros. Mas isto tem limites. Já dizia Gramsci que, se a hegemonia é política e cultural, também é econômica. A hegemonia não pode deixar de se basear no controle dos núcleos decisivos da produção econômica. E não se pode pensar em hegemonia capitalista, burguesa, sem lucro garantido para esta classe – mesmo quando não há garantia de lucro para cada burguês em particular. O Estado do Bem Estar Social (EBES) foi a concessão máxima que pode fazer a burguesia para garantir sua hegemonia cultural, política, ideológica e também econômica, pois permitiu uma melhoria das condições de vida e a ampliação do consumo de parcela dos trabalhadores. Mas este processo permitiu, até certo ponto e momento, dialeticamente, via aumento do mercado consumidor, um aumento da produção, e a realização da mais valia e do lucro.

10- Até aqui, o limite do EBES foi a crise iniciada entre o final da década de 1960 e início de 70. A primeira sensação diante desta crise foi a de que a burguesia, o grande capital, não estava encontrando uma saída.

11- E, de fato, a crise que ali se iniciava, não era uma crise econômica qualquer. Ela tinha repercussões políticas e incidia diretamente sobre o estado, ou seja, um certo modelo de estado, que chegou a ser o de Welfare State (EBES), como existente na Europa. Ou, em países que não podem ser, rigorosamente, assim considerados, como os EUA, permitiu uma incorporação

significativa via o consumismo. E, mesmo onde não chegou a ser isto, tinha incorporado gestões econômicas e políticas sociais, que não são “genuinamente” liberal-burguesas. Porque, fruto da luta dos trabalhadores e da necessidade de responder à anarquia intrínseca do capitalismo, a burguesia teve que tomar medidas que não foram fruto de sua vontade absoluta. O estado, assim, apesar de continuar sendo um estado de classe, um estado burguês, foi forçado a incorporar elementos que não são propriamente nascidos de um DNA burguês, como políticas sociais públicas, regulação da economia e das relações entre capital e trabalho, e as estatizações.

12- Mas, chegou o momento do limite, com a crise iniciada entre os anos 60 e os 70. E, não podendo mais fazer concessões nem ficar parada diante da queda da taxa de lucros, e de uma crise que, além de econômica, se transformou em crise política e de gestão do estado, a burguesia partiu para o contra-ataque. Ou seja, partiu pra cima das “concessões” que havia feito. Partiu para tirar direitos das trabalhadoras e trabalhadores.

13- Uma das maneiras do capital enfrentar a tendência da queda da taxa de lucros é a monopolização. Já identificada como característica essencial do imperialismo, desde Lênin. O monopólio permite compensar a queda relativa (percentual) da taxa de lucro com o aumento ou manutenção quantitativa do lucro. Também permite a diminuição da concorrência no mercado e, com isto, maior controle relativo sobre preços de produtos vendidos no mercado e matérias primas compradas. Monopólio significa continuidade do processo de incorporações e fusões de empresas, não somente em escala nacional, mas também em escala global, via transnacionalização. As crises servem para isto também. Sobrevivem os mais fortes que engolem os mais fracos. Crise significa, como consequência, maior concentração de capital. Mas, para que isto pudesse avançar, era necessário existir leis, regras, que facilitassem este processo. É preciso quebrar barreiras de estados nacionais. É preciso abrir espaço na propriedade estatizada. É preciso políticas neoliberais. É preciso financeirizar a economia.

### **A financeirização, a manifestação conjuntural da crise e a dívida pública**

14- A crise atual se expressa como resultado de um processo de contradição crônica do capital. Mas, os seus agentes, intelectuais orgânicos das classes dominantes e o poder midiático, dissimulam, ocultam e criam ilusões sobre a natureza da crise. Após a atenuação provisória da explosão da crise que ocorreu em 2007-2008, a burguesia mundial e seus agentes propagaram que tudo marchava para uma recuperação inexorável e que se chegaria a um tempo de bonança através de uma expansão duradora do sistema com a retomada de elevadas taxas de lucro. Mas esse otimismo virou pó, dissolveu-se frente ao imperturbável movimento contraditório do capital nos últimos meses de 2010.

15- A realidade se encarregou de fornecer elementos para a compreensão de outra verdade. A fórmula encontrada para o enfrentamento da crise crônica prolongada desde os anos 70, agravada em 2007, se fez com incentivos financeiros transferidos de fundos públicos do Estado para os setores produtivo e financeiro evitarem o colapso. Ou, como diz o sertanejo, impedir que a “vaca fosse pro brejo”. Mas isto gerou o seu contrário: o crescimento vertiginoso da dívida pública. Anulando, assim, a simulada recuperação do paciente. Para demonstrar esse quadro, basta destacar que a União Europeia, como um todo, tem uma dívida pública de 78,2% do seu PIB (Produto Interno Bruto). Em 2009 e 2010, essa relação passou de 64% a 84% na Alemanha, de 64 % a 94% na França, de 63% a 100% nos Estados Unidos e de 44% a 90% na Inglaterra. No caso particular de um país de periferia, como o Brasil, os últimos dados de 2012 mostram que houve um crescimento da dívida pública em 11%, gerando um aumento de R\$ 170 bilhões, chegando à casa de uma dívida de R\$ 1.860 trilhões. Tudo isso alimentado pelo remédio amargo dos títulos que o governo emite para refinar a própria dívida. No caso do Brasil, a radiografia dessa dívida mostra o caráter da financeirização especulativa da mesma, uma vez que 62,5% se encontra em mãos dos bancos, fundos de pensão e investimento, seguradoras nacionais e internacionais. E os 37,5% restante estão nas mãos de milionários brasileiros e estrangeiros.



16- Podemos deduzir, portanto, que a primeira fase da crise em nível mundial foi predominantemente enfrentada com incentivos dos governos para o setor privado e a expansão da dívida pública. No Brasil, esse fenômeno passou a ocorrer, principalmente, a partir de 1990 e prossegue até os dias atuais com os governos do PT. Nos países centrais do capitalismo, União Européia e EUA, a resposta para essa crise não se modifica, continua a mesma, rolando a dívida. Mas combinando, agora, com forte ataque aos trabalhadores e à população mais empobrecida através de cortes de gastos para as chamadas políticas sociais, reduções salariais, corte de direitos, restrição nas leis contra imigrantes e aumento da violência e repressão praticadas pelo Estado.

17- Assim, fica nítido que o caminho burguês para enfrentar para a crise será o de continuar acumulando dívidas, ao mesmo tempo em que empreende uma ofensiva contra os trabalhadores e oprimidos da sociedade. Buscam, com isso, jogar pra frente, ou como diria a expressão popular, “levar com a barriga” a situação para adiar - por quanto tempo, não se sabe - a emergência de uma recessão em larga escala e de maior intensidade, com possibilidade de turbulências ainda maiores no sistema financeiro internacional. É um horizonte que poderá chegar por vários caminhos, mas que sempre terá que passar pela necessidade de valorização do capital, quer seja na esfera produtiva ou no âmbito da especulação financeira.

18- Por essa razão, devemos compreender que o capital ao ter se lançado, a partir do final dos anos 60 e a década de 1970, na busca frenética pela especulação, não o fez por uma falta de regulação, má gestão, desvio do sistema, ganância individual dos capitalistas ou fatores subjetivos. Mas por uma tentativa de solução, um remédio para sua enfermidade estrutural: a tendência à queda da taxa de lucro. Embora, não devemos acreditar que já está dado que essa queda seja linear e absoluta, uma vez que o capital e sua lógica destrutiva gera também suas contratendências para racionalizar a sua irracionalidade. Usando, para isso, várias saídas: incremento de novos padrões tecnológicos, redução de custos sociais do trabalho e dos meios de produção, incentivo das guerras, etc. Mas, tudo isso com sérias implicações políticas, econômicas, militares e ecológicas para o funcionamento do sistema. O que significa saturar cada vez mais suas possibilidades de saídas, estreitar os caminhos para a restauração do capital e de sua ordem societal.

19- A partir da interpretação marxiana do movimento do capital e das condições objetivas necessárias para remuneração, valorização do capital financeiro e do capital social total, podemos entender e identificar a sua principal contradição em desenvolvimento nessa etapa da história do capitalismo. Por isso, é necessário compreender a dialética do conceito de capital fictício e lucros fictícios, como derivações necessárias da teoria do valor e como lógica que rege o funcionamento dessa sociedade. Deste ponto de vista, deve-se considerar que a contradição entre o capital e o trabalho não é a única e decisiva contradição isoladamente. Ela se articula de forma dialética com a relação entre capital e a redistribuição do excedente do valor entre as frações dominantes do capital que disputam - na esfera da circulação - a redistribuição do excedente do valor; ou seja, da apropriação da mais valia gerada na produção. Em outras palavras, essa dinâmica dialética e contraditória apresenta consequências de acirramento na relação intracapitalista, entre o capital e o trabalho, entre capital e apropriação da riqueza, quer seja na forma direta de extração da mais valia, quer seja na forma especulativa de apropriação do espaço urbano, rural e dos recursos naturais.

20- É daí que podemos entender o agravamento das contradições dos sujeitos sociais - da classe trabalhadora em geral e dos múltiplos movimentos sociais - que se encontram face às crescentes perdas de direitos históricos e atuais, colocados a margem da reprodução social e material no tocante ao mercado de consumo e trabalho e às condições de sobrevivência básicas (saúde, moradia, educação e alimentação etc).

21- A forte tendência desse processo toma corpo, principalmente, a partir do início dos anos 70, quando o capital e sua alma encarnada, a burguesia, buscam uma saída para a queda vertiginosa da taxa de lucro. A partir desse momento, orientada pelas diretrizes das políticas

neoliberais, a burguesia busca uma saída de natureza especulativa e parasitária. O que foi o suficiente para, no início dos anos 80, fazer crescer superexploração do trabalho tanto na sua forma assalariada quanto nas mais diversas formas sociais precarizadas de trabalho geradas no contexto da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais.

### **Os limites estruturais da intervenção dos estados para enfrentar a crise**

22- A crise é longa, profunda e com fim imprevisível. A pronta intervenção dos diferentes governos para conter a crise e reduzir de maneira temporária sua profundidade, não enfrenta a contradição que encarna também interesses particulares das classes dominantes. Ao contrário, prolonga a enfermidade do próprio sistema na medida em que os governos ampliaram as condições de crédito, compraram títulos podres, compraram ações das empresas produtivas e financeiras em risco de quebra. Enfim, retirou das mãos das empresas aquele capital fictício que estava sendo desvalorizado ou que simplesmente se destruía. Aquilo que já era fumaça, pura ficção, voltou a ser realidade pelo menos parcialmente pela ação desses governos. Mas, aí reside o verso contraditório da moeda. Retiraram por um lado parcelas enormes do capital fictício do mercado, mas voltaram a recriá-lo, por outro, uma vez que esse apoio esteve baseado em crescimento da dívida pública. Com isso, o capital impõe a si mesmo seus próprios limites e contradições como *modus vivendi* de uma lógica que arrasta e prolonga a sua própria enfermidade.

23- Essa fórmula, porém, não durou e nem durará muito. Vivemos uma grave corrosão da etapa especulativa que ameaça a sobrevivência do capitalismo. E o capitalismo reage com redução e eliminação dos direitos dos trabalhadores e enfatizando a superexploração, onde a jornada de trabalho se estabelece em uma esfera externa à estrutura de produção, avançando sobre o domínio público e a vida privada. No plano político, tende a aumentar a restrição dos espaços democráticos, crescimento do controle, coerção e vigilância dos opositores ao sistema. Ao mesmo tempo em que o pluralismo liberal formal das diferenças no campo da força de trabalho (gênero, raça, etnia, cultura) tendem a aumentar a utilização e administração desses elementos como recursos para enfrentamento da competição e vantagens para contribuir com o aumento da taxa de mais valia e lucro dos capitalistas.

24- Neste quadro tendencial, é mera ilusão disseminar falsas esperanças numa política desenvolvimentista que preserve a natureza. Pois, é preciso compreender que a economia que se encontra subjugada a um processo especulativo, dependente do movimento e flutuações dos valores dos ativos financeiros, que são o foco da especulação (títulos da dívida pública, imobiliários, commodities), que podem perder o seu valor de maneira significativa devido à eminência da insolvência em determinada conjuntura. Com a quebra de qualquer instituição da rede financeira, todo o sistema financeiro tende a ser contaminado em cadeia, uma vez que não consegue pagar os títulos podres de hipotecas, ou de outros pacotes de derivativos financeiros. Por isso mesmo, qualquer desenvolvimento atual das nações capitalistas está sob a dependência dessa lógica, que converte tudo em objeto de especulação, provisoriedade e destruição.

25- A saída do capital é de mais destruição e aprofundamento da exploração e opressão. O capital e seus agentes procuram construir novas formas de funcionamento da economia mundial, a fim de contornar a situação turbulenta do mar revolto da crise do capital. Primeiramente, do ponto de vista ideológico e prático, ao contrário do que se imaginava, estamos ainda longe de constatar a morte do neoliberalismo. No momento, o que podemos compreender é o contrário dessa análise, pois, a alternativa principal que os Estados capitalistas e os seus governos procuram para contornar a crise, não é contrária às políticas neoliberais

### **A saída do capital: mais exploração e barbárie**

26- O que a burguesia e seus estados desejam, na verdade, é apenas uma saída funcional para a manutenção do sistema. Mas, essa necessidade lógica do capital implica, como já vem ocorrendo, na quebra de muitas instituições financeiras. Particularmente, porque o capital que

elas acumularam deriva de uma mais-valia que ela não produz, gerando completo desequilíbrio entre valores reais e fictícios. Como resolver esse problema? Como retomar a aceleração da produção real da mais-valia?

27- A saída, para o capital, é objetivamente incontornável e implica em: 1) aumentar a taxa de mais-valia, ou seja, a taxa de exploração do trabalho através de todas as formas possíveis; 2) arrocho salarial puro e simples; 3) maior quebra dos direitos da classe trabalhadora como forma de reduzir o valor da força de trabalho; 4) aprofundamento da reestruturação da força de trabalho, aumentando a intensidade do trabalho para acelerar a rotação do capital. Todas essas condições se acentuam muito nos países periféricos e dependentes, onde as parcelas de mais-valia são apropriadas e acumuladas pelas economias centrais. Por isso mesmo, exige do capitalismo periférico a maior elevação da taxa de mais-valia. Em consequência, os trabalhadores e a esquerda devem esperar, nesse novo cenário, maior aprofundamento das reformas neoliberais nos mercados de trabalho, na legislação que regula a relação capital e trabalho, bem como maior restrição nas leis trabalhistas e sindicais. Fica nítido, assim, o objetivo de impor o “ajuste”, a falácia da “austeridade” sobre os ombros das massas trabalhadoras.

28- Mas não só isso. O capital precisa de tempo para que todos esses ajustes se realizem e que uma nova fase de expansão de valorização se complete no interior do seu processo de reprodução. Enquanto isso, o Estado cumpre a sua função histórica, amparando o capital em dificuldades. Primeiro, destina uma fração crescente do orçamento público para a operação de salvamento de instituições financeiras com problemas de liquidez/solvência. Segundo, decide pela redução dos gastos com custeio das políticas sociais. Em função dessa estratégia, o Estado e seu aparato jurídico-político e coercitivo usará de todos os recursos institucionais para favorecer o avanço barbarizado e violento do capital financeiro, especulativo e parasitário sobre todo o espaço da vida social e urbana.

29- Qual é a consequência dessa “saída” para a crise, se é que se trata mesmo de uma saída? A ampliação das dívidas públicas por toda economia mundial. Aqui, torna-se necessário que se combata os discursos falaciosos, manipuladores dos neoliberais orgânicos da burguesia ou dos que vieram das hostes da esquerda, quando tentam atribuir a elevação da dívida pública às “políticas paternalistas, demagógicas ou populistas” do Estado. Em verdade, a explosão das dívidas dos Estados tem como objetivo respaldar estrategicamente as condições para a sua retomada de acumulação em um novo ciclo de crescimento, particularmente com a transferência de recursos públicos para estabilizar preços dos ativos “podres” para a recuperação do capital fictício.

30- Assistimos hoje a emergência da China que, há vários anos, é a economia capitalista que mais cresce no mundo, combinando, ao mesmo tempo, processos produtivos das três revoluções industriais, além do artesanato pré-capitalista. Que, principalmente com base em associações entre empresas estatais e privadas nacionais e estrangeiras e investimentos fortes em pesquisa, está conseguindo dominar tecnologias de ponta, de terceira geração; que é o maior credor da dívida pública dos EUA. Que já tem quase todas as características típicas de país imperialista global: alto grau de constituição de empresas monopolistas; rápido processo de transnacionalização de suas empresas; forte sistema bancário; exportação de capitais; agressiva disputa de mercados e de fontes de matérias primas em outros países; faltando um nítido expansionismo militar – porém, também no setor militar, vem expandindo seu orçamento bélico, mesmo que ainda sem ter demonstrado iniciativas de agressão.

31- A China é, hoje, o principal fator econômico “nacional” que vem impedindo maior recessão econômica no mundo, por suas taxas altíssimas de crescimento: beneficiando-se de altas taxas de super-exploração do trabalho; crescimento de um mercado interno de centenas de milhões de pessoas; e de competitividade na disputa do mercado mundial de industrializados. Com isso, contribui com o crescimento médio do PIB mundial e das taxas médias de lucro globais, mas também incentiva a economia de outros países exportadores de bens primários e abertos a

receber seus capitais. E também dá sustentação à dívida pública de estados tradicionalmente capitalistas, especialmente os EUA.

32- Mas, a crise e as lutas também chegaram na China. Há uma progressiva diminuição do PIB (Produto Interno Bruto) – que em 2012 já tem o crescimento previsto limitado a 7,5% (depois de ter crescido 10,3% em 2010 e 9,2% em 2011); inflação acima dos limites planejados; estreitamento do aumento da demanda interna e externa a suas mercadorias; falências de empresas (principalmente pequenas e médias); aumento do desemprego; e aumento do custo de mão de obra – aliás, fruto da luta dos trabalhadores chineses e de uma reforma trabalhista que reconheceu alguns direitos dos trabalhadores na relação com o patronato, após duros processos de luta. Lutas que, na China, se contam como dezenas de milhares anualmente, e que continuam amplamente presentes em seu território. Assim, a crise mundial se faz sentir na China e sua crise também se fará sentir na economia mundial. 7,5% de crescimento anual ainda é um número alto para os padrões do mundo atualmente, mas nitidamente decrescentes para quem, há cinco anos atrás, tinha taxas de 11% e 12%.

### **A reconfiguração do sistema imperialista e o novo papel do Brasil na divisão internacional do trabalho**

33- Neste contexto mundial, o Brasil altera sua inserção na divisão internacional do trabalho. A partir da década de 30, passou a ter um setor dinâmico da economia centrado no tripé da indústria de capital estatal, privado nacional e estrangeiro, com dinâmica puxada principalmente pela indústria de bens de consumo duráveis. A partir dos anos 80, após moratória do México e do Brasil, o imperialismo buscou novos caminhos para continuar valorizando as imensas massas de capitais sobrantes na economia mundial.

34- Seguindo o processo de mundialização do capital e das políticas neoliberais, o estado brasileiro (a partir de 1990) opta por aumentar as taxas de juro e rebaixar o valor da força de trabalho. Por outro lado, se abre ainda mais para a internacionalização da cadeia produtiva industrial, importando mais componentes de maior valor tecnológico. Por outro lado, o setor dinâmico passou a ser o primário exportador e, secundariamente, os produtos industriais que figuram como “*made in Brasil*” - mas que são montados no Brasil por empresas transnacionais com componentes de maior tecnologia produzidos em outros países. Isto aumenta a dependência ao não qualificar tecnologicamente a produção nacional. Concluindo, já no governo Lula ocorre uma reconfiguração do Bloco de Poder, econômico e político (que privilegia o capital financeiro, o setor primário exportador e parte do setor industrial, especialmente aquele em torno da cadeia produtiva das empreiteiras), e se realiza uma estabilização da hegemonia política burguesa no país.

35- Assim, o Brasil vai se “especializando” na produção e exportação de bens primários, e outros de baixo valor agregado, mas de enorme importância para alimentar o processo de expansão do capital no mundo. Nessa dinâmica, o Brasil sofreu um processo de reorganização em que perdeu setores industriais relevantes, como também elos de cadeias produtivas e segmentos industriais importantes. Também há mudanças importantes com o fortalecimento regional do estado e das empresas (de capital originalmente brasileiro ou estrangeiro) que são sediadas ou produzem em nosso território. Mas, sempre dentro da lógica e de uma posição dependente dentro da cadeia imperialista.

36- No Brasil, como em outros países chamados emergentes ou não (como os BRICS – bloco de países formados por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), os impactos da crise estão sendo atenuados, devido a processos particulares e diferenciados de ampliação de mercado interno, às políticas sociais compensatórias e à ação do estado em prol do capital. Mas, não estão livres da crise nem das lutas (sobre estas questões e o papel do IIRSA, ver o nosso Resolução sobre a Conjuntura Nacional).

37- Dentro de um período maior de resistência, vivemos hoje, dialeticamente, um momento de positiva retomada das lutas, de avanço da resistência, de recuperação de alguns terrenos

perdidos, em que a esquerda (e nós dentro dela) deixou de desacumular e passou a acumular forças. O momento de agravamento internacional da crise estrutural do capitalismo, e as mais diferenciadas formas de manifestação, em todos os continentes, também ajudam a construir um clima político e ideológico favorável a estas retomadas no Brasil. As mobilizações e lutas anti-racistas ampliam a identificação do Brasil como um país negro, havendo um aumento do assumimento desta identidade por cerca da metade dos brasileiros.

### **A natureza convertida em valor-mercadoria e a radicalização de sua devastação**

38- Todavia, a busca dessa saída da crise pelo capital, abre uma fase perigosa para a própria humanidade e, em especial, para os explorados e oprimidos. Pois, a crise engendra situações sociais e políticas múltiplas de acirramentos de interesses intercapitalistas e imperialistas por mercado, controle das fontes energéticas, alimentares e dos recursos naturais em geral; avança sobre a natureza impondo sua lógica de apropriação, expropriação e mercantilização para convertê-la por completo em valor de capital, em produto importante para sua reprodução.

39- Nessa perspectiva, é importante assinalar que a reprodução do capital submete a natureza à sua lógica especulativa e financeira e, relativamente, se desenvolve de forma paralela, mas nunca de forma absolutamente independente. Por essa razão, não aceita qualquer tipo de constrangimento legal (normativo) para sua necessidade de apropriação da natureza e para transformá-la em base produtora de valores. Isto é possível porque a produção social não depende diretamente dos ecossistemas, uma vez que os produtores sociais se encontram separados das condições naturais podendo desenvolver a sua produção com relativa independência. Particularmente, porque o sistema capitalista é um modelo societal civilizatório de produção paralela ao desenvolvimento da natureza, podendo convertê-la em objeto de sua própria valorização – mesmo sacrificando a humanidade

40- Dessa maneira, a natureza é incorporada ao processo de valorização do capital, quer seja como fornecedora de matérias primas ou como diversas riquezas naturais que são apropriadas, mercantilizadas e convertidas em base de expropriação fundamental para o sistema de produção capitalista. Isso significa compreender que as questões social e política de classe se encontram intrinsecamente associadas à questão ecológica. Pois, está também diante da mesma lógica destrutiva que avança sobre as condições de vida dos que vivem do trabalho e de suas famílias que estão alojadas em espaços urbanos desprezados e abandonados pelo estado.

41- Portanto, a natureza vale pelo que ela pode ofertar para a valorização incontrolável do capital, pelo que é passível de se apresentar como rentável, deixando de ser um “bem livre” da humanidade para ser um bem privado, levado ao extremo, como títulos, valores derivativos de capital no mercado financeiro. Por isso, o sistema capitalista internacional (o imperialismo), para sua acumulação, sempre combinou a expropriação direta ou indireta da força de trabalho com a espoliação dos recursos naturais, principalmente dos países colonizados ou dependentes, e as consequentes degradações ecológicas de todos os gêneros, sempre com a justificativa da necessidade de aceleração do processo de desenvolvimento. As contradições daí resultantes derivam do fato de que o sistema de produção capitalista se processa de forma universal e em ritmo acelerado, gerando de forma linear uma ação destrutiva e irreversível dos recursos naturais não renováveis. E aqueles que são renováveis não podem acompanhar o intenso ritmo de apropriação do capital para seu metabolismo de reprodução.

42- Assim sendo, a crise do capitalismo, pela sua condição endêmica e estrutural, está mergulhada em uma lógica que não respeita a reprodução da natureza. E não possibilita qualquer “*desenvolvimento sustentável*”, como é propagado cnicamente pelas empresas midiáticas, partidos burgueses, liberal-sociais, “verdes ecocapitalistas”, e por parte de alguns ingênuos que ainda se consideram de esquerda. A nosso ver, a luta em defesa da natureza, inexoravelmente, se reveste em uma luta anticapitalista e de caráter socialista. A nossa tarefa política é revelar o caráter de classe dessa questão e desmascarar a ocultação do verdadeiro conteúdo e lógica que rege esse desenvolvimento destrutivo da natureza. E formular um programa político capaz de

indicar o caminho da verdadeira sustentabilidade da natureza e libertá-la do domínio do capital, da sua ação destrutiva que ameaça a vida dos trabalhadores e de toda a humanidade: um programa socialista.

43- Entre 15 e 21 de junho será realizada a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, ou Rio + 20, onde o imperialismo insistirá na sua cantilena da “Economia Verde”, que nada mais é do que mais capitalismo mercantilizando e destruindo a natureza, como vimos acima. Nós estaremos lá, mas não na Conferência da ONU e sim na “Cúpula dos Povos” - um grande fórum paralelo de luta e resistência com a presença de milhares de lutadores e ativistas de todo o mundo.

### **As diversas vertentes da contra-ofensiva do capital**

44- Como foi visto acima, a financeirização da economia e o neoliberalismo surgem, assim, como primeiros remédios para a crise estrutural e múltipla do capitalismo. Privatizações, abrindo espaço para lucro capitalista onde estava estatizado. Quebra de políticas públicas – reduzir gastos do estado com o povo trabalhador. Quebra de direitos sociais inscritos no estado – para diminuir o custo da força de trabalho. Enfraquecimento da capacidade de negociação dos trabalhadores na disputa de excedente com o patronato – aumentar desemprego e enfraquecer os sindicatos. Mas isto também diminui o mercado consumidor interno a estes países, o que também limita a produção, o consumo e o lucro. Quebra de barreiras protecionistas. Enfraquecimento de economias nacionais da periferia do mundo e até da própria Europa, abrindo espaço para o grande capital e a monopolização transnacional. Esforço para fortalecer a produção industrial do centro imperialista gerando desindustrialização e reprimarização da economia na periferia. E qual o resultado disto? O resultado foi crise. Continuidade da crise sem o florescimento econômico continuado e virtuoso esperado.

45- Mas, diversos outros acontecimentos de origem, econômica, científica e política, poderiam ter ajudado o capitalismo a superar esta crise. **Destacamos os seguintes:** a) **O rompimento do Acordo de Breton Woods.** Em 1944, o dólar passou a ser moeda de referência internacional, mas deveria manter-se indexado ao ouro. Diante do início da crise, em 1971 o governo dos EUA, unilateralmente, suspendeu a conversibilidade do dólar em ouro, pela incapacidade dos EUA em cumprir essa conversibilidade. Foi uma espécie de calote global; b) **O keynesianismo industrial militar**, que significa que o estado (particularmente os EUA) ao fazer grandes investimentos em guerras e outras ações militares pelo mundo, acaba estimulando o crescimento econômico, através das compras de materiais da indústria bélica privada e de toda a cadeia econômica em torno dela; c) **A Revolução Tecnocientífica**, que também foi chamada de Terceira Revolução Industrial, que permitiu diminuir os custos da produção e gerar competitividade. Mas, dialeticamente, diminui a exploração do trabalho vivo e a geração de mais valia, contribuindo com a queda tendencial global da taxa de lucro. E, além disso, gera desemprego, diminui mercado consumidor e fecha espaços para o mercado e a produção; d) **A entrada do capital em setores econômicos que tinham menor importância global para a acumulação de capital.** É o caso de setores como a Indústria cultural, saúde, educação, previdência, esporte, entretenimento e supérfluos em geral. Também o enorme peso relativo que passou a ter o grande ramo das comunicações e telecomunicações – como nunca visto antes na história; e) **Avanço em áreas geográficas, antes com baixa penetração capitalista**, e com peso menor no mercado de consumo mundial – como na América Latina, Ásia e África; f) **Maior permissividade para com a destruição ambiental** que, como vimos, vai se tornando planetária e tem sua origem na forma destrutiva da ação do capital que pressupõe que não há limites para a exploração da natureza. E a produção continuada de um padrão consumista e produtivista do capitalismo que é indispensável para gerar mais-valia e lucro; g) **Fim dos regimes de tiranias burocráticas, na URSS, no Leste Europeu** e em vários países, espalhados pelo mundo, sob sua influência política e relações econômicas – abrindo enormes espaços para a penetração do capital privado e geração do lucro; h) **Conversão capitalista da China**, que hoje tem praticamente todas as

características de país imperialista, exceto as agressões militares, mas que já vem começando a ampliar os investimentos bélicos. E que, como vimos, é hoje o principal fator “nacional” que vem impedindo maior recessão econômica no mundo, por suas taxas altíssimas de crescimento.

46- Ademais, tudo isto foi acontecendo dentro de clima ideológico favorável ao capitalismo, porque o debacle dos regimes burocráticos foi visto como uma derrota simbólica do socialismo em geral e a impossibilidade de sua construção.

### **A consequência de tudo isto foi a continuidade da crise**

47- E além de tudo, também é uma crise teórica da economia burguesa, que não consegue nem explicar, nem prever, nem dar respostas para resolver a crise. E esta é obrigada, crescentemente, a enfrentar sua fraqueza teórica na base do discurso ideológico sustentado pela mídia comercial e seus agentes. Mas este discurso ideológico também está se enfraquecendo diante de uma realidade a cada dia mais exposta.

### **Menos hegemonia, mais coerção**

48- Como vimos, não há possibilidade material de resolver esta crise com mais concessões aos trabalhadores (como acabou ocorrendo depois da Crise de 29, especialmente depois da 2ª Guerra Mundial) nem com mais dívidas dos estados (como tem sido feito mais recentemente para enfrentar esta crise). Ao contrário, a ilusão de que a ação do estado para enfrentar o pico da crise de 2007/2009 era um anúncio de mais keynesianismo e investimento público “saudável”, logo veio ao chão.

49- A saída buscada é mais liberalismo, mais privatização, menos direitos sociais e gastos do estado com isto. Menos salários. Mais desemprego. E, como consequência, mais repressão, mais autoritarismo. Repressão dentro de cada país, com novas legislações e uso do aparato contra as manifestações, e em nível internacional, que vão desde as intervenções militares até a censura na Internet, etc.

50- Com o previsível enfraquecimento da hegemonia burguesa, com a quebra da relação entre consenso e força, entre capacidade dirigente da burguesia e sua dominação coercitiva, a tendência é o aumento da coerção para compensar a perda relativa do consentimento e, assim, garantir a dominação pela via do uso direto da força. Evidentemente, isto é uma tendência de regra geral, que precisa ser entendida dentro das suas particularidades, das realidades regionais e nacionais, e do contexto histórico de cada país dentro da situação global.

### **Avançam as Lutas de Resistência em todo o mundo**

51- Diante esta situação, há uma nova retomada de lutas, resistências, rebeliões e indignações em todos os continentes. Processos que podem gerar revoluções, mas ainda não podemos falar em uma situação pré-revolucionária. São movimentos relacionados à crise econômica, à crise ambiental e à crescente consciência ecológica e contra as guerras. Contra os ataques neoliberais do capital, há uma retomada das lutas do povo trabalhador, dos que vivem do trabalho, em todos os continentes do mundo. Mas são lutas de caráter desigual de um lugar para outro. Como regra geral, as características que provocam as mobilizações são de resistência. Ou seja, não visam novas conquistas materiais, mas garantir direitos já constituídos e ameaçados. Porém, em alguns casos, como na Índia e na China, há importantes lutas pela conquista de direitos sociais e trabalhistas ainda não institucionalizados, num quadro de exploração brutal. Em outros, como em parte do Norte da África, esta resistência avançou no sentido de luta política contra o regime e por conquistas democráticas.

52- Estas lutas têm uma característica diferente dos processos revolucionários de países dominados e dependentes, que tiveram um ascenso entre as décadas de 50 e 70. Aquelas, com sentido político nacional e democrático em primeiro plano e base social principalmente camponesa, e a predominância da forma de luta guerrilheira. Também diferente das lutas por reformas dirigidas por partidos social-democratas e comunistas reformistas europeus no mesmo

período; assim como por partidos e lideranças nacional-populistas na América Latina; e de grupos de extrema-esquerda, em diversas partes do mundo, mas sem base social, nas décadas de 60 e 70; e também em relação ao movimento chamado de “anti-globalização” do final do século XX, que já refletia o novo período de crise, eram internacionais, mas com poucas bases sociais localmente enraizadas. Os movimentos atuais ainda precisam ser melhor compreendidos, mas podemos dizer que são mais enraizados social e nacionalmente; massivos; com mais amplitude e pluralidade política dentro de um campo à esquerda; de forte conotação anticapitalista e ambientalista; e usando diversificadas formas de luta e organização.

**53-** A agudização da crise e este ascenso das lutas nos últimos cinco anos, encontrou a esquerda mundial e brasileira enfraquecidas, depois de longo período de descenso e derrotas políticas e ideológicas. Período de descenso que começou antes e foi mais longo no mundo do que no Brasil. Não havia forças políticas de esquerda predispostas à capitalização da nova situação, numa perspectiva contra-hegemônica. Assim, a esquerda está tendo que se reconstruir, em todo o mundo, tendo como base tanto novas como “tradicionais” formas de luta e organização.

### **O particular e o universal das lutas de resistência, democráticas, populares e anti-capitalistas que emergem no mundo**

**54-** Como vimos, as lutas desenvolvidas tem muitas particularidades. A crise chega de modo e em tempos diferentes, e a maneira como as resistências se desenvolvem - e precisam ser entendidas - não pode esquecer estas especificidades.

**55-** Especificidades que, num rápido levantamento, podemos lembrar: 1) as conquistas sociais, anteriormente encrustadas no estado, que são atacadas hoje pelo capital e o estado; 2) as tradições de luta e cultura política locais com suas especificidades; 3) o cruzamento das diversas vertentes presentes na crise global se combinando concretamente (arrocho salarial, meio ambiente, etc); 4) a questão da opressão nacional (países do centro imperialista, dependentes, ocupados militarmente, etc); 5) a questão das opressões étnico-raciais, de gênero e etárias com suas dinâmicas próprias (como os imigrantes nos EUA e Europa, a maior vulnerabilidade das mulheres na crise, o aumento da idade de aposentadoria, o desemprego da juventude, etc); 6) o estágio de desenvolvimento do capitalismo, a complexidade do estado nacional burguês, a posição do país dentro da cadeia imperialista e a conformação das classes e frações de classe com suas singularidades; 7) os regimes políticos e o grau de autoritarismo e de existência de liberdades democráticas e processos eleitorais institucionalizados ou não; 8) a relação estado-religião e a questão da laicidade e do fundamentalismo religioso, também com particularidades que são fundamentais para serem entendidas caso a caso dentro de um processo mais geral; 9) o grau de desgaste das organizações tradicionais dos trabalhadores e da esquerda, como os partidos socialistas eleitorais de massa, sindicatos, etc.

**56-** Daí as particularidades, mesmo dentro da Europa, assim como entre os países árabes. Assim, Grécia, Espanha, Portugal, Itália, Turquia, Inglaterra, Islândia, Irlanda ou França tem dinâmicas diferenciadas. Do mesmo modo, Egito, Líbia, Tunísia, Arábia Saudita, Síria, Palestina, e outros países do Norte da África e do mundo árabe, etc.

**57-** A Rússia e os países do Leste Europeu também tem suas idiosincrasias anteriores e posteriores à constituição do bloco de estados dos regimes burocráticos da região. A África negra com uma enorme diversidade de realidades e onde na Nigéria já tem acontecido importantes manifestações de massa de trabalhadores. EUA, China e Índia, onde também as lutas já são cada dia mais presentes, são todas realidades com suas particularidades.

**58-** Na América Latina, além de movimentos e partidos, temos governos que nasceram da oposição popular e da esquerda. No caso da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Peru e o ex-governo chileno, as ações de seus governos comprovaram que estão a serviço da ordem capitalista e que aceitam, em maior ou menor grau, a situação de dependência liberal periférica. Outros, que se pretendem de sentido socialista (como Bolívia, Venezuela e Equador) hoje passam por impasses que colocam muitas dúvidas sobre seu potencial de evolução para uma ruptura



revolucionária ou de retrocesso diante dos obstáculos colocados pela ordem capitalista interna e global. Nestes, assistimos alguns impasses, estagnação da radicalização política e, inclusive, retrocessos mais nítidos como no Equador, onde o governo aplica uma política de desenvolvimentismo dependente, em antagonismo com os povos indígenas e movimentos sociais radicais. Mas, a resistência popular continua presente em todos eles, inclusive contra projetos relacionados com o IIRSA na Bolívia e Equador. Tivemos ainda as expressivas lutas da juventude e do movimento indígena chileno. Em todos eles, nossa posição é de estar ao lado o povo em luta, resistindo às tendências nacional-desenvolvimentistas burguesas em seus países (sobre o IIRSA e a relação do estado brasileiro com estes países e sobre a situação do Brasil, ver o nosso texto sobre Conjuntura Nacional).

**59-** De modo geral, estes movimentos políticos, sociais e culturais de resistência tem elementos importantes de identidade e aproximação, dentro da dialética do desigual e combinado: todos procuram dar respostas à crise e aos ataques do capital. Mas, também tem particularidades que são decisivas para a compreensão da dinâmica das contradições e antagonismos de cada um e suas possíveis evoluções. Mas, o fato é que 2011 foi um ano marcante pela retomada global de mobilizações. E, ao contrário das previsões de alguns que chegaram a pensar que estas mobilizações tinham chegado ao seu fim no ano passado, 2012 começou neste clima de forte resistência.

### **A novidade e as fragilidades do “movimento anti-globalização”**

**60-** Os movimentos iniciados em Seattle, há pouco mais de 10 anos, denominados como “anti-globalização”, foram uma novidade. Começou aí um internacionalismo que não era apenas uma solidariedade à luta de outros povos, mas uma luta em si internacional e internacionalista.

**61-** Tivemos também experiências puxadas pelos zapatistas, estimuladas simbolicamente pelo levantamento do EZLN mexicano em 1º de janeiro de 1994 e articulados pelos Encontros pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo como o que realizamos em 1999 em Belém do Pará.

**62-** Em 2001, nasceu o Fórum Social Mundial (FSM), que ainda está merecendo uma análise mais profunda de nossa parte, até pelas apostas e grande investimento que fizemos neste fórum. Este, que poderia ser um espaço de ampliação, aprofundamento e radicalização das lutas internacionais contra o neoliberalismo e por um “outro mundo possível”, trouxe uma contribuição importante para quebrar o discurso do pensamento único e do fim da história. Porém, não conseguiu atingir objetivos maiores. Não avançou na construção de uma plataforma de efetivas lutas comuns e vem sendo progressivamente moderado pela crescente presença e peso político de governos, partidos e organizações sociais governistas, especialmente na América Latina, que condicionam defensivamente suas ações.

**63-** O ataque às Torres Gêmeas, que pode ter gerado condições de discurso, coerção e isolamento dos movimentos anti-globalização, serviu como instrumento ideológico para justificar a reação imperialista e colocar os movimentos na defensiva, dispersão e fragmentação. Mas, com as guerras contra o Iraque e o Afeganistão, com o tempo, também geraram movimentos anti-guerra e um desgaste do imperialismo e dos EUA em todo o mundo. Aí, movimentos anti-globalização se combinaram com os anti-guerras, mas sem ter conseguido maiores enraizamento social e permanência.

**64-** O chamado genericamente “Movimento dos Indignados” na Europa e o *Occupy* (Ocupa) nos EUA foram, certamente, estimulados a partir da chamada “Primavera Árabe”, especialmente das rebeliões que derrubaram governos na Tunísia e Egito. Mas, independentemente deste estímulo, tem razão própria de ser, e são movimentos mais fortes e muito mais massivos do que foram os movimentos anti-globalização e anti-guerra, pois tem muito maior enraizamento social, amplitude e pluralidade social e política. Somos, como dizem os ativistas do Movimento *Occupy* dos EUA, 99% da população, contra os 1% que concentra a riqueza e o poder político.

### **As perspectivas da Indignação dos que vivem do trabalho**

**65-** Como sabemos, sem a construção efetiva de alternativas, não haverá saída popular e anti-capitalista para a crise. Qual o projeto em construção, quando a resistência ideológica ao socialismo continua presente (mesmo entre lutadores), pelo que representaram e ainda simbolizam as experiências de tentativas de construção do socialismo que, entretanto, geraram regimes de tiranias burocráticas? Quando o desgaste de partidos social-democratas ou comunistas reformistas com histórico stalinista - que sucumbiram ao institucionalismo e eleitoralismo e, em parte, também compactuaram com políticas neoliberais - acabou resvalando para todo tipo de partido de esquerda? Quando as tentativas de construção de alternativas de esquerda, a partir de 68, não foram além de pequenas organizações, maoístas, trotskistas e outras variantes ultra-esquerdistas e afastadas das massas? Quando a burocratização do sindicalismo da ordem também desgasta a organização sindical combativa?

**66-** Surpreendentemente, nos EUA, uma pesquisa do tipo “de opinião” recentemente realizada, apresentou resultados em que, entre jovens e afro-descendentes, a preferência pelo “socialismo” se equilibra com a do “capitalismo”. Óbvio, que este “socialismo” imaginado pode estar mais ligado a uma idéia genérica de “justiça social”, mas não deixa de ser um sinal muito vivo do desgaste do capitalismo, especialmente em se tratando dos EUA um sinal de alerta para eles e de esperança para nós.

**67-** Hoje, há “novos movimentos” e “velhos movimentos”. Mas, com poucas exceções (como parece ser o caso da Grécia), não há partidos revolucionários e radicais, fortemente enraizados socialmente, com capacidade dirigente comprovada e satisfatoriamente organizados. Não há grandes organizações, ou frentes, ou fóruns permanentes voltados para uma ação unitária, com programas bem definidos mesmo dentro da diversidade. Faltam partidos que estejam consolidados ao mesmo tempo como sendo de vanguarda e de massas.

**68-** O problema que se recoloca é o dos sujeitos sociais, políticos e culturais que podem compor e liderar este processo. Em todo o mundo, sentimos a ausência de uma vanguarda preparada, “uma força predisposta”, como disse Gramsci, para estar nesta luta contribuindo com a liderança destas e com seu rumo e perspectivas.

**69-** Mas, o que podemos ver é que, hoje, certamente, em todo o mundo, como no Brasil, há mais povo disposto a lutar e se mexendo coletivamente para enfrentar a crise e resolver suas questões, do que vanguarda preparada e predisposta para estar junto neste enfrentamento.

**70-** E, apenas com partidos socialistas eleitorais de massa e organizações corporativistas, burocratizadas e centralizadas burocraticamente - por mais combativos que sejam e se auto-proclamem anti-capitalistas, socialistas ou revolucionários - não construiremos esta força predisposta. O que é um grande problema a resolver, mas que tem urgência histórica para ser resolvido. Pois, como vimos, o capitalismo, a cada dia, vem se tornando uma ordem econômica, social, política, ambiental e cultural mais destrutiva. E, não havendo alternativas, vai reforçar sua tendência à barbárie que já se espalha em muitos rincões do mundo.

**71-** Porém, inclusive, neste início de 2012, o desenvolvimento das lutas em vários países, como Grécia, Portugal e Espanha, onde foram realizadas em fevereiro e março de 2012 as maiores manifestações dos últimos 30 anos, os partidos e organizações comunistas, inclusive tradicionais, e várias correntes sindicais, voltaram a ter uma maior presença nestas lutas e estão ampliando sua influência. Lutas que combinam grandes manifestações de até um milhão de pessoas; greves locais e gerais, como a da Espanha com um milhão de grevistas; barricadas e quebra-quebras como na Grécia, Espanha assim como já tinha ocorrido na França, Inglaterra e Alemanha. E não podemos deixar de destacar o caso da Índia, um dos membros dos BRICs (junto com China, Rússia e Brasil), países considerados “emergentes”, e segundo maior PIB em crescimento depois da China, que acabou de realizar o que certamente foi a maior Greve Geral da História do capitalismo, com milhões de trabalhadores parados. E na China, apesar de um regime ditatorial, são centenas de lutas diariamente feitas das mais diversas formas. Calcula-se que, durante o ano de 2011, ocorreram entre 150 a 200 mil atos de lutas quando até o ano 2000 eram cerca de 5 mil anuais e em 2005 chegaram a 80 mil.

**72-** A Cúpula dos Povos, que será realizada no Rio de Janeiro entre 15 e 21 de junho será uma importante oportunidade de luta ambiental. Ela será realizada durante a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, ou Rio + 20. A proposta do imperialismo é a chamada “Economia Verde”, que nada mais é do que mais capitalismo mercantilizando e destruindo a natureza, como vimos acima. A Cúpula dos Povos será um grande fórum paralelo com presença de milhares de lutadores e ativistas de todo o mundo. Ativistas, tanto de movimentos ambientalistas, como aqueles presentes nos mais diversos movimentos de resistência às saídas burguesas para a crise mundial. Como será o primeiro grande fórum internacional de movimentos de resistência desde os levantamentos de 2011, será uma muito importante oportunidade de buscar construir uma plataforma de lutas e ações concretas unificadas.

**73-** Portanto, há dois fenômenos sobre os quais não podemos nos omitir e precisamos pensar. De um lado, o estágio atual da crise estrutural do capital, onde, como regra geral, as respostas burguesas são regressivas - tanto econômica como politicamente. Ou seja: tiram direitos, aumentam a exploração e endurecem a coerção. De outro lado, o crescimento da resistência e a emergência de organizações de luta anti-capitalistas, nos leva a pensar seriamente que podemos estar diante do nascimento de um novo ciclo, uma nova era, da luta de classes em nível mundial.

### **A necessidade de construção de uma síntese programática e novas articulações internacionais**

**74-** Sendo esta uma crise múltipla, uma convergência de crises, a situação requer uma alternativa política e não somente a resistência, pois os governos e estados constituídos, não estão dispostos a concessões e já decidiram que seu caminho é o de ataque do capital ao trabalho e à natureza. Assim, a necessidade de construção de uma síntese programática e articulações internacionais capazes de dar respostas concretas a todo este movimento, está mais do que na ordem do dia. E o FSM demonstrou não ter a menor condição de responder a esta demanda, por causa de sua excessiva diluição e ecletismo - e agora também já consolidando uma moderação política. Esta alternativa também está longe de ser os “partidos mundiais” ou internacionais como os hoje conhecidos. Precisamos avançar na perspectiva de responder a esta lacuna política e organizativa que se formou na crise do socialismo e do movimento comunista internacional antes mesmo do desmanche da URSS. E hoje, no seio da crise estrutural crônica, ainda mais necessária para enfrentar as respostas burguesas: ainda mais conservadoras, autoritárias, concentradoras de riqueza e potencializadoras da barbárie. A alternativa, portanto, se é anti-capitalista, também precisa ser ecossocialista, anti-racista e feminista, e contra todas as opressões – seculares no Brasil e milenares no mundo.

**75-** Não cabe aqui a pretensão de traçar diretrizes sobre o que as trabalhadoras e os trabalhadores de cada país em particular devem fazer. Nem sobre qual devem ser suas táticas e estratégias e suas formas de resolver a questão da construção partidária.

**76-** Mas é nítida a compreensão de que a construção de uma alternativa passa, então, pelas lutas econômicas, corporativas, identitárias, culturais e locais e por sua radicalização numa perspectiva política de conquistar o poder revolucionariamente. E, para isto, é preciso avançar para organizações populares radicais e revolucionárias amplas e gerais. E para organizações (ou combinação de organizações) político-partidárias que consigam combinar a necessidade de ser dirigente (vanguarda política e ideológica), com uma grande expressão e base de massas. Pois, necessariamente, uma alternativa a tudo que está aí, precisa ser uma ação de milhões.

**77-** No Brasil, indicamos as linhas gerais de nosso melhor caminho, no contexto em que estamos, nos textos sobre Conjuntura Nacional e sobre a Nova Cultura Política e a Questão do Partido, a seguir.

## **Conjuntura Nacional e Tática: Avançar na Construção da Resistência Popular e da Oposição de Esquerda no Brasil**

### **Avançar na Construção da Resistência Popular e da Oposição de Esquerda**

1. A luta pelo socialismo no Brasil continua vivenciando um momento histórico de resistência, iniciado desde a ofensiva neoliberal. No entanto, a conjuntura recente apresenta sinais promissores, dada a retomada de muitas lutas e a intensificação e radicalização de outras.

2. Ou seja, no Brasil, dentro deste período maior de resistência, vivemos hoje, dialeticamente, um momento de positiva retomada das lutas - mesmo que ainda principalmente localizadas, dispersas, com níveis diversos de politização e radicalização. Mas, é um momento de recuperação de alguns terrenos perdidos, em que a esquerda (e nós dentro dela) deixou de desacomular e passou a acumular forças. Todo militante que está no movimento vivo já percebeu que está mais fácil combater os governos do PT e aliados e mais difícil para a militância do PT e PCdoB defender seus governos. O momento de agravamento internacional da crise estrutural do capitalismo (econômica, financeira, ecológica, energética e alimentar) e as mais diferenciadas formas de manifestação, em todos os continentes, também ajudam a construir um clima favorável a estas retomadas no Brasil.

3. Dentre elas, podemos destacar: a luta contra a reforma reacionária do Código Florestal e Belo Monte na qual os povos indígenas são protagonistas; as greves de professores que se espalharam pelo país; as movimentações nacionais dos policiais e bombeiros que deram uma grande demonstração de força; as lutas dos trabalhadores do INSS e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que foram duas greves longas e desafiadoras. A do INSS, inclusive, foi julgada antes mesmo de iniciar. E a do MTE durou uns seis meses; a prolongada greve dos servidores do Judiciário; a formação de comitês. Movimentos e frentes, em diversos estados, que denunciam e resistem à faxina social e étnico-racial nas grandes cidades que são alvo das investidas da indústria de construção civil e da especulação imobiliária aquecidas pelos mega eventos como Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016; além de outras categorias do setor privado e público como é o caso dos servidores das universidades federais, dos bancários e dos correios.

4. A resistência rural e urbana na luta pela terra e por moradia se intensifica e se radicaliza como demonstrou a luta no Pinheirinho em São Paulo, exemplo da contradição essencial do período: de um lado, o povo na luta pela implementação dos seus direitos constitucionais básicos não garantidos, sucateados, precarizados e sob constante ameaça de regressão; defrontado ao bloco de poder dirigido pelo capital financeiro que inclui privilegiadamente o latifúndio do agronegócio, as empreiteiras e setores da grande indústria transnacional, sendo composto também por segmentos da indústria brasileira com diversos graus de associação ao capital internacional. E também com a aceitação política e ideológica de amplos setores da classe trabalhadora seduzidos pelo pequeno mais real aumento do consumo e convencidos temporariamente da inexistência de contradição de classe, pelos seus instrumentos politicamente organizados e construídos nos últimos 30 anos.

5. Os povos indígenas continuam sua resistência secular, em defesa de suas vidas, territórios e culturas, luta que vem se dando em difíceis condições num momento de maior agressividade do capital e do estado contra seus povos. Negros e negras tem respondido a este cenário com aumento da organização e da luta contra o racismo institucional (prática do Estado que elege prioritariamente a população negra como aquela que deve ser excluída, responsabilizada e contida), a violência e toda forma de discriminação. Mesmo sofrendo com a falta de referencial de projeto político, as comunidades negras e quilombolas têm realizado cotidianamente a resistência. Mesmo fragmentada, a luta negra registra a resistência dos diversos Quilombos, como o do Rio dos Macacos, do Tororó, vizinha ao Rio dos Macacos, na Bahia; e o da Ilha da Marambaia, no Rio de Janeiro - sofrendo a violência da Marinha do Brasil; o do Brejo dos

Crioulos, no norte de Minas Gerais; os quilombos de Salgado, Território Aldeia Velha e Pirapemas, no Maranhão; e o Quilombo do Morro Alto, no Rio Grande do Sul. Todos eles sofrendo o cerco institucional e até militar.

6. Além disso, as manifestações anti-homofobias, anti-racismo e pelos direitos das mulheres e da juventude se diversificam na sociedade brasileira, contrapondo-se aos casos de repressão violenta do aparato de Estado como no Piauí, em São Paulo e no Espírito Santo, incluindo eventos de violência e crueldade explícitas contra o povo como os atentados aos povos indígenas no Mato Grosso do Sul e no sul da Bahia, os casos reiterados de ataques a casais homossexuais e os ataques aos sem-teto em Brasília e manifestações racistas em eventos esportivos. Estes fatos são manifestações da atual investida retrógrada dirigida pelos segmentos ultra-conservadores (com destaque aos fundamentalistas religiosos) presentes na sociedade brasileira em especial na mídia, no judiciário e no parlamento como simbolizam Crivella, Gilmar Mendes e Bolsonaro.

7. No setor da educação, lutadoras e lutadores de todo o país continuam intensificando as lutas, campanhas, plebiscitos, greves, paralisações locais e também nacionais como em defesa de um novo PNE (Plano Nacional de Educação) que destaca a aplicação imediata de 10% do PIB para a Educação. Luta que é combinada com a luta pela aplicação da Lei do Piso Salarial Nacional que estabelece um valor mínimo para os profissionais da educação (1.451 reais) para 40 horas semanais bem como a aplicação de 1/3 da jornada para trabalhos pedagógicos extraclasse.

8. Estes acontecimentos demonstram uma elevação lenta, dispersa e, em parte, espontânea, porém constante, na temperatura da luta de classes entre os setores sociais mais radicalizados. Com destaque para uma maior disposição de luta do movimento sindical e popular em 2011 e nos primeiros meses de 2012. A disponibilidade para a radicalização das formas de luta entre os pólos das contradições sociais e de classe em nossa sociedade ocorre como uma contrapartida dialética à constituição de um amplo campo político-social de amortecimento das contradições, resultante do transformismo e da decapitação intelectual de grande parte das forças historicamente progressistas dos trabalhadores e do povo.

9. Enfim, todo dia é dia de luta no Brasil. São centenas de reivindicações e mobilizações diárias. Isto mostra que a estabilização da hegemonia política burguesa no Brasil não é a paz dos cemitérios. Ao contrário, é um campo de contradições e antagonismos que se agudizam em muitas áreas.

10. A maioria ainda são lutas localizadas pontuais e sem a presença contra-hegemônica organizada da esquerda, mas que mostram que o povo está em movimento e a esquerda precisa ter uma política de inserção nesta dinâmica, priorizando a ação de massas.

11. Compreender corretamente esses sinais nos permitirá atuarmos - na dimensão propriamente educativa da política, como nos sugere Gramsci - potencializando a construção da práxis das lutadoras e lutadores sociais com maior capacidade de desenvolvimento político e ideológico, avançando de sua atual condição de vanguardas sociais atuantes na luta por direitos para, em um futuro próximo, constituírem-se como vanguardas político-sociais e ideológicas anti-capitalistas, emancipatórias e socialistas.

12. A continuação da crise estrutural do capitalismo, está sendo enfrentada pelo governo Dilma Rousseff pela combinação do viés mais duro das políticas neoliberais (com o "Tripé" metas de inflação, superávit primário e câmbio flexível), associado à expansão do endividamento público e a aplicação de "medidas anti-cíclicas" visando manter um certo nível de atividade industrial e de consumo. Juros ainda altos para garantir o controle da inflação; aumento da Dívida Pública e do Superávit Primário para pagá-la; Real supervalorizado; enfraquecimento da indústria; e geração de déficit da balança de pagamentos - fazem parte desta política que facilita a compra de títulos públicos pelo setor financeiro a 10% ao ano, enquanto, o governo re-empresta esse capital, através do BNDES e Banco do Brasil ao grande capital a 3,0% ao ano. Esta situação não se sustenta no médio prazo, dado o risco de insolvência da dívida pública - como demonstra a Grécia - além de se configurar como estruturalmente vulnerável a eventos internacionais

negativos, como a redução dos preços das commodities (bens primários de exportação) e uma maior retração no crescimento da China – que em 2012 já tem o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) previsto limitado a 7,5% (depois de ter crescido 10,3% em 2010 e 9,2% em 2011).

13. Além disso, o governo continua mergulhado numa corrupção endêmica. Em 14 meses, já foram 9 ministros exonerados após acusações objetivas de envolvimento com atividades corruptas. Prática sistemática num governo que prioriza o favorecimento do grande capital, no qual o tráfico de influência exercido por lobbies de grandes empresas encontra um caldo de cultura muito favorável para atuar.

### **Brasil: crescimento baixo e predatório, concentração de riquezas e vulnerabilidade internacional**

14. O pífio crescimento do PIB brasileiro em 2011, de apenas 2,7%, mostrou que, ao contrário da propaganda governista, a situação econômica e social do Brasil não é nada boa. Se considerarmos o crescimento populacional no mesmo período, o PIB per capita ficou em torno de insignificantes 1,2%! O crescimento econômico já era baixo na média de todo o governo petista de Lula da Silva (2003-2010). Enquanto a taxa média de crescimento real do PIB na América Latina foi de 4,4%, no Brasil foi de 4,0%. O que mostra que o discurso de que há um “crescimento sustentável” continuará sendo uma falácia enquanto persistir a dependência e a vulnerabilidade internacional resultante da inserção liberal periférica do país.

15. A participação da indústria no PIB brasileiro caiu de 27% na década de 1980, para 16% em 2010, e os bens primários representam hoje 71% das exportações. Há uma tendência de primarização relativa da economia. Ou seja, diminuição da produção industrial em relação ao setor primário-exportador. O que significa uma desindustrialização relativa, mas não absoluta, pois o setor industrial brasileiro continua sendo o mais forte da América Latina.

16. Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida (2010), FHC assumiu em jan/1995 com uma dívida pública de R\$ 62 bilhões e saiu em dez/2002 com R\$ 687 bilhões. No governo Lula, esta dívida foi a R\$ 2 trilhões e 241 Bilhões. A dívida externa com FHC passou de US\$ 143 bilhões em jan/1995 para US\$ 211 bilhões em dez/2002. Com Lula, foi a US\$ 357 Bilhões. Nos 8 anos de FHC, o Brasil pagou R\$ 2,079 trilhões de juros, amortizações e rolagem da dívida. Lula pagou mais do que o dobro: R\$ 4,763 trilhões. Cerca de 45% do orçamento federal anual, R\$ 635 bilhões, foi para pagar uma dívida que continua crescendo.

17. Enquanto isto, o Bolsa Família representa apenas 0,47% do PIB e apenas 2,9% do orçamento foi para a Educação. Não por acaso, durante o Governo Lula, mais de 4.000 escolas foram fechadas no campo, o analfabetismo absoluto ainda afeta 13 milhões de brasileiras e brasileiros e a educação brasileira perdeu 16 posições no ranking de 128 países. Para a saúde, são 3,9%; Segurança Pública, 0,6%. E todos os demais itens com menos de 0,5%.

18. O Brasil continua com 40,4 milhões de pobres e 9,6 milhões na miséria, ou seja, ganhando menos de R\$ 70,00 por mês! E a família que ganha R\$ 1.200,00 mensais (quase a metade do salário mínimo calculado pelo DIEESE, que é de R\$ 2.300,00) é considerada de “classe média”.

19. O desemprego continua alto, em 11% nas RMs (Regiões Metropolitanas). Há um grande endividamento do consumidor (R\$ 653 bilhões em 04/2011), significando 40% da renda anual do trabalho e da previdência.

20. Aumentou também a concentração da terra na “era Lula”. Em 2003, eram 112 mil proprietários com 215 milhões de hectares. Agora, 130 mil proprietários concentram 318 milhões de hectares. Ou seja, levou 500 anos para 215 milhões de hectares passarem às mãos dos latifundiários. E apenas 8 anos de governo petista para mais 103 milhões de hectares serem concentrados nos latifundiários.

21. Com o governo Dilma Rousseff, vem se a aprofundando as privatizações de setores como os da previdência, correios, aeroportos e dos hospitais universitários. E dando continuidade aos processos de terceirizações, de parcerias público-privadas, de pedágios privados nas estradas e aos leilões do petróleo incluindo o Pré-Sal. Os megaeventos previstos para os próximos anos

(especialmente a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016) estão sendo utilizados para ampliar as privatizações e são acompanhados de ações de faxina étnica e social. A legislação especial que está sendo aprovada pelo Congresso Nacional, institui um verdadeiro estado de exceção no Brasil, com suspensão de liberdades democráticas como o direito de greve e outras. O recentemente lançado “Plano Brasil Maior”, que propala a defesa da indústria nacional, não passa de paliativo que não enfrenta as causas estruturais que enfraquecem indústria. Ademais, foi aprovado o Projeto de Lei 1992 - Que cria o Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, avançando na privatização da previdência e criando fundos para favorecer investimentos em grandes empresas e na especulação financeira. O debate da Reforma Política nunca visa uma verdadeira democratização e está restrito a mudanças pontuais e casuísticas na legislação eleitoral.

22. Não é à toa que a devastação do meio ambiente continua: Transposição do São Francisco, Belo Monte, Reforma do Código Florestal, Usinas Nucleares, Porto de Ilhéus, Transgênicos, Mega Eventos da Copa e Olimpíadas, restrições aos territórios indígenas e quilombolas e a expulsão de seus povos, são apenas alguns exemplos.

23. O Brasil continua sendo campeão da desigualdade: pelo coeficiente Gini, em 110 países, em 1994 o Brasil estava na 4ª pior posição e agora, depois de 16 anos de FHC e Lula, está na 5ª pior. Ou seja, mesmo com estes índices questionáveis, a tão festejada diminuição da desigualdade só avançou um ponto em 16 anos.

24. É grande a precariedade dos serviços públicos em todas as áreas, notadamente na educação, saúde, previdência, transportes e moradia. Os governos, nos âmbitos federal, estadual e municipal, revelam o descompromisso com uma verdadeira educação básica de qualidade para os filhos e as filhas da classe trabalhadora. O projeto educacional em curso hoje no país converge essencialmente para a lógica da meritocracia, do produtivismo, das péssimas condições de trabalho, do arrocho salarial, entre outras mazelas. E há uma articulação envolvendo governadores e prefeitos de todo o país (do PT ao PSDB) para não aplicar o que determina a legislação.

25. No quadro de desigualdade e violência social, destaca-se o racismo. Os negros são os mais pobres e fora do alcance de políticas sociais consistentes. De 1998 a 2008, foram assassinadas no Brasil 521.822 pessoas. Entre os jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, 39% das mortes são assassinatos e a grande maioria de negros e pobres. Fora desta faixa etária, apenas 1,8% foram assassinatos. Das 3.524 comunidades quilombolas a serem atendidas, somente 123 tiveram o processo de demarcação iniciados (mas não concluídos) nestes últimos 10 anos. E, diante da resistência, aumenta a repressão.

26. A perseguição às mulheres que passaram por serviços em clínicas clandestinas de aborto é outro termômetro do momento de ofensiva conservadora dos fundamentalistas que têm nos governos federal e estaduais amplo espaço de crescimento. Crescimento e fortalecimento que pode ser evidenciado também através da criação de medidas provisórias como a MP 557, que cria cadastro obrigatório de gestantes e que favorece o controle sobre as mulheres grávidas no país. Essa situação confirma que este governo só cumpre as promessas de campanha feitas aos conservadores evangélicos e à CNBB. Em nome da governabilidade burguesa, põe em risco a vida das brasileiras.

### **O papel do governo Lula/Dilma e do PT para a estabilização da hegemonia política burguesa no Brasil**

27. Do ponto de vista histórico, o exercício da hegemonia no Brasil é relativamente recente. Desde a conquista portuguesa, passando pelo império, pela República Velha e até mesmo a Nova República, não havia uma hegemonia política estável no Brasil.

28. A hegemonia é a predominância dos interesses de uma classe sobre outras através da combinação de direção (liderança) e dominação. Combinação de força e consenso, exercidos

através da sociedade civil, do estado e da base econômica (propriedade dos meios de produção). Não é somente nem principalmente o uso da coerção.

29. O regime ditatorial instalado em 1964 veio comprovar a dificuldade do exercício da hegemonia em nosso país naquele momento. A força coercitiva teve que se sobrepor, duradouramente, ao consentimento para que o projeto de modernização capitalista dependente, conservadora e concentradora de riquezas fosse realidade no Brasil.

30. O período que nasce da crise do regime ditatorial e vai até a chegada de Lula da Silva e do PT ao governo federal é marcado, de um lado, por um campo de posições populares, democráticas e socialistas e, de outro, pela possibilidade da classe economicamente dominante exercer o predomínio de seus interesses, numa sociedade capitalista, também através do predomínio de sua visão de mundo. E de instituições onde todos são formalmente iguais perante a lei, com eleições dentro das regras da “democracia” liberal representativa.

31. A classe dominante controlava os núcleos decisivos da economia e do aparelho de estado, mas teve sua direção e suas lideranças políticas questionadas fortemente desde o governo Sarney. Isto, por um lado, por causa de uma forte desigualdade social. Por outro, ainda não havia no Brasil um partido político tipo social-democrata, que defendesse a ordem social e política burguesa entre os trabalhadores e oprimidos. Porque o PT, naqueles tempos, apesar de suas tendências internas contraditórias e o crescente predomínio de um Campo Majoritário institucionalista, moderado e conciliador, ainda era um partido de luta pelos direitos do povo e contra o neoliberalismo e suas políticas econômicas e sociais. O resultado era uma hegemonia burguesa politicamente instável e permeada de conflitos sociais. E também o questionamento da direção do estado, naquilo que pareceu mais acessível - a presidência da república - a cada eleição desde 1989, quando Lula da Silva quase vence as eleições contra Collor.

32. Os governos de Collor e FHC foram marcados pelas privatizações e prioridade ao capital financeiro e no FHC II houve uma mudança parcial no modelo. As privatizações de grandes empresas e a âncora cambial deram lugar ao Tripé das metas de inflação, superávit primário e câmbio flexível. Neste contexto, aumenta a importância das exportações e cresce relativamente o peso do setor primário-exportador, especialmente o agronegócio, além da mineração.

33. Lula da Silva recebe esta herança macroeconômica e a aprofunda, inclusive radicalizando alguns de seus aspectos, implementando um modelo liberal-periférico de inserção internacional do Brasil reatualizado ao contexto do neoliberalismo do início do século XXI. Temos, assim, a presença de um novo parceiro político-social no bloco de poder: o PT, outros partidos de origem popular (como o PCdoB e o PSB), organizações dos trabalhadores como CUT e CTB e a presença de lideranças populares em cargos importantes do estado. Mas, sem ter havido uma mudança na hegemonia política, social e ideológica em nosso país. Muito pelo contrário.

34. Lula da Silva, o PT e todos que se incorporaram a funções importantes no estado, não construíram uma nova hegemonia. Ao contrário, se adaptaram e reforçaram aquela existente, amadurecendo sua reconfiguração programática, política e ideológica o que vem resultando na consolidação e estabilização da hegemonia política burguesa - nas instituições estatais, na economia e na sociedade civil, no interesse do grande capital.

35. O início do primeiro mandato de Lula da Silva coincide com um momento internacionalmente favorável e vantajoso para as exportações. Entretanto, o governo será ativo neste processo. Vai mobilizar instituições, alterar legislações e dirigir recursos estatais para atender principalmente a duas frações do grande capital: a financeira e a primário-exportadora, principalmente o agronegócio.

36. A isto seguiu-se, já na transição para o segundo mandato lulista, uma presença mais ativa do estado na vida econômica, inclusive durante a agudização da crise econômica mundial (2008-2009), quando o impacto um pouco menor desta crise no país demonstrou que medidas sociais pontuais (como o Bolsa Família e o pequeno aumento no salário mínimo e do financiamento para pequenos produtores), que não mexiam na lógica macroeconômica ortodoxa, mas ampliavam moderadamente o mercado interno, também serviam ao capital. O que também reforçou a



necessidade do estado agir na viabilização da infra-estrutura (em parceria e a serviço do capital privado), através do chamado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Assim, uma presença mais ativa do estado antes da crise (financiando investimentos privados e estimulando o capital monopolista através de fusões de grandes empresas e associações de privadas com estatais) e durante a crise – reduzindo impostos e cobrindo o rombo dos grandes empresários que tiveram prejuízos - foi vista como positiva pelo empresariado.

37. Também houve estímulos aos chamados “setores produtivos”, via os bancos estatais (principalmente o BNDES), a Petrobrás, os fundos de pensão e a ampliação do crédito ao consumidor, especialmente o crédito consignado. Há, então, uma recomposição do bloco de poder, agora inserindo parte do chamado “setor produtivo” (em grande parte associado aos capitais financeiro, comercial e de serviços) entre suas frações hegemônicas - com destaque para as grandes empreiteiras e outras empresas em torno de sua cadeia produtiva (fornecimento de máquinas, equipamentos e matérias primas etc).

38. No período atual da competição capitalista, da crise, e da implementação da reestruturação produtiva, muitas mercadorias ficam mais acessíveis ao povo no Brasil, gerando a sensação de que a vida do povo está melhor. Mas, isso se dá apenas na aparência, pois, ao mesmo tempo, ocorre a redução de custos com a produção, via a ampliação da jornada de trabalho com uso do banco de horas; com redução de salários em alguns setores; a intensificação do ritmo de produção; a sobreposição de funções no mundo do trabalho; etc. Tudo isso provoca impactos perversos nas nossas condições de vida e na saúde das trabalhadoras e trabalhadores. Então, na conjuntura atual brasileira, há, individualmente, melhor acesso aos produtos porque o custo está mais baixo. Mas, numa perspectiva de classe, esse momento é cruel porque é a classe trabalhadora quem paga pelos baixos custos com a produção. E paga, inclusive, com a própria vida.

39. Portanto, as características predominantes dos três governos petistas não nos permite tergiversar sobre sua identidade social liberal, combinando políticas sociais focais e limitadas melhorias no consumo, com uma concentração de riqueza, terra e poder, em amplo privilégio ao capital financeiro e primário exportador. Seu limite é um desenvolvimentismo mitigado (moderado), que intensifica a exploração dos trabalhadores e é ambientalmente destruidor, concentrador de riqueza nas mãos do grande capital e na região centro-sul do país. Isto se combina com características neo-colonialistas nos investimentos na Amazônia. E na relação com os países vizinhos, vem desenvolvendo formas de dominação econômica e política, procurando favorecer a realização dos lucros das empresas capitalistas às custas da natureza, da solidariedade internacional e da unidade dos povos latino-americanos. Não foi à toa que Delfim Neto afirmou que “Lula salvou o capitalismo no Brasil”.

### **O IIRSA e o aprofundamento da influência do Brasil na América Latina**

40. A Iniciativa de Integração Regional Sul Americana (IIRSA) é um mega projeto de integração econômica e política da América do Sul a serviço do grande capital, especialmente buscando criar as condições de infra-estrutura para a produção e extração de commodities (mineração e agronegócio) para a exportação. Envolve os países da América do Sul, especialmente Brasil, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela. O IIRSA foi planejado nos tempos de FHC em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o BIRD (Banco Mundial) e fazia parte do PPA “Avança Brasil”. Mas, só começou a entrar de fato em prática durante o governo Lula, quando o PAC incorporou os “eixos de integração” de FHC e entrou em cena o BNDES como o seu principal financiador.

41. Resumidamente, o IIRSA pretende construir 18 corredores econômicos interligando a América do Sul, especialmente atingindo toda a Panamazônia, mas também o Pantanal, o Chaco e os Andes. Visa criar as condições para a produção e transporte de commodities (soja, cana, carne, minérios, madeira etc) além de biodiversidade e créditos de carbono, entre estes países e para exportação via os oceanos Atlântico e Pacífico e o Mar do Caribe. Também objetiva facilitar o

acesso do grande capital e suas mercadorias a regiões distantes dos grandes centros urbanizados, ampliando seu raio destrutivo da Pacha Mama, e a comercialização de produtos fabricados em outros continentes.

42. Ao todo estão previstos 350 projetos nesta região (com investimentos inicialmente estimados em pelo menos 38 bilhões de dólares), que serão viabilizados por uma mega rede de rodovias, ferrovias, hidrovias, hidrelétricas e telecomunicações. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro pelo Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) dão apoio técnico e financeiro à IIRSA. Mas, de fato, o grande financiador da construção da infraestrutura é o governo brasileiro, via o BNDES, em acordos para que estas obras sejam realizadas por empreiteiras brasileiras. Ou seja, os outros países recebem financiamento do BNDES para fazer obras em seus territórios, com a condição destas obras serem feitas pelas mega empreiteiras brasileiras - que, aliás, tem sido as maiores financiadoras do PT e seus aliados nos últimos anos. Tudo a serviço de um desenvolvimentismo ambientalmente predatório, destrutivo de comunidades indígenas (um dos principais alvos que já estão sendo atingidos) e tradicionais (como quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores e marisqueiras), concentrador de riquezas, e que visa a acumulação de capitais e o fortalecimento da posição de dominação do estado brasileiro e de grandes empresas brasileiras e estrangeiras na região.

43. Mas, não sendo um projeto isolado, se insere no circuito capitalista imperialista global, atendendo à sua reprodução planetária. É, portanto, um grande projeto de hegemonia regional do Brasil, dentro da cadeia imperialista, onde o Brasil se insere de modo estruturalmente dependente, liberal periférico e encarregado da produção de bens primários e com baixo valor agregado.

#### **As relações do governo no estado e na sociedade civil**

44. No meio popular, como vimos, temos uma diminuição relativamente pequena da desigualdade da distribuição de renda entre os trabalhadores. Mas não da desigualdade social rigorosamente falando, em relação ao grande capital, cada vez mais concentrado. Porém, houve um pouco de aumento do poder de consumo e diminuição do desemprego e dos níveis maiores de pobreza – dentro dos critérios muito questionáveis do que seja pobreza no Brasil – reduzindo insatisfações e agregando apoios eleitorais.

45. Politicamente, isto foi possível graças ao processo de transformismo, ou seja, de decapitação intelectual a que foram submetidos tanto o PT quanto o PCdoB e outros aliados, a CUT, a CTB e a maioria dos movimentos sociais, ou de suas direções. Temos, assim, o governo Lula da Silva e o PT cumprindo o papel que os partidos social-democratas acabaram cumprindo em países capitalistas mais avançados. Com a particularidade de que, aqui, isto se deu sem a realização de reformas estruturais reivindicadas pelos trabalhadores. Mas, principalmente, através de políticas compensatórias e outras melhorias parciais dentro da lógica social-liberal. Assim, o transformismo do PT e aliados reduziu a autonomia e a capacidade de contestação do povo e agregou capacidade de direção e liderança política ao Bloco de Poder das classes dominantes.

46. No âmbito político-partidário e eleitoral, isto se reflete no arco de alianças antes inimagináveis e hoje naturalizadas. Tanto alianças políticas como empresariais, com tráfico de influência e grandes financiamentos de campanhas, legais ou não, o que tem significado corrupção em todas as esferas. O governo mantém uma relação de aliança com organizações da sociedade civil burguesa e de cooptação dos movimentos.

47. Com as igrejas, continua o movimento de aproximação e aliança com parte das evangélicas (especialmente com a Igreja Universal), exemplificado na posse do Ministro Crivela. E uma política de mínimo atrito com a Igreja Católica, levando, em ambos os casos, a uma atitude de recuo sempre que interesses e fortes valores ideológicos conservadores se moveram contra tentativas de laicização do estado, como nos casos da descriminalização do aborto e do combate à homofobia. Nisto, o governo petista vem cumprindo as promessas de campanha feitas ao

conservadorismo: destina recursos públicos para “ações sociais” destas igrejas e tem políticas como a MP 557 (que trata do sistema de vigilância das gestantes).

48. O governo de Lula da Silva conviveu, principalmente nos períodos de campanhas eleitorais, com um noticiário político desfavorável de uma parte da grande mídia comercial. Por outro lado, construiu alianças com outra parte importante desta mídia. Além disso, montou uma forte máquina de comunicação estatal a serviço governamental (não pública), e uma rede de pequenas mídias privadas locais. E, como regra geral, teve noticiário favorável de praticamente toda a grande mídia à sua política econômica e social e às reformas neoliberais.

49. O governo se impõe ao legislativo, mas, como regra geral, sempre dentro da lógica de sua base parlamentar, que é social-liberal ou conservadora. Ou seja, deixou fluir uma hegemonia preexistente e sempre na base do “é dando que se recebe”.

50. Já em relação às Forças Armadas, o recuo foi a regra, como no caso da apuração e punição dos crimes durante a ditadura militar-burguesa. Combinado a isso, os governos petistas vêm se caracterizando por uma política temerária na gestão dos assuntos de defesa, como se expressa na novela dos caças supersônicos, no sucateamento generalizado de programas estratégicos como o Programa Antártico, que tenderão a aprofundar a distância tecnológica em relação às potências centrais do capitalismo e vulnerabilizar a soberania nacional no médio e longo prazos. A presença das tropas militares no Haiti, uma forma de treinar a tropa em Operações de Garantia da Lei e da Ordem/GLO, deve ser compreendida, neste processo, como a manutenção e atualização da lógica hegemônica nas FFAA que privilegia o combate ao inimigo interno em associação subordinada ao imperialismo internacional, principalmente aos EUA.

51. Com o governo Dilma Rousseff, a conformação básica das frações burguesas hegemônicas no bloco de poder não sofreu alterações essenciais. Ela começou com mais apoio na Câmara, no Senado e entre os governadores. E tem governadores de partidos de oposição de São Paulo e Minas Gerais mais fracos que seus antecessores. Além disso, conviverá progressivamente com mais membros da cúpula do judiciário indicados a partir de Lula da Silva. Ou seja, independentemente de tensões e conflitos de interesses diversos, terá um legislativo e um judiciário politicamente mais próximos. E, em todo caso, sempre poderá contar com a intervenção de Lula da Silva para conciliar as coisas.

52. Além disso, as elites políticas tradicionais continuam fortemente presentes na vida política (na base do governo ou na oposição), concorrendo pelos espaços do estado e por relações privilegiadas com o capital. Ambos os campos políticos agem dentro da mesma lógica e isto deixa a oposição conservadora - como o DEM e o PSDB - sem um discurso eficaz e ziguezagueando entre críticas ao “gerenciamento”, denúncias de corrupção e moralismo na hora das eleições.

### **Com este governo e este bloco de poder, o Brasil não vai superar a dependência, a desigualdade e a ausência de uma verdadeira democracia**

53. A continuar o predomínio político deste Bloco de Poder dirigido pelo capital financeiro, em associação privilegiada com o latifúndio, as empreiteiras e as indústrias multinacionais; que se legitima através de organizações sociais amortecedoras da luta de classes e possibilitado pelo transformismo do PT e de seu governo social-liberal; quais são as principais tendências a médio e longo prazos?

54. Algumas características conservadoras de nossa sociedade tenderão a permanecer, tais como: desigualdade social crônica; concentração de riquezas nas mãos do grande capital, de terras nas mãos dos latifundiários “modernos” e de poder nas classes dominantes. A destruição do meio ambiente, em especial da Amazônia, mas se estendendo por todo o país, inclusive as zonas urbanas. Dada a priorização assumida pelo PT para a manutenção da governabilidade em aliança com os partidos conservadores, o racismo, o machismo, a homofobia e a marginalização da juventude, continuarão a se fazer presentes. Além disso, manutenção do autoritarismo intrínseco à democracia liberal burguesa, com repressão direta sempre que a contestação social e

política ficar fora de controle – com um recrudescimento na criminalização dos movimentos sociais/populares, como nos casos do Pinheirinho e as greves dos bombeiros e policiais.

55. Mesmo projetando os interesses econômicos dos setores privilegiados do Bloco de Poder na América do Sul, a dependência estrutural ao imperialismo permanecerá devido ao crescimento econômico baixo, o enfraquecimento da indústria, a defasagem tecnológica e a tendência à primarização relativa da economia.

56. Esses fatores, combinados com a aposta reiterada no endividamento público como condição para a governabilidade, apontam uma conjuntura desastrosa no médio prazo. Não devemos tergiversar em relação a isto. Muito pelo contrário, devemos denunciar imediatamente que a tendência mais provável é que, no momento em que o cenário internacional se tornar desfavorável, a vulnerabilidade estrutural da economia brasileira certamente se converterá também em vulnerabilidade conjuntural, dificultando a capacidade do poder público em gerenciar as suas dívidas, acarretando recessão econômica, aumento do desemprego, falências empresariais e familiares, e pressão ainda maior contra as políticas públicas consistentes e o patrimônio nacional.

57. Exatamente como se tenta fazer na Grécia, os especuladores tentarão fazer com que o povo brasileiro pague a conta de suas apostas nefastas e irresponsáveis.

### **Ampliar e aprofundar a Resistência, construindo a Oposição Programática de Esquerda com um novo movimento social, político e cultural**

58. Nossa tática não é um conjunto de ações conjunturais desligadas da estratégia. A tática está a serviço da estratégia. Não pode ser encarada como um aproveitamento de “oportunidades” que possam trazer algumas vantagens imediatistas em detrimento de nosso acúmulo de forças prolongado, de caráter revolucionário.

59. O processo de acúmulo prolongado de forças, com vistas à conquista do poder, passa hoje por uma “Guerra de Posição” que precisa levar, estrategicamente, ao momento de “Guerra de Movimento” - de amplo confronto de forças, que pode levar à conquista do poder, através de uma ruptura revolucionária, ou a uma contra-revolução. A “Guerra de Posição” é um processo complexo que vai da luta econômica por melhores condições de vida material; a luta por reformas sociais e políticas; a luta contra as discriminações de todo tipo; a luta ambientalista; a luta nacional anti-imperialista; pelas reformas urbana e agrária antilatifundiária; dos povos indígenas, dos negros, das mulheres e LGBTs. É, portanto, um processo diferenciado e combinado de luta econômica, social, política e cultural. De luta pela igualdade e respeito às diferenças. Mas que luta para acabar com as diferenças de classe. Que combina ações amplas e guerra subterrânea. Que usa a agitação, a propaganda e o marketing político-eleitoral e a luta teórica e os conhecimentos científicos. Que precisa ser, principalmente, desenvolvida na sociedade civil, mas, também, por dentro de instituições estatais e dos processos eleitorais, pois estes são indispensáveis para nosso acúmulo de forças, desde que dentro de uma estratégia de reforçar o movimento social das massas populares.

60. Pois é na sociedade civil onde os oprimidos tem melhores condições de acumular forças, praticando a luta coletivamente, aprendendo com a luta: de modo independente e autônomo dos grupos dominantes – mas, que só avançará revolucionariamente se estiver em contato, interação, intercâmbio com uma vanguarda revolucionária igualmente presente dentro de suas lutas, ajudando a organizá-las e a elevar seu nível de consciência de classe. E só a força organizada do povo trabalhador, do modo mais livre possível, fora do aparelho do estado, é capaz de garantir uma nova correlação de forças em condições de derrotar o regime e o estado burguês através de uma ruptura revolucionária. É por isso que nossa corrente de chama *Ação Popular Socialista*.

61. Este é um processo complexo de avanço na consciência política dos trabalhadores. Um processo que passa por vários momentos. Não como etapas em tempos cronológicos, mas como movimento da consciência de classe em si para a de classe para si: consciente de sua situação

de classe dominada e das suas condições de emancipação de classe e, com esta, de toda a humanidade. Que passa por vários momentos das relações de força: um momento de relações essencialmente objetivas (como as classes e setores sociais estão objetivamente presentes na base econômica da sociedade); do momento da luta econômico-material-corporativa; do momento da luta política que ainda reconhece a legitimidade do estado burguês - onde o reformismo e o melhorismo dão a tônica e quando a racionalidade pragmática dos trabalhadores se manifesta como consciência contingente e prevalece sobre uma racionalidade de valores ideológico-culturais e transformadores, e sobre uma racionalidade profunda e estratégica (mais característica de uma consciência de classe revolucionária). No período conjuntural em que estamos no Brasil, de estabilização da hegemonia política burguesa, o que predomina é esta consciência melhorista e reformista.

62. Esta constatação, entretanto, não deve servir para termos uma tática defensivista, recuada, que prioriza de fato uma ação muito desequilibrada na esfera institucional em detrimento da luta direta do povo. Ou que transforma o Programa Democrático e Popular (PDP) num programa melhorista, reformista ou desenvolvimentista. Ao contrário, deve nos orientar para a necessidade de reforçarmos nossa ação socialista no meio popular. Como vimos, a tática está a serviço do acúmulo estratégico.

63. Somente com um novo movimento social que construa, desde já, o seu antagonismo ao capitalismo, que esteja forjado pela luta e a defesa do Programa Democrático Popular (PDP) – em sua acepção orgânica e não demagógica - os trabalhadores brasileiros terão condições de resistir aos ataques que continuarão sendo desferidos pelas classes dominantes, contra os interesses populares e a soberania nacional: sobre nossas riquezas e nosso patrimônio material e imaterial, natural e econômico. Somente um novo movimento social e político que assuma esta perspectiva, seja independente do capital e autônomo em relação aos governos e partidos, terá condição de enfrentar o próximo agravamento da crise que se avizinha, sem dúvida a mais destrutiva desde a década de 30 do século XX.

64. Um novo movimento social que se vincule em parte das organizações já existentes, em parte de novos movimentos e organizações populares e político-partidárias de esquerda e que resgate os 500 anos de resistência indígena, negra, operária, camponesa, ambientalista, das mulheres, da juventude, do movimento LGBT e de todo o povo oprimido.

65. Toda idéia decorre de uma prática e, ao mesmo tempo, antecipa a própria prática. Deste modo, entendemos que a reorganização do movimento sindical e popular na perspectiva da luta pelo socialismo é um projeto em construção. A conjuntura demonstra uma disposição maior de luta do povo trabalhador, porém existem limitações que dificultam sua generalização e unificação. Entre elas, as divisões no sindicalismo combativo que tem trazido dificuldades para a construção de uma central sindical e popular unitária. A divisão do CONCLAT expressou esta dificuldade. É preciso um esforço para superar esta situação; superando os sectarismos; e lutando por sindicatos únicos e por um sindicalismo anticapitalista, classista, combativo e democrático; defendendo a unidade; e construindo as condições para ter todos os setores combativos numa única central sindical e popular.

66. A construção de uma perspectiva de atuação na juventude passa necessariamente pelo investimento, de toda a APS e não só da militância jovem, num trabalho mais amplo que o atual, que consiga abarcar a multiplicidade de espaços onde a juventude se organiza compreendendo a importância do movimento estudantil, mas não se resumindo a essa frente. Na frente estudantil, é necessário que nossa corrente se envolva no processo de reorganização do movimento, buscando escapar à bi-polaridade aparelhista e improdutiva que contrapõe a UNE à Anel.

67. Devemos investir na organização do trabalho das mulheres nos estados, tendo em vista a perspectiva de organização de uma corrente nacional das mulheres, de caráter feminista, anti-capitalista, contra o racismo e a homofobia, que atue de forma independente dos governos e de padrões. Também há a necessidade de criação de uma Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto.

68. Os povos indígenas vem sofrendo derrotas a partir do governo Lula da Silva, principalmente com a obstacularização dos processos de demarcação e homologação de territórios indígenas; grandes obras como Belo Monte; e com o aumento de assassinatos sistemáticos de indígenas e suas lideranças. Enquanto isto, há um sucateamento da FUNAI, o que facilita as ações anti-indígenas de grandes grupos econômicos e do próprio estado. A PEC 215, que visa transferir para o Congresso Nacional a competência legal para aprovar demarcações e homologações tem o objetivo de, através das bancadas conservadoras (tanto da base do governo como da oposição), bloquear radicalmente os processos. Em apoio às lutas territoriais e culturais dos povos indígenas e contra a PEC 215, estamos ao lado de todas as organizações de lutas dos indígenas, especialmente a APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), assim como de suas organizações regionais como a COIAB (Amazônia), Apoinme (Nordeste, Minas e Espírito Santo) e Arpipan (Pantanal).

69. É preciso articular amplamente os setores combativos dos movimentos negros e quilombolas, a partir das lutas locais já existentes: contra o racismo institucional; pela titulação das terras quilombolas; contra a violência que atinge a juventude negra e as ações de limpeza étnico-raciais presentes nas políticas de segurança e nos Mega-Eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Além da construção do Círculo Palmarino como corrente nacional do movimento, a realidade exige ações comuns entre todos os movimentos, especialmente os que lutam e estejam dispostos a lutar de modo independente, na perspectiva de frentes mais permanentes.

70. Também é preciso reforçar o movimento popular urbano, especialmente o de moradia, que é uma das expressões da luta de classes, através de organizações locais e da construção da Resistência Urbana - que é uma frente alternativa às entidades nacionais do movimento popular urbano que se deixaram transformar em agências do governo petista. Porém, o movimento popular urbano não é só por moradia.

71. A luta pelos direitos da criança e do adolescente, especialmente da periferia urbana, requer uma intervenção nos instrumentos institucionais de proteção a partir da construção de uma perspectiva de mobilização social nos Conselhos Tutelares - que hoje são aparelhados pelas alas mais retrógradas das igrejas evangélicas.

72. Precisamos também pensar de modo articulado a nossa intervenção nas lutas que tratam da situação da saúde física e mental das populações pobres, a exemplo das que resistem à precarização do Sistema Único de Saúde; das lutas anti-manicomiais; contra a privatização do sistema carcerário; e os recentes movimentos em repúdio aos internamentos compulsórios impostos pelo estado aos usuários de crack.

73. Enfim, avançar nas lutas para a apropriação do espaço coletivo das cidades com vistas à construção de uma plataforma de Reforma Urbana que combata a lógica da cidade como mercadoria e que considere o conjunto dos problemas urbanos, tais com a necessidade de serviços e equipamentos públicos de Educação, Arte e Cultura, Lazer e Esportes, assim como para a garantia da mobilidade, do transporte coletivo público e gratuito, saneamento básico, infraestrutura, transporte, segurança pública pela vida, pelo direito ao trabalho e em defesa das fábricas ocupadas e ao trabalho dos camelôs e contra o trabalho escravo.

74. Por tudo isto, é preciso constituir Frentes de Mobilização Popular, mais amplas, urbanas e rurais, com todos/todas que lutam contra as políticas neoliberais e todas as suas conseqüências nefastas para as condições materiais, culturais e políticas, de vida e trabalho, do povo e pela soberania nacional.

75. O PSOL tem um papel ativo em tudo isso, demonstrando que é um partido necessário para a defesa dos direitos do povo e do Brasil. A militância do partido, disseminada nos mais diversos espaços do país, é um sujeito ativo entre os lutadores do povo presentes nos movimentos sociais e na ação parlamentar.

76. Nos parlamentos, provamos que temos a bancada mais combativa e coerente. Em defesa dos direitos dos trabalhadores, da CPI da Dívida Pública, de uma Reforma Política democratizante, da lei de Ficha Limpa, dos Direitos Humanos, das mulheres, dos povos

indígenas, da juventude e contra o racismo, a homofobia e a violência. No combate ao Código Florestal, à corrupção, ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas. Pela democratização da cultura e da comunicação.

77. Nos movimentos sociais e outros da sociedade civil, entretanto, esta ação é dispersa, sendo mais uma ação de militantes isolados e de suas correntes do que, efetivamente, do partido. É preciso construirmos uma vida mais coletiva no PSOL, inclusive colocando em prática os setoriais, para que a presença do partido se amplie como tal e não somente como somatório de militantes e correntes.

78. Mas, todos os nossos esforços precisam ser consolidados coerentemente. O caminho fácil da adesão, mesmo que disfarçada e envergonhada, ao Bloco de Poder dirigido pelo capital financeiro, passa, ao nível da luta social, pelo rebaixamento da crítica ao campo político-social governista (que age visando o amortecimento da luta de classes). O rebaixamento da pauta histórica de lutas do povo pela implementação de seus direitos, historicamente negados e negligenciados pelo Estado brasileiro, é uma das características constitutivas desse campo político-social. Por isso, não podemos abandonar o PDP, nem rebaixá-lo, nem aceitarmos a implementação de elementos do programa desenvolvimentista burguês (como está sendo defendido pelo PSOL do Amapá). Tampouco podemos aceitar a mediação com propostas social-liberais (gerenciadas a conta-gotas em função da governabilidade no Congresso ou em prefeituras, que precisariam ter aliados políticos governistas federais e/ou estaduais para sua sustentação – o que também é defendido pelo grupo do PSOL do Amapá). Se assim fizermos, perderemos a oportunidade aberta nesse momento histórico de prepararmos uma nova geração da vanguarda social com perspectiva socialista e sem ilusões com o mito do PT e de Lula como intérpretes dos interesses dos trabalhadores no Brasil. Se cairmos nesta armadilha do imediatismo institucionalista, não construiremos uma força social e política autônoma à hegemonia burguesa, e - o que no nosso caso seria particularmente cruel - estaremos descredenciados para fazer a crítica ao governo do PT, pois lhe seremos associados retardatários.

79. No campo da disputa político-eleitoral, a adesão ao Bloco de Poder dirigido pelo capital financeiro, possui dois caminhos principais. O mais explícito e ativo é a implementação de parcerias com segmentos deste Bloco de Poder em escala local, em prol de uma temerária pauta de interesse comum entre o povo e frações das classes dominantes. Este caminho se verbaliza através de um discurso de desenvolvimento regional ou local tipicamente burguês e se materializa em alianças eleitorais (formais ou “informais”) com partidos da direita (como PPS, PSDB, PRB, PTB e outros), ou legendas de aluguel (como, PTN, PTC, PPL, PMN e outros) ou que abram mão, na prática, da oposição de esquerda aos governos federal, estaduais e municipais formados tanto pelo bloco de partidos vinculados ao governo federal, ou à sua oposição liberal conservadora. Do ponto de vista tanto da luta socialista, quanto dos interesses concretos dos trabalhadores brasileiros e, ainda mais, da resistência histórica de nosso povo, esse caminho é totalmente equivocado, politicamente e ideologicamente deseducativo e desastroso no médio prazo para nossa trajetória comunista e revolucionária.

80. Nesse cenário de falsas polarizações entre o bloco do poder e a velha oposição de direita, torna-se imperativo o PSOL reafirmar a sua resolução como um partido de oposição programática de esquerda e socialista tanto nas intervenções cotidianas (institucionais e sociais) como durante o processo eleitoral de 2012 e 2014. Nesse sentido, a nossa tarefa é combater uma suposta terceira via brasileira sob o canto da sereia dos 20 milhões de votos de Marina Silva em 2010 e os auspícios da ‘burguesia verde’. Não nos enganemos: essa possibilidade é bastante real, haja vista, não só o envolvimento de importantes personalidades fundacionais do PSOL com o movimento Marinista pela “Nova Política”, como também de agrupamentos inteiros do partido (como o MTL) e até mesmo de lideranças públicas da Dissidência da APS.

81. Muito embora o PSOL não possua a representatividade no curto prazo para disputar, com condições de vitória eleitoral, o governo central da República, apresentar um candidato

presidencial do partido é uma das condições essenciais para a publicização e viabilização de uma referência combativa, de esquerda e nordestada pelo PDP entre os trabalhadores e o povo brasileiros. O povo brasileiro, a fim de universalizar na prática as políticas sociais a que têm direito, necessita de um governo que aplique um programa verdadeiramente Democrático e Popular (anti-imperialista, anti-monopolista, anti-latifundiário, ecossocialista, democrático radical e que resgate os 500 anos de resistência e luta contra todas as opressões). Não o do atual governo, que é um simulacro, uma aparência enganosa, disto. Nem o de um governo eco-capitalista e social-liberal, como seria o de Marina Silva.

82. Para conquistar este governo, é preciso alterar radicalmente a correlação de forças no país. Porém, mesmo que a conquista de um Governo Democrático e Popular em nível nacional não esteja na ordem do dia - e isto é um fato - o Programa Democrático e Popular continua sendo a principal referência orientadora de nossa ação, por ser aquele que vai além da luta parcial e de resistência, dialoga com o nível de consciência das massas populares e se articula com o objetivo estratégico socialista da APS e do PSOL. É, portanto, um instrumento que guia o acúmulo de forças.

83. As campanhas presidenciais encabeçadas por Heloisa Helena (2006) e Plínio de Arruda Sampaio/Hamilton Assis (2010) e os esforços para formação da frente de esquerda entre PSOL, PSTU e PCB - foram momentos importantes da construção dessa referência pública de esquerda. Independentemente dos nossos votos, afirmamos uma identidade à esquerda do PT. Identidade que o PSOL necessita não somente manter para auxiliar e fortalecer a construção do campo político-social anticapitalista, como também ser reafirmada aos olhos do povo em geral que vê a política como algo ruim e os políticos como pessoas desonestas e oportunistas.

84. Revertermos esse acúmulo político e ideológico inquantificável na atual conjuntura, para viabilizarmos uma aliança com Marina em 2014, simplesmente pela suposição de que a reprodução político-eleitoral dos nossos mandatos estaria inviabilizada com uma candidatura do PSOL, é uma hipótese que já deveria ter sido abandonada em 2010, dadas as importantíssimas vitórias políticas e eleitorais que tivemos naquele ano. Portanto, a APS decide, desde já, que defenderá uma candidatura própria do PSOL para presidente nas eleições de 2014.

85. É necessário que a tática eleitoral do PSOL esteja em conformidade com nossa estratégia e nossa tática geral, portanto, com a identidade anticapitalista da nossa intervenção no movimento social e de nossa demarcação com as correntes do campo político-social (PT e seus aliados) que agem para amortecer a luta de classes. Sob pena de minarmos cotidianamente os fundamentos ideológicos, políticos e morais de nossos militantes: aquelas e aqueles que nos orgulhamos em dizer que estão espalhadas em diversos movimentos sociais pelo Brasil afora e que são construtores da APS, dos movimentos sociais, do PSOL e do socialismo.

### **A APS, o PSOL e o cenário eleitoral de 2012**

86. Tendo em vista a trajetória e o legado da APS e das organizações que lhe formaram historicamente, o ano de 2012 se apresenta como um período de grandes e sinceras esperanças. A conjuntura de avanço da resistência cria condições de ampliação de nosso acúmulo de forças tanto nos movimentos sociais como no processo eleitoral e na institucionalidade estatal. E estas duas esferas são indispensáveis para nosso acúmulo de forças revolucionário.

87. A dimensão mais geral das tarefas políticas a serem enfrentadas nas eleições 2012 é profundamente marcada pela necessidade de construirmos vitórias políticas, eleitorais e ideológicas em clara demarcação tanto com a direita tradicional e seus partidos, como ao campo político-social de amortecimento da luta de classes. E o caminho é a afirmação de candidaturas identificadas com o Programa Democrático Popular e com a perspectiva socialista e polarizar, pela esquerda, as bases dos partidos e movimentos sociais decapitados intelectualmente pela hegemonia burguesa.

88. Infelizmente, hoje vivemos um período em que boa parcela dos instrumentos construídos pela classe trabalhadora em seu processo histórico recente foram absorvidos pela lógica da



parceria ativa e passiva com a hegemonia burguesa. Isto não nos permite perder de vista que, também no cenário eleitoral, apesar das possibilidades em Belém e de importantíssimas eleições de candidatos a vereador espalhados pelo país, estamos em um momento de resistência, no qual grande parte de nossas vitórias serão políticas e ideológicas, não eleitorais. E estas (eleitorais), principalmente nas eleições proporcionais (para vereadores).

89. A afirmação de candidaturas combativas, socialistas e com amplitude para dialogar com o povo, como mais uma demonstração concreta da oposição que fazemos ao Bloco de Poder do capital, precisa contribuir para o acúmulo orgânico (político, ideológico e organizativo), essencial a ser efetuado hoje, visando, tanto a viabilização do PSOL no médio e no longo prazos, quanto o fortalecimento das lutas do povo e da retomada do seu acúmulo histórico anti-capitalista e autônomo à burguesia.

90. Portanto, não devemos ceder ao canto da sereia vindo do campo político-social dirigido pelo capital de que as nossas possibilidades de vitória residem em movimentos taticistas e alianças eleitorais pragmáticas com segmentos de partidos da direita e/ou das oligarquias locais. Nem em pretensos movimentos suprapartidários de orientação burguesa, pois estas alianças colocam nossos militantes na defensiva em escala nacional, maculam a trajetória coletiva do PSOL e confundem o povo na identificação de seus inimigos centrais na luta de classes.

91. Nossa política de alianças tem visado um leque mais amplo que o do PCB e PSTU, pois nosso campo de alianças está dentro do Programa Democrático e Popular e ele é mais amplo que estes partidos. Entretanto, todos os outros partidos que estavam neste campo migraram para a sustentação de políticas social-liberais e são bases do governo nacional que tem o PT como coluna vertebral e aplica estas políticas em todos os seus governos federal, estaduais e municipais. Isto gerou uma realidade, independente de nossa vontade, de que hoje não há outros partidos legalizados com os quais possamos ter uma política nacional nem estadual de alianças, conforme, inclusive, ficou nítido nas eleições de 2010. Todos estão: ou no campo capitaneado pelo PT; ou na órbita do PSDB/DEM; ou navegando entre ambos; ou são legendas de aluguel de direita, totalmente desqualificadas e desmoralizadas em decorrência de seu óbvio e continuado oportunismo político. No que se refere às eleições municipais de 2012, esta é também a tendência geral.

92. Ou seja, independentemente de nossa vontade, a regra geral é a impossibilidade de realização de alianças eleitorais com base em condições politicamente coerentes e aceitáveis. Por um lado, pela ausência de outros possíveis parceiros fora da esquerda. Por outro lado, por causa dos projetos de auto-construção do PSTU e do PCB, que dificultam a realização de alianças, além da presença bem limitada destes partidos no conjunto dos municípios onde o PSOL está presente.

93. Além disso, sendo o PSOL muito frágil do ponto de vista político e ideológico, em grande parte dos municípios, não é possível ter uma política flexível que não leve a muitos casos de coligações baseadas no oportunismo político-eleitoral. Com o PT, por seu caráter de ser a coluna vertebral de seu campo, fica também impossibilitada qualquer aliança eleitoral dentro das condições hoje necessárias.

94. Sendo assim, qualquer possibilidade de aliança fora dos partidos que continuam de esquerda (PCB e PSTU) será muito excepcional. Nestes casos, relacionados a partidos que já foram do campo democrático e popular, esta excepcionalidade deve obedecer as seguintes condições: defesa do Programa Democrático e Popular (de caráter anti-imperialista, anti-monopolista, anti-latifundiário, ecossocialista, radicalmente democrático e que resgate os 500 anos de resistência e luta contra todas as opressões); fazer campanha de oposição programática de esquerda aos governos municipal, estadual e federal; nenhuma aliança com o PT e com os partidos da direita, sejam os da base do governo federal (como PTB, PRB, PP, PR, PSD, PMDB etc), sejam os da base da oposição conservadora (como PSDB, DEM e PPS), sejam legendas de aluguel (como PTN, PTC, PPL, PSDC, PMN etc). A cabeça de chapa (candidato a prefeito) será necessariamente do PSOL, mas não podemos aceitar alianças tendo com critério fundamental o

de ter o nosso candidato apoiado por outro qualquer partido. Estes critérios são válidos tanto para alianças formais (com coligações legais) como informais (também chamadas de coligações ou alianças brancas). Os eventuais casos excepcionais, caso a caso, devem ser deliberados pela Coordenação Nacional.

95. Por outro lado, é possível e devem ser buscadas alianças, acordos e apoios com agrupamentos político-sociais formados por pessoas sem partido ou mesmo que tenham filiação em outros partidos, e que, nas atuais circunstâncias nacionais, estaduais e municipais (de regressão de diversas políticas do campo do PT-PCdoB-PSB e do PV), possam se deslocar à esquerda e apoiar nosso programa e nossos candidatos majoritários ou proporcionais. Por exemplo, grupos de redes sociais, setores do MST, Consulta Popular, Brigadas Populares, Movimentos Negros, ambientalistas ou outros movimentos sociais.

96. Em sintonia com a valorização das experiências de luta do povo brasileiro em seus 512 anos de resistência, temos a possibilidade de, mais uma vez, alcançarmos o governo municipal da cidade de Belém para a efetivação de políticas públicas baseadas no Programa Democrático e Popular. Ou seja, como um momento histórico ímpar não somente para melhorar as condições de vida do povo, mas principalmente para fazer avançar sua consciência e organização, dentro de uma estratégia de acúmulo de forças para a construção do projeto de sociedade socialista.

97. A lembrança de nossa gestão polariza inclusive os eleitores dispersos de partidos de centro e direita tradicional, conferindo-nos chances reais de vitória, o que motiva ainda mais a militância da APS em todo o país, muito além dos esforços que a própria APS, em particular as suas direções, implementaram para a nacionalização de suas práticas e de sua simbologia.

98. Porém, não devemos nos iludir em relação às dificuldades desta luta. A batalha será árdua, em condições políticas, materiais e ideológicas muito mais difíceis, não só pelas fragilidades atuais da esquerda revolucionária. Além de enfrentarmos as candidaturas da direita tradicional com seus esquemas clientelistas de eternização da pobreza material dos/as trabalhadores/as explorados/as pelo capital, mas também pelas capacidades políticas, financeiras e estruturais dos candidatos que estarão representando o campo político-social de amortecimento da luta de classes, principalmente do PT e aliados.

99. Não devemos perder de vista que um Governo do Povo em Belém será, de fato, dirigido por um partido socialista comprometido com a luta anti-capitalista no Brasil, tanto em nível municipal, como estadual e nacional. Uma possibilidade exemplar para demonstrarmos a viabilidade da construção de mecanismos de participação popular em sintonia com a construção dos sujeitos sociais revolucionários, e contrapostos à hegemonia burguesa recém estabilizada – e, por isso mesmo, em condições mais difíceis do que os oito anos de governo anteriores.

100. Compreendemos os significados políticos, ideológicos e simbólicos da reconquista do Governo do Povo de Belém é um imperativo que deve estar colocado para a luta dos comunistas e revolucionários, não só da APS, como de toda a esquerda brasileira. Por essas razões, é que devemos considerar as eleições de Belém como prioridade nacional da APS e do PSOL, sem menosprezo às lutas que nós e o PSOL teremos nos outros estados da federação.

### **Tarefas centrais da tática para o período**

101. A pauta de tarefas centrais de nossa ação tática no atual período conjuntural, que afirmamos no III Congresso do PSOL, continua sendo um marco geral válido para a intervenção no atual período. Precisa, entretanto, estar sendo sempre enriquecida e atualizada.

Em suma:

I. Desenvolver e afirmar junto aos movimentos sociais, em nossa ação parlamentar e em todos os espaços estatais (como prefeituras) e da sociedade civil onde estejamos presentes, uma plataforma de reivindicações pelos direitos do povo e em defesa da nação, com base no Programa Democrático e Popular, que tem os seguintes eixos: anti-imperialista, anti-monopolista, anti-latifundiário, ecossocialista, radicalmente democrático e que resgate os 500 anos de resistência e luta contra todas as opressões.

II. Aprofundar a construção da Oposição Programática de Esquerda aos Governos federal, estaduais e municipais.

III. Realizar Frentes de Mobilização Popular com todos os que lutam contra as políticas neoliberais e todas as suas conseqüências nefastas para as condições materiais, culturais, políticas e ambientais, de vida e trabalho, do povo e da soberania nacional.

IV. Lutar por sindicatos únicos e por um sindicalismo anti-capitalista, classista, combativo e democrático. Defender a unidade de todos os setores combativos numa única central sindical e popular.

V. Colocar as demandas da juventude, dos negros, dos povos indígenas, do movimento LGBT e das mulheres como questões centrais da agenda nacional.

VI. Travar a luta ambiental com um caráter anti-capitalista e com uma perspectiva ecossocialista.

VII. Lutar pela garantia dos direitos democráticos de expressão, manifestação, organização e luta, contra a criminalização dos movimentos sociais combativos e as iniciativas em curso de reforço do caráter autoritário e coercitivo do estado que visam garantir os interesses da classe dominante e realizar faxinas étnicas.

VIII. Avançar na solidariedade ativa e nas lutas comuns com os trabalhadores e os povos da América Latina e do mundo. Participar ativamente das lutas internacionais e buscar articulações internacionais mais condizentes com a necessidade de desenvolver uma plataforma mínima de ações práticas nesta luta.

IX. Avançar na construção do PSOL como partido socialista, democrático e de massas e alternativa de esquerda para o Brasil, e da APS como corrente comunista revolucionária orgânica, com capacidade de dar direção coletiva ao PSOL; dirigir a ação direta de nossos militantes nos movimentos sociais e na sociedade civil em geral; e manter uma relação orgânica com nossas lideranças públicas, tanto nos espaços sociais como nos parlamentares e outras esferas das instituições estatais.

X. Fazer a propaganda ampla do socialismo e lutar pela reconstrução do ideário socialista, combatendo a social-democracia, o social-liberalismo e as concepções e práticas liberais, burocráticas, autoritárias, sectárias e stalinistas presentes na esquerda.

### **Plataforma de lutas e campanhas**

102. Além disso, faz-se necessário, para concretizar mais estes 10 pontos, que as questões de nossa plataforma de lutas para o período seja detalhada. Além das bandeiras que estão disseminadas no decorrer deste texto, é preciso construir uma Plataforma mais geral de Lutas e Campanhas prioritárias, que deve se basear no acúmulo já existente da APS, dos movimentos sociais combativos e do PSOL.

# **Construção Partidária: Nova Cultura Política, Hegemonia, Contra-hegemonia e a Questão do Partido**

## **Introdução**

1. Este texto atualiza nossas posições sobre a Construção Partidária, fazendo uma discussão da questão da Cultura Política e o papel da vanguarda político-ideológica na luta por uma “Nova Cultura Política” socialista.
2. O objetivo é o de levantar elementos teórico-metodológicos para melhor compreendermos a necessidade da luta político-ideológica de sentido contra-hegemônico e o papel que a vanguarda revolucionária precisa cumprir. Portanto, na luta por uma nova Cultura Política, é indispensável a ação de organizações político-partidárias e sociais que incorporem a luta por uma “Nova Cultura”. Para este acúmulo estratégico, destacamos o papel da APS como corrente comunista organizada, do PSOL como partido socialista de massas e das organizações populares.
3. Partimos do conceito gramsciano de hegemonia e isto exige um esforço de articulação teórica entre os conceitos de cultura e ideologia com o de hegemonia. Entendemos que a ideologia é o lugar superestrutural da “cultura”, assim como o modo de produção é seu lugar estrutural. Mas esta separação é apenas uma abstração metodológica, para melhor entender o seu complexo concreto, onde, de fato, elas estão inter-relacionadas dialeticamente. Nesta leitura, Cultura Política diz respeito tanto a uma concepção mais ampla de cultura como de política.

## **Cultura, nos sentidos restrito e amplo**

4. Começamos, então, buscando conceituar o que entendemos por cultura. No sentido mais restrito, o conceito de cultura está relacionado ao que também é chamado de “cultura culta”. Ligada a uma educação formal, “ao cultivo do espírito”, da ciência, da filosofia ou “à evolução da mente”. Indica um estado cultural considerado mais evoluído ou desenvolvido, de “pessoas de cultura”. Cultura também é identificada, muitas vezes, com arte ou produção artística. Nestes casos, quem, historicamente, tem definido o que é “culto”, “evoluído” “desenvolvido” e “arte” tem sido algum corpo de elite de uma classe dominante. Portanto, frequentemente, este conceito de cultura tem um viés elitista.
5. No sentido mais amplo, cultura diz respeito ao “modo de vida” de um povo, nação ou grupo social mais restrito. É entendida como conjunto de símbolos, um sistema de significações, o acúmulo de idéias, práticas, meios de produção e produtos relacionados a um grupo social - podendo ser uma ordem social relativamente “completa”, ou um pequeno agrupamento presente no interior desta. Enfim, de qualquer agrupamento social que possa ser identificado e delimitado de algum modo. País, classe social, etnia, cidade, bairro, categoria profissional, gênero, organização social, partido político, corrente revolucionária, ou tribo (tanto no sentido tradicional ou contemporâneo-urbano). E podemos ir fragmentando a sociedade em grupos e sub-grupos, procurando identificar características que possam identificá-lo como um agrupamento cultural, ou seja, com elementos de identidade suficientes para identificá-lo assim – naquilo que lhe é característico e no que o separa dos outros. Isto inclui opiniões, atitudes, representações sociais, valores éticos e morais, ideologias, crenças, produção ou preferências artísticas e científicas, preferências e práticas políticas, religiões, hábitos de vida e consumo, etc. Poderíamos então falar em cultura brasileira, paraense, carioca, jovem, guarani, negra, lésbica etc. E, eventualmente, ainda sub-dividir estes grupos em sub-grupos.
6. Portanto, quando falamos em modo de vida, estamos falando não somente em elementos simbólicos como os acima citados, mas também dos materiais. Neste sentido, uma cultura não somente depende da base material em que está assentada, como esta base material é parte indissolúvel e inseparável desta cultura. Não esqueçamos que a palavra cultura vem de “cultivar”

– a começar pela cultura da terra, a agricultura. Os elementos subjetivos, simbólicos, ligados à visão de mundo, ou seja, à ideologia, refletem de algum modo, a base material da sociedade, o modo como se produz nesta sociedade - no nosso caso, o modo de produção capitalista. Isto não significa que todos os elementos culturais sejam reflexos automáticos e mecanicistas da economia, nem tampouco que todas as culturas mais limitadas<sup>3</sup> (que alguns autores chamam de “sub-culturas”) ou práticas culturais sejam diretamente determinadas pela economia de modo economicista. Mas significa que são condicionadas pela base econômica da sociedade. Num sentido bem amplo, uma cultura burguesa só pode nascer a partir do momento em que surge a burguesia como classe econômica, ou seja, a partir do alvorecer do capitalismo. Do mesmo modo, uma cultura anti-capitalista, socialista, dirigida pelos trabalhadores, também só passou a ter condições de surgir a partir daí – quando a produção passou a ser socializada apesar da apropriação dos meios de produção e das riquezas ser individual, privada. E a cultura burguesa só pode se transformar em cultura hegemônica na medida em que o capitalismo vai se fazendo hegemônico como força econômica, ou seja, como modo de produção. Mas, dialeticamente, isto também só pode se desenvolver na medida em que uma cultura burguesa foi respaldando superestruturalmente este novo modo de produção.

7. Mas, para uma cultura ser identificada ou classificada como tal, não basta identificar que várias pessoas têm as mesmas idéias e práticas. É preciso, mais que isto, que estas ideias e práticas sejam reconhecidas, vividas, assumidas, respeitadas pelo grupo e capazes de influir no pensamento e na ação do grupo e dos indivíduos em relação a este.

8. Ademais, toda novidade cultural, produção ou cultura política transformadora, precisa ser ampliada, reforçada, organizada, teorizada e consolidada. Pois sempre será disputada pela hegemonia burguesa existente. Pelo capital, pelo estado e pelas idéias predominantes. Mercantilização, através da indústria cultural, cooptação material, persuasão, sedução e coerção – senão com o uso explícito da violência, no mínimo através da censura e do fechamento de espaços para os indesejáveis. E há ainda a prática do “transformismo”, da “decapitação intelectual-ideológica” de indivíduos e coletivos que buscavam construir práticas culturais contra-hegemônicas e alternativas, mas acabaram aceitando a perspectiva hegemônica e agindo para reproduzir o *status quo*.

9. Portanto, cultura não é somente uma visão de mundo, uma ideologia. É também uma prática social em todos os sentidos. Na produção material, nas ações da sociedade civil e no estado. Não somente é reflexo de um universo social, mas se confunde com ele. E, quando falamos de culturas mais limitadas, estas, como regra geral, tendem a refletir um universo social (sócio-cultural) ou uma ordem social nacional ou global, mais ampla que a do sub-grupo (mesmo que não seja determinada de modo absoluto por esta ordem). Mas refletem este universo maior com suas diferenciações e particularidades. Isto não significa, entretanto, que não possam existir sub-grupos com culturas resistentes e/ou contra-hegemônicas a esta ordem sócio-cultural mais abrangente. Nem que, dentro de qualquer grupo com cultura própria (portanto, predominante) não possam existir indivíduos ou movimentos que se contraponham a esta. Por outro lado, toda cultura tem, como uma de suas expressões, a ideologia.

### **Ideologia e cultura**

10. No sentido mais amplo (que vamos usar neste texto), ideologia é uma visão de mundo. É, assim, uma concepção do mundo, um sistema de valores, opiniões, crenças que representam uma leitura social da realidade, uma visão do real. Mesmo sendo identificadas num indivíduo, a ideologia é uma representação ou uma combinação de representações sociais, menos ou mais

---

<sup>3</sup> Aqui usamos o termo “mais limitadas”, não no sentido de inferioridade, mas de estar presente dentro de uma cultura mais abrangente.

coerentes. Assim, a ideologia traduz, até certo ponto, o que é um grupo social - naquilo que são suas representações sociais da realidade - e do que pode orientar suas ações.

11. A ideologia dominante é a ideologia da classe economicamente dominante, já disse Marx. Mas isto não ocorre como um reflexo automático da economia para as mentes. Ocorre porque: 1) a produção econômica (desde a divisão social do trabalho até os meios de produção mais específicos e constantemente atualizados) tende a organizar, não somente a maneira como o trabalhador produz, mas o conjunto de suas práticas sociais e culturais (um exemplo histórico, foi o papel ideológico, além do técnico, que o fordismo cumpriu); 2) essa divisão, também hierarquiza funções na produção e na sociedade, naturalizando-as, especialmente a divisão entre trabalho manual e intelectual, entre patrão e empregado e entre chefe e tarefeiro; 3) toda sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção é uma sociedade da divisão de classes, a qual é naturalizada como tendo existido desde sempre e projetada até a eternidade; 4) por outro lado, a posição de quem é proprietário, patrão e tem poder econômico e riqueza, dá status e prestígio social que o valoriza também na disputa de idéias; 5) a classe que detém os meios de produção material, também detém os meios de produção, de reprodução e de distribuição/circulação intelectual, científica, filosófica e simbólica em geral (aí incluídos, mas não só, os mais avançados meios de comunicação de massa).

12. Mas, se a ideologia dominante (hegemônica) nasce socialmente da base econômica, ela é cultivada e cultuada na superestrutura. É elaborada, construída das formas mais sofisticadas como filosofia e ciência, onde é teorizada de modo racional e coerente. Esta tarefa cabe à elite intelectual da classe dominante. Seu objetivo é não somente ilustrar a visão de mundo do povo, mas orientar, no sentido mais geral, a sua ação. Entretanto, sua presença e sua predominância social não se fazem de modo idêntico e homogêneo em toda a sociedade.

13. Assim, se há uma ideologia como filosofia sofisticada, consistente e coerente, não é deste modo que esta se apresenta no conjunto da sociedade. Nesta, a cultura burguesa vai aparecer em diversos graus de coerência e fragmentação, como senso comum, religião ou até mais fragmentada, ou seja, onde a ideologia/cultura dominante aparece menos coerente e mais misturada com ideologias pré-capitalistas, tanto dos dominantes quanto dos dominados. Ou seja, a ideologia da classe dominante burguesa vai se reproduzindo de forma miscigenada com ideologias tradicionais, pré-capitalistas e até mais conservadoras (mais fortes ou mais residuais), que são usadas e manipuladas pela classe dominante a depender das conveniências táticas circunstanciais.

14. Por outro lado, contém também elementos de resistências históricas dos explorados, oprimidos, dominados e dirigidos. E tudo isto gera, no cotidiano normal e em determinados conflitos parciais ou momentos de crise, possibilidades de reprodução mais ou menos coerente do núcleo ideológico burguês. E o que dá coerência operacional a tudo isto é a política. Por outro lado, tudo isto também abre brechas para o florescimento de alternativas mais conservadoras e reacionárias, ou progressistas, contra-hegemônicas ou revolucionárias.

15. Daí porque, apesar de secularmente presente na humanidade, a ideologia burguesa precisa estar sendo reforçada, atualizada, reconstruída e modernizada a todo momento.

16. Ela cumpre, assim, a função de procurar encobrir todas as contradições sociais importantes ou torná-las naturais e socialmente aceitas. Assim, cumpre a função de negar a realidade ou justificar, orientar a leitura, explicar e interpretar a realidade social, buscando o consenso. Ou, inclusive, justificando o uso da violência quando ocorre o conflito e esta se torna necessária para a manutenção da ordem.

17. A ideologia dominante inspira e reproduz, portanto, um conjunto de práticas e expressões da sociedade burguesa, como o individualismo, o egoísmo, o consumismo, o autoritarismo, o mandonismo, o racismo, o machismo, a homofobia, a separação entre o trabalho manual e intelectual, o personalismo, o liberalismo, o pragmatismo, o levar vantagem pessoal em tudo, a legitimidade da propriedade privada, o uso da violência para manter a ordem, a democracia representativa em oposição à democracia direta e efetiva participação do povo no poder, a

exploração econômica dos não proprietários dos meios de produção, os privilégios dos mais ricos e “preparados” e “competentes” etc. E, talvez, a mais importante: a idéia de que, mesmo sendo desejável, não é possível construir uma sociedade sem explorados, oprimidos e dominados e com uma verdadeira justiça social – pois seria impossível aos trabalhadores dirigirem a sociedade contra os interesses dos “poderosos”.

18. A ideologia dominante tende a ocultar as contradições sociais fundamentais e faz com que as idéias da classe hegemônica, relacionadas a seus interesses de classe, se universalizem e apareçam como sendo de toda a sociedade. Assim, idéias como democracia, paz, nação, pátria, sociedade, desenvolvimento, progresso, estado e cultura, aparecem de modo abstrato, neutro, como valores universais, escondendo a concretude da divisão de classes e da divisão social em geral, e as lutas das classes populares e de todos os oprimidos presentes na sociedade, buscando impedi-las de se manifestar e/ou de terem visibilidade e aceitação social ampla.

19. Para isso, diante da cultura popular, pode agir de três maneiras básicas: 1) valorizando seus elementos de submissão; 2) reprimindo ou escondendo (tirando visibilidade) os elementos de resistência, contestação e de potencial contra-hegemônico; 3) mercadorizando seus elementos artístico-culturais que tem potencial de mercado, através da indústria cultural.

20. A ideologia dominante também é um meio de reprodução de ilusões necessárias para construir, consolidar e reproduzir a coesão social e a estabilidade das instituições do mercado, da sociedade civil e do estado.

21. É, portanto, instrumento espiritual indispensável para a reprodução da ordem material existente. Ou seja, ao mesmo tempo em que nasce e se inspira na ordem material, é um instrumento fundamental para a manutenção desta mesma ordem material.

22. Desta maneira, pelo menos no mundo contemporâneo, dificilmente podemos encontrar uma cultura “pura”. Todas as combinações, intencionalmente buscadas, espontaneamente aceitas ou impostas pela força da violência, realizaram mestiçagens, historicamente. E se combinam complexificando tanto a análise como o enfrentamento político da questão.

23. A ideologia é, assim, o lugar superestrutural (presente na sociedade civil e no estado) da cultura, assim como o modo de produção é seu lugar estrutural. Numa situação normal, há uma razoável coerência entre eles, ou seja, entre os espaços estrutural e superestrutural e a cultura. Ou seja, entre a base econômica, a sociedade civil, o estado, a visão de mundo e o modo de vida de um povo, nação ou grupo social mais restrito.

24. Mas, como a própria ideologia é condicionada e inspirada pela base econômica da sociedade, a separação entre lugar estrutural, lugar superestrutural e cultura tem o sentido apenas de uma abstração metodológica, para melhor entender o seu complexo concreto. Pois, de fato, apesar da autonomia relativa entre estas esferas, elas estão inter-relacionadas dialeticamente.

25. Por isso mesmo, o conceito de “modo de produção” pode ser entendido tanto num sentido econômico restrito (forças produtivas mais relações de produção) como amplo, ou seja, incorporando não somente a produção econômica, mas, também, o complexo superestrutural que o cerca e o viabiliza politicamente, pelo consenso e/ou pela força. Pois não há modo de produção econômico que se consolide e perdure sem que haja aceitação de pelo menos uma parte importante da sociedade e a imposição, pela força, àqueles que não aceitam voluntariamente. E não é possível pensar a reprodução ampliada do capital sem um estado que cumpra sistematicamente este papel. Sendo assim, um modo de produção não produz apenas economia, mas também estado e ideologia. Produz aparelhos coercitivos e simbólicos indispensáveis para a sua vigência. Radicalizando nesta perspectiva, chegaríamos à conclusão de que “modo de produção” e “cultura” são praticamente a mesma coisa. E esta não é uma maneira errada de entender a questão. Mas, se queremos compreender a concretude de uma determinada cultura política para agir sobre ela, não podemos ficar na sua representação ampla. É preciso ir nas suas manifestações concretas particulares, o que exige a separação metodológica dos seus componentes.

26. Sendo assim, ao investigar uma realidade cultural concreta, o nosso esforço deve ser o de pesquisar o particular com um olhar totalizante e não fragmentado, pois a fragmentação impede uma boa compreensão da realidade, ou seja, maior aproximação da verdade. Portanto, devemos analisar uma realidade cultural de modo concreto, ou seja, compreendendo suas multideterminações e, entre elas, aquelas principais. E, além dos elementos do núcleo ideológico dominante, identificar a permanência de resíduos de ideologias tradicionais mais conservadoras; a resistência de culturas tradicionais com potencial contra-hegemônico; a emergência de novas culturas revolucionárias. Isto porque a cultura da sociedade burguesa não é só burguesa. E as ideologias presentes na sociedade burguesa não são somente burguesas. Pois o povo está vivo. Pode aceitar tudo, aceitar em parte ou reagir.

27. A relação entre estrutura econômica e as superestruturas da sociedade civil e do estado é o que Gramsci chamou de Bloco Histórico ou articulação hegemônica. Enfim, Bloco Histórico é um Bloco de Poder.

### **Cultura, Ideologia, Hegemonia e Bloco Histórico**

28. A hegemonia é uma combinação de direção moral, política, cultural e intelectual com dominação. Combinação de liderança ideológica e cultural com coerção. É uma supremacia exercida através do consentimento e da força, da imposição e da concessão, de e entre classes e blocos de classes e frações de classe. Esta pode se dar de forma ativa, como vontade coletiva, ou se manifestar de forma passiva, por meio de um apoio disperso ao grupo dirigente/dominante. Como diz Gramsci, a hegemonia se constrói a partir da sociedade civil e de suas diversas instituições, mas tem no estado um instrumento indispensável para a sua realização, consolidação e reprodução. Além disso, a hegemonia sempre pode ter certo grau de instabilidade, pois pressupõe a existência de forças contrárias, que de algum modo resistem a esta hegemonia, apresentando ou podendo propor projetos alternativos parciais ou globais.

29. Indissolúvelmente ligado ao conceito de hegemonia está o conceito de Bloco Histórico. Ou seja, uma articulação hegemônica, ligada à estrutura e à superestrutura da sociedade, que tem certa permanência cultural, mas que precisa se renovar a cada conjuntura. Que se constrói a partir de uma aliança de classes e frações de classe, mas que só se efetiva a partir da conquista do poder de Estado, momento em que se concretiza a hegemonia como combinação de direção e dominação.

30. Como entende Marx, o aparelho de Estado (Sociedade Política) é uma organização de classe, que garante e expressa os interesses da classe economicamente dominante e tem a função especial de coerção de classe. No Manifesto Comunista está presente uma forma de dominação mais direta, na qual, no capitalismo, o estado é definido como um comitê para gerir negócios comuns da burguesia, onde a própria classe dominante na economia exerce a sua dominação. Já na obra "O 18 Brumário de Luis Bonaparte", surge a idéia de autonomia relativa do estado: em certas circunstâncias de crise social e política, a burguesia pode abrir mão da direção direta do estado, mas o estado continua agindo a seu serviço.

31. Para garantir seus interesses gerais e receber apoio ativo ou passivo de grupos subalternos, ou seja, para ser hegemônica, a classe economicamente dominante pode e deve fazer concessões econômicas, porém não nos seus elementos essenciais: não pode abrir mão da propriedade privada do "núcleo decisivo da atividade econômica".

32. A hegemonia se faz, assim, como combinação de coerção e consenso. E o consenso se constrói através de concessões econômicas secundárias e do convencimento político e ideológico. A mídia tem, neste sentido, um papel notável neste esforço permanente e cotidiano de convencimento. E não somente em relação a questões particulares e conjunturais, mas especialmente de construir esta representação ideológica do estado, não como sendo um organismo classista, mas como expressão de todas as energias nacionais. Por outro lado, além da base econômica e da superestrutura estatal, Gramsci identifica um outro "grande plano



superestrutural”, que é a Sociedade Civil. E os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para cumprir funções da hegemonia na sociedade civil, no estado e na produção econômica.

33. Dito isto, Bloco Histórico é a “unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos”. Unidade entre economia, política e ideologia. Enfim, é o Bloco Histórico que sustenta a unidade cultural. Portanto, a separação, aqui apresentada, entre estado, base econômica e sociedade civil é apenas metodológica, pois sempre há uma relação dialética entre estas esferas. Uma relação que apresenta contradições diversas, mas que garante uma unidade orgânica, uma totalidade. E sua separação real só podendo ser pensada em momentos de crise de hegemonia - quando, a partir do acirramento da luta de classes, projetos de classes antagônicas predominam em esferas diferentes (sociedade civil x estado; estado x base econômica), provocando um confronto que pode levar a uma revolução ou contra-revolução. A revolução significando a vitória da contra-hegemonia e a construção de um novo Bloco Histórico.

34. Bloco Histórico é, portanto, um bloco social e político controlador da estrutura econômica, dominante no estado e dirigente político-cultural na sociedade civil. Por outro lado, a estrutura e a sociedade civil também estarão se submetendo, de algum modo, em maior ou menor grau, às instituições e leis do Estado. Neste sentido, entendido como superestrutura jurídica e passando a ter (além da coerção) diversas funções sociais e culturais da sociedade civil (como educação, saúde, produção artística, previdência etc), o Estado “ampliado” regula e abarca a sociedade civil, tendo não somente uma função coercitiva, mas também um papel ideológico/cultural fundamental. Nisto tudo, os intelectuais das classes dominantes cumprem um papel essencial. Para garantir a racionalidade, as condições técnicas e dar sentido unitário a esta relação tensionada/contraditória ou antagônica entre forças e interesses presentes na base econômica, no Estado e na sociedade civil. São, assim, agentes indispensáveis para fazer de todo este complexo concreto e contraditório uma “cultura”.

35. Finalmente, é sempre bom lembrar que Gramsci acrescenta ainda que “entre o consenso e a força” apresenta-se também a corrupção e a fraude. Isto, quando a hegemonia não consegue ser exercida plenamente através do equilíbrio entre consenso e força e o uso excessivo da força possa trazer perigo para o grupo dirigente-dominante.

36. A chamada “opinião pública” ou as “representações sociais da política”, assim, são construídas num processo de ações contraditórias entre estado e sociedade civil. Contraditórias, mas não necessariamente antagônicas. Pois, numa situação normal, em que as forças que predominam nas diversas esferas do estado não são sujeitos de um projeto e práxis contra-hegemônica, conflitos agudos sobre políticas mais imediatas e interesses de grupos particulares, costumam não fugir do mesmo campo cultural mais amplo que sustenta a ordem social (econômica-social-política-cultural). Para isto, os meios de comunicação são indispensáveis.

37. Assim sendo, podemos dizer, abstratamente, que, numa situação “normal”, hegemonia, bloco histórico, modo de produção, ideologia dominante e cultura predominante numa ordem social se confundem – e suas contradições internas podem criar algum grau de instabilidade política, mas não são capazes de desestabilizar a ordem sócio-cultural. Dito de outra maneira, a cultura hegemônica é a cultura da classe dominante articulada no bloco histórico de uma determinada formação social.

38. Porém, como já vimos, nem todas as situações são “normais”, o que pode provocar a transformação de contradições normais dentro da ordem em conflitos e confrontos mais radicais entre suas esferas e “dentro” de cada uma delas. Por exemplo: da maioria da Sociedade Civil impulsionada pela esquerda contra um governo burguês no estado; dentro do próprio estado, no caso de uma forte bancada parlamentar revolucionária ou de um governo democrático e popular com efetiva orientação política de ruptura; de um governo revolucionário versus a propriedade privada dos meios de produção etc.

39. Como já foi dito, usando o método da abstração, podemos separar as partes para melhor entendimento. Mas este é um artifício apenas metodológico. Na vida, o bloco histórico, o estado, a

cultura etc, não se apresentam de modo abstrato, mas concreto, com uma complexidade composta de vários condicionamentos e determinações. No seu conjunto concreto, tendem a refletir os interesses da classe economicamente dominante.

40. Mas isto se manifesta de formas diferenciadas, dependentes de realidades históricas e geográficas e de correlações de força específicas. Portanto, o estudo de uma realidade e a escolha – pelos sujeitos sócio-político-culturais nelas presentes - de estratégias e táticas de intervenção numa “cultura política” específica, exigem a compreensão coerente de suas especificidades. Porém, sem perder a dimensão e inter-relação com a totalidade da formação social onde está inserida.

41. Estudar e compreender “uma cultura política” é, assim, compreender uma dimensão particular da cultura e da política. Agir politicamente significa, assim, agir sobre uma cultura política. Para mantê-la ou para a promoção de mudanças.

### **Cultura Política e Hegemonia**

42. O sentido de Cultura Política que damos aqui não é somente relacionada à política institucional. Falamos tanto de uma concepção mais ampla de cultura (como já vimos) como de política – qual seja a de todas as idéias e as ações, presentes tanto no estado quanto na sociedade civil, que possam interferir, a curto ou longo prazos, na disputa de poder. A questão do estado estando presente tanto de maneira mais direta como mediada. Envolve, por exemplo, as relações políticas presentes em diversos tipos de organizações e movimentos da sociedade civil que não tem relação formal direta com as instituições estatais (além daquelas mínimas exigidas por lei para seu funcionamento). No caso, envolve idéias, atitudes, crenças, opiniões e práticas que interferem e dão lógica, racionalidade e legitimidade nas relações entre os membros de um determinado grupo social ou político; a sociabilidade política construída no interior deste grupo; o grau de compromisso dos membros ativos, dirigentes ou simpatizantes do mesmo com seu cotidiano e seu destino; os processos de constituição de sua identidade interna e para fora e que dão sentido de pertencimento ao grupo (e no grupo); os processos de tomada de decisão dentro destes grupos (democráticos ou não); as formas de recrutamento para os mesmos; suas formas de sustentação material; sua posição (de aliança, indiferença ou oposição) em relação a outros grupos; sua relação com o estado, classes sociais e poder econômico; suas formas de organização etc. Aqui, tanto podem ser considerados elementos mais objetivos ou mais subjetivos, materiais ou simbólicos, de práticas mais racionais ou afetivas.

### **O que é “velha cultura” política?**

43. Nós somos uma força política que trava a luta contra-hegemônica, por uma nova hegemonia, dentro desta cultura que está aí. Lutamos, assim, por uma nova cultura.

44. Mas, o que é a velha cultura que estamos combatendo ou precisamos combater? O que é o novo e o que é velho? A cultura dos 500 anos de Resistência é velha ou nova? A cultura da Comuna de Paris é nova ou velha? E a do movimento estudantil de 68? As experiências da Cabanagem (PA) e da Conspiração dos Alfaiates (BA) são novas ou velhas? E o socialismo?

45. Para a cultura burguesa, hegemônica, tudo isto é velho, arcaico, ultrapassado. Novo é o neoliberalismo, o pós-modernismo e cada uma das mais “novas ondas”.

46. Para responder à primeira pergunta desta seção, em primeiro lugar, é preciso identificar na “velha cultura política” “oficial” quais são seus elementos coerentes fundamentais que precisam ser combatidos e quais nossas alternativas. Isto significa, antes de tudo, que a “velha política”, não é algo do passado, mas algo que, apesar de ser “velho” e “ultrapassado”, está muito vivo e atuante e sempre procurando se renovar e se mostrar como sendo o mais novo, o último “neo”, a última moda e o próximo “pós” alguma coisa.

47. Em segundo lugar, é preciso identificar esta cultura nos meios, espaços, ambientes dos próprios agrupamentos supostamente ou efetivamente alternativos e opostos à “cultura política” dominante – ou seja, no movimento geral/entidades, nos quais participamos, o que é a “velha

cultura política” que também precisa ser evitada e combatida? Tanto no que diz respeito às propostas (programas/plataformas de luta) como nos métodos de ação política prática (como vimos, cultura é ideologia e se manifesta na prática).

48. Sendo assim, definir o que é o novo a ser defendido e o velho a ser combatido, não é uma localização de algo no tempo cronológico. Nem uma adjetivação mercadológica, mas, isto sim, uma identificação dentro de um espaço/tempo histórico.

49. Em termos gerais, podemos dizer, então, que a “velha cultura” é esta que está aí. É a cultura burguesa e outras heranças, ainda mais conservadoras. Assim como é a reciclagem mercadológica e/ou acomodativa/moderadora dos elementos culturais e políticos de resistência, rebeldia, contestação e com potencial contra-hegemônico – que são cotidianamente alvos da indústria cultural e do estado.

50. No caso de organizações e movimentos que tem objetivos políticos mais ou menos bem definidos em perspectiva contra-hegemônica, cabe aqui discutir aquele conjunto de questões já citadas no item da cultura. Ou seja, a identificação e necessidade de combater (com vistas à “Nova Cultura Política”) aquele conjunto de práticas e expressões da sociedade burguesa, como o individualismo, o egoísmo, o consumismo, o autoritarismo, o mandonismo, racismo, o machismo, a homofobia, a discriminação dos idosos, a separação entre o trabalho manual e intelectual, o personalismo, o liberalismo, o pragmatismo, o levar vantagem pessoal em tudo, o uso privado do que é coletivo, o uso da força, da fraude e da corrupção para vencer eleições e congressos etc.

### **Quem organiza a luta dos contrários, do Novo contra o Velho?**

51. Porém, a luta contra a velha cultura e a favor de uma nova cultura política, ou qualquer tipo de cultura desejável de ser construída, ao mesmo tempo que precisa ser uma luta de milhões, passa necessariamente pela definição e ação de algum grupo que não é o povo em geral. Ou uma elite intelectual no sentido dominante e tradicional, ou uma vanguarda intelectual (política e/ou cultural), no sentido gramsciano, de pessoas que assumem funções intelectuais. Ou seja, pessoas que, independentemente de sua educação formal, assumem um papel de direção/liderança no processo. Ou um agrupamento com capacidade dirigente que possa ser identificado como intelectual coletivo.

52. Ou seja, numa sociedade de classes, onde ainda existem enormes desigualdades materiais e culturais (particularmente do saber), a iniciativa com fins estratégicos não pode prescindir de sujeitos articulados como agrupamentos de vanguarda. É esta também que, através da práxis, fundindo teoria e prática, define de modo mais coerente os elementos fundamentais da nova cultura que pretende construir. Ou seja, quem pretende construir e praticar uma nova cultura política precisa ter a consciência do que pretende e é, portanto, necessariamente, uma parcela avançada, destacada, do povo. Não é por acaso que precisamos discutir esta questão em nossos coletivos e debates.

53. Esta questão sempre esteve colocada para o movimento dos trabalhadores pelo socialismo e o comunismo. Já no Manifesto Comunista, Marx caracterizava os comunistas como a parcela política mais avançada e decidida do movimento político do proletariado. Tanto por compreenderem teoricamente melhor a realidade, como por terem condições de avaliar melhor o processo, definindo estratégias e táticas. Historicamente, esta questão tem se colocado das mais diversas maneiras. Na época do Manifesto (1848), nem mesmo existiam ainda partidos como os que conhecemos hoje (organizações permanentes, organizadas nacionalmente, unificadas em torno de um programa, com filiados, contribuição financeira regular, estrutura física, a partir de núcleos de base, com processos democráticos de decisão, como congressos, para decidir sobre programa, direções e candidaturas externas, com centralização democrática ou não, legais ou não, de massas ou não).

54. Só em 1875, no Congresso de Gotha, na Alemanha, foi fundado o primeiro partido com estas características gerais. Foi o Partido Socialista Operário da Alemanha, o primeiro com as características de um partido socialista de massas e que dirigiu o processo de fundação da II

Internacional. Era um partido amplo, contraditório, onde os comunistas (como Marx e Engels) participavam, porém fazendo uma crítica pela esquerda ao seu programa. Depois disso, foram inúmeras as maneiras como os revolucionários comunistas se organizaram para a luta. Partidos de massa legais, partidos clandestinos, partidos socialistas amplos, partidos comunistas mais definidos, organizações que não se assumiam como sendo partidos, partidos divididos em frações, frentes de partidos e organizações que cumpriam o papel dirigente de partido; organizações político-militares, partidos de tendências internas, correntes e tendências comunistas internas a partidos social-democratas e reformistas, grupos locais e regionais provisórios ou não. Isto tanto em termos internacionais como nacionais. Sem falar de todos os outros tipos de organizações de luta e resistência popular pré-capitalistas ou já do período do capitalismo.

55. Portanto, a história mostrou que não existe uma forma que possa ser abstratamente considerada como a mais correta e certa (nem, muito menos, universal), de partido que possa ser aplicável a qualquer contexto histórico nacional – como pretenderam tanto a III Internacional (tentando forçar um modelo supostamente “marxista-leninista” de partido em todos os países), como a II Internacional social-democrata (depois da reconstrução), ou várias correntes trotsquistas (a partir da fundação da IV Internacional, em 1938).

56. No Brasil de hoje, depois da experiência do PT e da tentativa dos comunistas de lutarem para sua transformação num partido socialista revolucionário de massas ter sido derrotada - e deste ter se transformado num partido da ordem de tipo eleitoral de massas – se recolocou a discussão da construção partidária. A situação política nacional, seja por suas características estruturais-mais permanentes - onde a estratégia de luta dos socialistas exige algum tipo de organização político-partidária de massas; seja pela situação específica da esquerda socialista revolucionária neste contexto político; esta situação nos impôs o fato de ter um partido socialista politicamente diverso e amplo (que pretendemos venha a ser de massas) e com diversas correntes organizadas de esquerda dentro dele. Todas elas com grande independência e autonomia política e organizativa. Este partido, que é o PSOL, por um lado ainda não é um partido de massas; por outro, não tem unidade estratégica para ser um partido de vanguarda, no sentido estratégico, que centraliza democraticamente seus militantes; e, finalmente, não é nem mesmo ainda um “partido”, no sentido mais rigoroso e restrito do termo. Se parece mais a uma organização político-partidária tipo uma frente de correntes ou um partido de correntes ou uma federação de correntes ou um partido de frações. Isto trás muitas contradições, problemas, dificuldades e crises. Entretanto, o PSOL passou a ser, a partir de 2004, a melhor opção no contexto atual da esquerda e dos movimentos sociais no Brasil – onde o grosso do acúmulo a partir da crise da ditadura, foi carregado (através do PT, do PCdoB, do PSB, da CUT, da CTB, do Governo Lula-Dilma e de várias outras organizações populares) para a viabilização da inédita estabilização da hegemonia política burguesa no Brasil.

57. O PSOL é, assim, uma organização político-partidária que pode – seja na luta institucional, seja com base em campanhas e mobilizações de massa (por conta própria ou com aliados) – encarnar de modo mais amplo a oposição programática de esquerda ao governo federal (Dilma-PT e aliados), estaduais e municipais. Tanto deste bloco governista federal, como daquele articulado em torno do PSDB-DEMO. Sendo assim, o PSOL cumpre uma parte importante da luta por uma “Nova Cultura Política”.

58. Mas, se o PSOL é realmente um “partido necessário” – e, podemos dizer, até mesmo indispensável – entretanto, não é suficiente para dar conta da complexidade de uma ação politicamente eficaz dos comunistas revolucionários na sua ação concreta na luta social e política. Muito menos, para a formação política e ideológica dos militantes comunistas, pois somos igualmente indispensáveis. Isto significa, portanto, que, neste contexto, os comunistas revolucionários não podem abrir mão de suas correntes organizadas próprias, com ação tanto no PSOL como diretamente nos diversos movimentos sociais, buscando cumprir aquilo que o PSOL não está tendo condições de cumprir. Evidentemente, gostaríamos que o PSOL fosse, ao mesmo

tempo, um partido de vanguarda e de massas e que cumprisse todas as tarefas da luta. E lutamos por isso. Mas a resposta orgânica que a luta pelo socialismo exige hoje não pode esconder a realidade do que o PSOL é hoje.

59. Sendo assim, são três os caminhos organizativos necessários para um agir coerente e equilibrado de modo a acumular estrategicamente (e não somente imediatistamente): a APS, o PSOL e as organizações da luta popular.

### **A práxis da relação entre vanguarda política, vanguarda social e luta de massas na luta por uma Nova Cultura Política**

60. Uma das funções de um partido socialista ou comunista é a luta por uma Nova Cultura Política nos movimentos sociais, no modo como conduzir a luta na institucionalidade estatal, e na sociedade em geral. E uma das nossas tarefas é construir uma corrente de pensamento socialista ampla e lutar por uma nova cultura política nos movimentos. Por isso, lutamos por uma cultura que resgate os 500 Anos de Resistência Indígena, Negra, Feminista, Ecosocialista e Popular na sociedade – como uma questão político-cultural estratégica central e não como somatório de lutas setoriais. Mas, para isto, é preciso organizar esta luta político-cultural. Deste modo, o próprio partido e as correntes organizadas, coletivos e campos presentes nos movimentos também precisam levar a sério esta construção. Neste mesmo sentido, o PSOL também está muito aquém do que deve ser uma cultura política de um partido socialista e libertário (nem é preciso ficar aqui citando toda a gama de problemas que vivemos cotidianamente no partido). Isto significa que é muito forte a necessidade de uma Nova Cultura Política também no PSOL.

61. E suas correntes organizadas também precisam estar atentas sobre isto em relação a si próprias. Pois são muitos os problemas de cultura política em todas as correntes.

62. Nós da APS estamos entre o que há de melhor do acúmulo da resistência à onda de dissolução da perspectiva socialista e de luta concreta pelo socialismo e contra a cultura burguesa no nosso país. E, também por isso, somos necessários e imprescindíveis. Mas também precisamos *cultivar* permanentemente a cultura política revolucionária e praticar a crítica e auto-crítica. Valorizar a elaboração política coletiva, a formação política sistemática, e a construção de uma consciência política onde racionalidade científica, motivação ideológica revolucionária e paixão se combinem dialeticamente.

63. Tudo isto tem a ver com a questão de que, se queremos lutar por uma Nova Cultura Política entre as massas, temos que começar dando exemplo com a nossa práxis. E, apesar de todos os problemas de cultura que temos, as correntes comunistas continuam sendo o melhor espaço para isto.

64. Entretanto, lutar para ser vanguarda não significa ter uma postura de arrogância diante das massas populares. Muito menos a pretensão de substituí-las – nos movimentos ou através da institucionalidade estatal – em sua ação. Pois somente a ação de milhões pode levar à revolução. Cumprir nosso papel dirigente é, também, saber construir linhas de massa capazes de contribuir para que o povo, na luta, avance no seu nível de consciência política. E somente através da combinação do resgate do conhecimento já adquirido - historicamente, em todas as lutas populares e ações intelectuais sistemáticas – na forma de teoria, com a criatividade das massas e suas vanguardas sociais em luta, poderemos efetivamente ter linhas de ação que contribuam para o avanço das lutas e para o aprofundamento de nossa influência e participação na organização das mesmas. Fazendo avançar tanto a cultura política das massas como a da vanguarda. Isto é a práxis no seu sentido mais avançado.

65. Somente assim, estaremos nos construindo como intelectuais orgânicos (como Gramsci define os dirigentes da luta do povo) e como intelectual coletivo (as organizações político-partidárias), e conhecendo e cumprindo nosso papel de indivíduos na história. Esta é uma necessidade permanente da luta revolucionária

66. E, particularmente hoje, continua sendo uma necessidade fundamental pois, apesar da correlação de forças mais geral adversa, existe mais povo disposto à luta do que vanguarda

político-ideológica organizada e preparada para contribuir de modo dirigente na organização destas lutas e na afirmação da “Nova Cultura”. Ademais, em todas estas lutas emerge uma vanguarda social formada por lideranças espontâneas que surgem em todos os processos de luta localizadas, setoriais e temáticas. Mas, se esta vanguarda social não tiver um acompanhamento da vanguarda política, dificilmente evoluirá em sua consciência política, podendo tanto ser cooptada pelas forças hegemônicas, como restringir sua luta a reivindicações locais e corporativas. Nosso papel é estar presente, realizando uma fusão entre a vanguarda política e a social – tanto para fazer reforçar a luta de nosso povo para obter conquistas parciais, como para avançar em sua consciência socialista.

### **O produzir e o re-produzir do programa da “Nova Cultura Política”**

67. Para avançar na luta política e cultural, é preciso construir, apresentar e defender o programa da “Nova Cultura Política”, que deve ser de combate à velha cultura. Este é um programa cultural no sentido amplo, portanto, político, econômico, social e cultural. É, assim, material e ideológico - é discurso e prática. Do ponto de vista mais amplo, a base deste programa é o Programa Democrático e Popular. Um programa anti-imperialista, anti-monopolista, anti-latifundiário, democrático radical, ecossocialista e de combate a todo tipo de opressão. Um programa de transição ao socialismo, porque é um instrumento para abrir caminhos em sua direção. E que deve ser apresentado em conjunto com a propaganda do socialismo porque, na luta cultural e política anti-capitalista, é necessário construir uma corrente de pensamento socialista na sociedade. Um programa que tem o objetivo de acumular forças políticas e culturais com vistas à conquista do poder político revolucionário. Um programa e uma tática que trabalham para viabilizar a unidade dos movimentos sindicais e populares combativos para construir a Resistência Indígena, Negra, Feminista, Ecossocialista e Popular e fazer a oposição programática de esquerda aos governos Dilma-PT-aliados, aos governos estaduais e municipais e à oposição conservadora capitaneada pelo PSDB-DEMO. Um programa que orienta a luta de massas, no seu atual estágio de consciência de classe, para avançar nas suas conquistas – não somente materiais, mas também intelectuais e coletivas. Ou seja, especialmente naquilo que diz respeito à sua capacidade de luta e organização por uma nova era civilizatória – e esta é, de fato, a principal conquista que devemos buscar em todas as lutas.

68. Mas, por outro lado, a luta por uma nova cultura não é somente um programa geral. São também programas e plataformas de lutas específicas, voltadas para setores sociais diversos. A luta de classes não é somente luta econômica. Ela se faz presente em todas as lutas dos oprimidos sob o capitalismo e o estado burguês. Está na luta salarial, por saúde, ambiental, dos camponeses, dos sem teto, dos povos indígenas, dos negros e negras, das mulheres, do movimento LGBT, da juventude, dos estudantes, dos idosos, das crianças e adolescentes, dos portadores de deficiência, contra o trabalho escravo e tantos outros. Está na luta nacional anti-imperialista, pela democratização da comunicação, no internacionalismo e na solidariedade entre os povos e no resgate da memória dos resistentes contra a ditadura.

69. Mas a cultura burguesa também age sobre estas lutas, procurando fragmentá-las. Procurando mantê-las apenas como lutas “setoriais”. Ou canalizá-las, como melhorias e reformas parciais, dentro dos limites do capitalismo em geral e do capitalismo na forma atual. Contra isto, nossa perspectiva deve ser a de articular a luta particular com a geral, a local com a global, a setorial com a de classe, a corporativa com a emancipadora, reforma com revolução. Mas este processo de construção programática se dá na relação permanente com as massas. É assim, um produzir e re-produzir criativo junto ao povo. Só assim, podemos obter conquistas imediatas e/ou parciais e avançar na construção da “Nova Cultura” nos movimentos e na sociedade.

### **Nova Cultura Política significa Nova Práxis**

70. A práxis revolucionária requer lutas concretas, capazes de mobilizar o povo (pois, sem luta, nem há conquistas básicas, nem há educação política: nem do povo, nem da vanguarda

social, nem da vanguarda política) e a sinalização permanente para o horizonte da utopia socialista. Pois entendemos utopia não como uma quimera ou palavra solta nos discursos. Mas, como o lugar que realmente buscamos. Que ainda não existe, mas que é necessário e possível de ser conquistado.

71. Contra as ideologias do individualismo, do consumismo, do ceticismo e do niilismo presentes na cultura das massas, temos a utopia da emancipação humano-universal, tendo como sujeito os que vivem do trabalho (que é um sujeito multifacetado, com suas características de gênero, raça, etnias e outras) e sendo conquistada através de uma práxis revolucionária.

72. Além disso, “Nova Cultura Política” não é somente um programa de objetivos a conquistar e uma nova plataforma de lutas imediatas a defender. É isto, mas também uma prática política coerente com este programa e esta plataforma. Nova Cultura, significa novas práticas, ou seja, uma práxis que, conscientemente, enfrente a cultura burguesa naquilo como ela se manifesta no seio do povo, nos movimentos sociais organizados e nas próprias organizações de esquerda, socialistas e revolucionárias.

73. Pois o velho também está presente nas organizações operárias, camponesas, populares, socialistas, comunistas, reformistas e revolucionárias. Individualismo, autoritarismo, mandonismo, pragmatismo, oportunismo, interesses pessoais acima dos coletivos, personalismo, desrespeito à própria democracia, representantes/dirigentes que se autonomizam em relação às bases, empreguismo – cooptação via empregos e cargos, briga por status e prestígio pessoal, prática política de fato liberal, falta de disciplina política, práticas machistas, racistas e homofóbicas, falta de solidariedade, fraudes, corrupção. Infelizmente, em graus e combinações diferenciadas, são práticas políticas negativas que continuam presentes em muitos movimentos, coletivos, partidos de esquerda e correntes comunistas. E, sendo obstáculos para a construção de uma Nova Cultura Política, precisam ser enfrentados.

74. Nova Cultura é, portanto, uma práxis de crítica e auto-crítica. Da disputa política e da luta ideológica fraterna, mas necessária e indispensável. Exige o papel da crítica, da criatividade, da transparência, do espírito de iniciativa e da democracia verdadeira em nossas organizações e movimentos.

75. Hoje, o que vemos, inclusive no PSOL, é um tipo de democracia sem muitas diferenças da democracia liberal representativa, típica do regime e da cultura burguesa. Onde a maioria dos filiados do partido não sabe o que está acontecendo (o que está em jogo) e são chamados a votar em plenárias de meia hora de duração. Mas nada decidem. Apenas votam naquelas lideranças que serão, de fato, quem vai decidir.

76. Portanto, a palavra-chave da luta por uma Nova Cultura Política é a práxis contra-hegemônica. Práxis! Ou seja, nem a prática pragmática, com vistas a fins imediatos desligados de uma estratégia; nem o trefismo de quem obedece porque alguém manda ou dá um cargo ou emprego; nem o doutrinário teórico e dogmático. Mas uma prática generosa, que segue uma utopia, mas orientada de modo consciente, planejado racionalmente de modo orgânico, e cheio de paixão e fervor combativo. Uma prática de vanguarda, de intelectual coletivo.

### **As dificuldades da luta por uma nova cultura - Nova Cultura significa nova hegemonia**

77. Esta não é uma luta fácil. Pois, mesmo num espaço político delimitado socialmente ou geograficamente, estaremos sempre enfrentando todo o bloco de poder. Ou seja, a superestrutura ideológica, o poder econômico e a coerção do estado. Tanto em termos locais, setoriais, nacionais e globais – pois não esqueçamos que vivemos o período da globalização imperialista e crise estrutural do capitalismo. Período no qual, o sistema do capital busca saídas que são regressivas, retrógradas e nitidamente reacionárias.

78. Portanto, rigorosamente falando, é necessário, possível e indispensável fortalecer uma Nova Cultura Política. Mas não é possível consolidá-la definitivamente apenas num setor da sociedade, cercado de cultura burguesa e tradicional-conservadora por todos os lados. A consolidação de uma nova cultura política revolucionária requer uma ampla luta e unidade dos

setores populares e da esquerda, numa luta de milhões. Significa uma prática de vanguarda, de intelectual coletivo. Nova Cultura significa Nova Hegemonia. E Nova Hegemonia, rigorosamente falando, requer não somente o predomínio de novas idéias, mas também a conquista do poder de estado e a socialização dos meios de produção. A Nova Hegemonia começa a ser construída hoje, mas só se efetiva a partir da conquista do poder de estado e a socialização dos meios de produção.

79. Ademais, toda novidade cultural, produção ou cultura política transformadora, precisa ser ampliada, reforçada, organizada, teorizada e consolidada. Pois sempre será disputada pela hegemonia burguesa existente. Pelo capital, pelo estado e pelas idéias predominantes. Mercantilização, através da indústria cultural, cooptação material, persuasão, sedução e coerção – senão com o uso explícito da violência, no mínimo através do fechamento de espaços para os indesejáveis. E o risco do “transformismo”, da decapitação intelectual-ideológica de militantes e coletivos, o que hoje é muito presente.

80. Construir a nova hegemonia não significa procurar novidades e modas. Não é inventar sistemas idealistas, afastados da realidade. Pois mesmo a utopia nasce e só tem força espiritual e social se existe e persiste como crítica da realidade existente. E esta é sua base e são suas raízes reais. Construir a nova cultura e a nova hegemonia significa encontrar na vida material e na ideologia das massas populares aqueles elementos de insatisfação, de crítica, de protesto, de rebeldia, de resistência, de contestação, de utopia. Aquilo que, mesmo sendo localizado pode crescer. Aquilo que é latente ou emergente, mas pode avançar. Do grau mais simples e de racionalidade superficial ao mais elaborado e consistente de consciência de classe revolucionária. Pois, mesmo numa conjuntura difícil como a que enfrentamos, todos estes elementos podem ser encontrados.

### **Cultura, acúmulo de forças e ruptura revolucionária**

81. A luta cultural é fundamental no processo de acúmulo prolongado de forças com vistas à conquista do poder. Processo que passa hoje por uma “Guerra de Posição” que precisa levar, estrategicamente, ao momento de “Guerra de Movimento” - de amplo confronto de forças, que pode levar à conquista do poder, através de uma ruptura revolucionária, ou a uma contra-revolução. A “Guerra de Posição” é um processo complexo que vai da luta econômica por melhores condições de vida material; a luta por reformas sociais e políticas; a luta contra as discriminações de todo tipo; a luta ambientalista; a luta nacional anti-imperialista; pelas reformas urbana e agrária antilatifundiária; dos povos indígenas, dos negros, das mulheres e LGBTs. É, portanto, um processo diferenciado e combinado de luta econômica, social, política e cultural. De luta pela igualdade e respeito às diferenças. Mas que luta para acabar com as diferenças de classe. Que combina ações amplas e guerra subterrânea. Que usa a agitação, a propaganda e o marketing político-eleitoral e a luta teórica e os conhecimentos científicos. Que precisa ser, principalmente, desenvolvida na sociedade civil mas, também, por dentro de instituições estatais, sempre numa estratégia de reforçar o movimento social das massas populares.

82. Pois, é na sociedade civil onde os oprimidos tem melhores condições de acumular forças, lutando, praticando a luta coletivamente, aprendendo com a luta: de modo independente e autônomo dos grupos dominantes – mas que só avançará revolucionariamente se estiver em contato, interação, intercâmbio com uma vanguarda revolucionária igualmente presente dentro de suas lutas, ajudando a organizá-las e a elevar seu nível de consciência de classe. E só a força organizada do povo trabalhador, do modo mais livre possível, fora do aparelho do estado, é capaz de garantir uma nova correlação de forças em condições de derrotar o regime e o estado burguês através de uma ruptura revolucionária.

83. É um processo complexo de avanço na consciência política dos trabalhadores. Um processo que passa por vários momentos. Não como etapas em tempos cronológicos, mas como movimento da consciência de classe em si para a de classe para si: consciente de sua situação de classe dominada e das suas condições de emancipação de classe e, com esta, de toda a



humanidade. Que passa por vários momentos das relações de força: um momento de relações essencialmente objetivas (como as classes e setores sociais estão objetivamente presentes na base econômica da sociedade); do momento da luta econômico-material-corporativa; do momento da luta política que ainda reconhece a legitimidade do estado burguês - onde o reformismo e o melhorismo dão a tônica e quando a racionalidade pragmática dos trabalhadores se manifesta como consciência contingente e prevalece sobre uma racionalidade de valores ideológico-culturais e transformadores, e sobre uma racionalidade profunda e estratégica (mais característica de uma consciência de classe revolucionária).

84. Finalmente, o momento da luta política pela conquista do poder, momento de consciência fortemente motivada por valores ideológicos e perspectiva estratégica. Este último é o ambiente da Guerra de Movimento, do confronto geral de forças, e também o momento onde se coloca a consciência mais ampla da necessidade da luta político-militar – pois a burguesia sempre mobiliza todos os recursos de violência de que dispõe para massacrar a vontade política da maioria, quando esta contesta seu Bloco de Poder com perspectiva de vitória. É o grande momento no qual se pretende uma grande mudança na correlação de forças e quando ocorrem fortes transformações na consciência e em práticas político-culturais novas e revolucionárias. Momento maior de fusão da razão com a paixão e da unidade entre vanguarda e massas populares. Momento chave da práxis, da ampliação radical da consciência de classe revolucionária e da Nova Cultura em construção.

85. Mas isto só pode acontecer se existe uma força político-partidária predisposta, que começa a ser construída antecipadamente. Por isso, a necessidade de atuarmos nos três eixos organizativos: a APS, o PSOL e as organizações populares.

### **A luta por uma Nova Cultura após a conquista do poder de estado**

86. Não há como consolidar uma nova cultura sem conquistar o poder político e promover a apropriação socialista dos meios de produção. Mas isto não basta. A luta continua após a conquista do poder político, quando o elemento cultural assumirá um papel relativamente ainda mais importante para que se possa derrotar e superar todas as heranças das sociedades de classe. Portanto, é necessário um processo de revolução cultural, que começa antes da conquista do poder de estado e continua depois.

87. A transição socialista enfrenta sempre muitas adversidades. A conquista do poder pelos trabalhadores representa uma alteração radical da correlação de forças. Com ela, se organiza uma nova democracia: há uma inversão na posição de classe que detém o monopólio legal do uso da força e o início da socialização da produção a partir dos grandes meios de produção.

88. O momento da ruptura revolucionária é uma grande Guerra de Movimento, que é precedida da Guerra de Posição. Mas, necessariamente, é seguida da continuidade da Guerra de Posição para levar adiante, com base num regime de verdadeira democracia do povo (o Poder Popular), a transição à sociedade sem qualquer opressão, seja de classe, gênero, raça e etnia, religião, partido e todas as outras opressões presentes, assim como todas as práticas culturais negativas como as que já citamos. Além disso, uma nova cultura também se realiza em relação ao meio ambiente. Uma sociedade sem propriedade privada, sem estado e sem classes – o comunismo - que é também uma sociedade multicultural e pluriétnica, onde a diversidade estará assentada na igualdade social e onde a humanidade vive de modo integral, omnilateral, com o meio ambiente.

89. A conquista revolucionária do poder político é um momento indispensável, que aumenta grandemente o potencial socialista. Mas ainda dentro de limites: econômicos, políticos, culturais e de experiência com uma verdadeira democracia. Além disso, há o cerco internacional do imperialismo globalizado. A construção do socialismo começa, mas não tem condições de se concluir num só país. O processo de revolução dos povos é desigual, dessincronizado, desequilibrado e, nem sempre, combinado. A transição é longa e difícil e, para fazer isto com tantos constrangimentos adversos, a luta permanente por uma “Nova Cultura Política” é um dos

elementos-chave – e desde antes da conquista do poder. Daí porque, como já destacamos, há a necessidade de construção, desde já, de uma concepção político-partidária que atenda tanto a necessidade de cumprir o papel de vanguarda como o de massas (ampla internamente e com significativa base geral de massas). Na nossa realidade atual, isto só pode ser cumprido com a combinação da construção da APS como corrente comunista revolucionária e do PSOL como partido socialista de massas.

### **De volta ao papel da vanguarda**

90. A luta por uma Nova Cultura Política se faz dentro de condições objetivas e subjetivas gerais. Mas nunca se realizará sem a luta das massas populares e sem a vontade de indivíduos com forte motivação ideológica e com uma compreensão racional da realidade – e que estejam coletivamente organizados para enfrentar e transformar estas condições. Daí, a necessidade histórica e atual da ação coletiva da vanguarda político-ideológica. Daí também a importância que a APS tem hoje. Da necessidade de revermos nossa práxis, identificando e lutando para transformar a cultura política também dentro de nós mesmos como coletivo.

91. Finalmente, para nossa ação de massas não se submeter à lógica da cultura burguesa, e de políticas eminentemente defensivas, que não enxergam e não investem em todo o potencial hoje presente em nossa realidade sócio-cultural, é preciso saber olhar e investigar a realidade.

92. Gramsci, ao falar da importância do fator subjetivo na análise das situações (objetivas e subjetivas) disse que só quem deseja fortemente encontra o que procura, pois a paixão ilumina o intelecto. Portanto, se não devemos ser voluntaristas nem ultra-esquerdistas, também não podemos abdicar da compreensão de que a vontade política é um elemento fundamental para nossa ação. Sem vontade política coletiva e individual, nada será construído revolucionariamente. Pois somos coletivos, mas também somos indivíduos militantes que tem um papel na história. Indivíduos sem vontade política de superar as dificuldades, que sucumbem a ela, que acabam se adaptando a estas dificuldades, não conseguirão construir um coletivo com vontade política de superação. E um coletivo sem esta vontade política será sempre um constrangimento, um obstáculo político e ideológico para a elevação da militância a uma práxis de superação. Ou seja, para uma ação cultural radicalmente transformadora, não somente da sociedade, mas inclusive de nossos próprios coletivos (como a APS e o PSOL) e de nós mesmos como indivíduos-militantes-coletivos.

93. Este é o legado de nossa corrente, nossa herança e nossa tradição, que hoje precisa enfrentar concepções e práticas adaptacionistas e organicamente diluidoras. Pois nossa ideologia também vai se formando a partir da maneira como nos organizamos e agimos. Dificilmente podemos construir uma cultura política avançada, emancipadora, não individualista, se nosso coletivo não age coletivamente e não produz coletivamente. Precisamos sempre compreender as realidades concretas, atualizar nossa política e nossas formas de organização. Mas não podemos nos “adaptar” a esta realidade fragmentada e optarmos pela diluição política e ideológica.

94. Por tudo isto, quando olhamos para a vida social, é preciso investigar não só o que é normal (hegemônico), mas também o que pode não ser normal. O que não é aceito, mesmo que momentaneamente. A resistência e a contestação residual, latente, embrionária ou emergente.

95. Um bom estudo de uma cultura política onde estamos inseridos, para ser mais consistente e capaz de orientar nossa ação de classe emancipadora e universalizante, não deve ser fragmentado, ou seja, limitado à descrição e à análise dos dados, sempre limitados, localizados e setorializados. Precisa ser analisado em conjunto com uma concepção sobre os elementos fundamentais da estrutura e superestrutura da sociedade. De uma teoria. E o marxismo, o materialismo histórico e dialético, continua sendo o nosso grande guia geral para compreender e agir revolucionariamente na realidade. Evidentemente, devemos nos relacionar com o marxismo de modo crítico e criativo e adequado à nossa realidade nacional e ao contexto internacional. É preciso, portanto, aprofundarmos nosso conhecimento do marxismo.

96. Portanto, nosso papel, como vanguarda política e ideológica, é fazer a formação política, estudar a teoria e a realidade para identificar os elementos mais avançados e as raízes reais da utopia. E contribuir para o crescimento e elevação das lutas e dos lutadores. Mas, só conseguiremos fazer isto se estivermos dentro das lutas. Não somente como apoiadores, mas como lutadores dentro das lutas. Por isso, a necessidade atual de implementarmos os três eixos organizativos de nossa ação, na construção partidária e na linha de massas: a APS como corrente comunista organizada; o PSOL como partido socialista de massas; e as organizações populares – indispensáveis para o acúmulo estratégico.

97. E esta é a base sobre a qual podemos identificar as raízes reais da utopia socialista e os meios de conquistá-la. Ousando Lutar, Venceremos! Superaremos as dificuldades e, com o povo trabalhador e os oprimidos, construiremos uma Nova Era civilizatória, comunista.

### **Avançar a ação política e organização do PSOL**

98. Para que o PSOL avance no rumo de ser um partido socialista, democrático e de massas é preciso que ele melhore em todas as frentes. Será um processo difícil onde não basta “mudar a direção”. É preciso criar condições de filiação politizada, em que haja limites que impeçam a entrada de políticos profissionais oportunistas e um esforço para colocar os setoriais em funcionamento estimulando a militância. A realização efetiva de campanhas que sejam prioridades e mobilizem o partido em todo o país em torno delas. A democratização real das instâncias, a começar pelas direções nacional, estaduais e municipais. Um esforço para reduzir a dinâmica de partido de frente e federativo e para unificação na ação. Um avanço na elaboração programática e na formação política, para o que da Fundação Lauro Campos pode contribuir muito. Mas a FLC também precisa ter um funcionamento mais democratizado e menos instrumentalizado. É preciso agilidade na tomada de posições e sua atualização na conjuntura e diante dos fatos mais importantes, assim como na comunicação destas políticas do partido a militância para fora. Mas, sem pretensões de unificação burocrática naquilo que não houver acúmulo para isto, especialmente na ação nos movimentos. Mas, nas campanhas eleitorais e alianças, onde o partido fica necessariamente ainda mais exposto, tem que haver obediência às políticas de aliança, questões programáticas fundamentais e candidaturas.

### **APS: legado, crise e luta pela superação**

99. A APS (e nossas organizações anteriores, Força Socialista e MCR) tem tido uma importância fundamental na resistência dos socialistas revolucionários à grande onda social-liberal que vem se abatendo sobre a esquerda. Este é um forte legado ao lado de formulações estratégicas consistentes que sempre deram prioridade à nossa ação de massas. Mas, a crise de missão histórica que vivemos no último período está perpassada por divergências que nem sempre foram expostas de modo politizado e transparente. Nosso legado estratégico ficou questionado. Nossa crise levantou problemas importantes: Qual o papel da APS no acúmulo prolongado de forças para a revolução socialista? Não podíamos continuar como uma corrente que se dividia entre uma resistência de esquerda e um adaptacionismo tacanho aos “novos tempos” difíceis.

100. Esta crise não é uma novidade nascida em nossa vida no PSOL. Pois, no PT, pelo menos a partir do governo Lula, também passamos por fortes tensionamentos. As circunstâncias gerais da esquerda, os desafios da conjuntura e nossa inserção no PSOL - com todas as dificuldades e impasses que estamos enfrentando - só evidenciaram e agravaram a crise. A APS vinha deixando de ser uma corrente organizada que, coletiva e racionalmente, busca analisar a realidade e intervir nela para viabilizar seu objetivo histórico concreto, a revolução socialista. Disso decorreram diversos problemas, a saber: Várias fragmentações: de movimentos, regionais, parlamentares etc. Em grande parte, estas fragmentações foram marcadas por a) forte taticismo e institucionalismo, ignorando ou subvalorizando questões concretas postas para a organização do povo e o acúmulo de forças para o socialismo; b) Adesão a perspectivas “desenvolvimentistas

burguesas”, cujo caso mais nítido é a recente crise que tivemos sobre as movimentações políticas e eleitorais no Amapá. Mas que, a cada dia, passou a ter não só a aceitação, mas também a defesa da maioria da ex-CNAPS; c) Concepção diluidora da própria corrente, com variadas implicações em nossas relações no PSOL, no movimento social e na política de alianças e processos eleitorais; d) A crise refletiu, portanto, as nossas dificuldades em buscarmos respostas às novas questões postas a partir do governo Lula e da estabilização da hegemonia política burguesa no Brasil, que tem o PT e aliados - na institucionalidade estatal e nos movimentos sociais - como principais instrumentos de sua legitimação junto ao povo.

101. Assim, o V ENAPS delibera que as novas respostas que precisamos não devem significar o abandono de nossas formulações estratégicas, mas sim uma atualização consistente à luz das novas circunstâncias históricas de agravamento da crise estrutural do capitalismo e das condições econômicas, políticas, sociais e culturais do Brasil, levando-se em consideração a sua inserção internacional. Para isto, o V ENAPS apresenta Resoluções atualizadas sobre Socialismo, Estratégia, Crise Mundial, Conjuntura Nacional, Tática e Cultura Política, Hegemonia e Construção Partidária.

### **Organizar nossa ação nos movimentos sociais**

102. Entendemos que a reorganização do movimento sindical e popular na perspectiva da luta pelo socialismo é um projeto em construção. A conjuntura demonstra uma disposição maior de luta do povo trabalhador, porém existem limitações que dificultam sua generalização e unificação. Entre elas, as divisões no sindicalismo combativo que tem trazido dificuldades para a construção de uma central sindical e popular unitária. A divisão do CONCLAT expressou esta dificuldade. É preciso um esforço para superar esta situação; superando os sectarismos; e lutando por sindicatos únicos e por um sindicalismo anticapitalista, classista, combativo e democrático; defendendo a unidade; e construindo as condições para ter todos os setores combativos numa única central sindical e popular. Por outro lado, o trabalho de juventude da corrente vem se enfraquecendo e o movimento popular e outros setoriais estão sem apoio. O V ENAPS resolve que, a partir de agora, a CNAPS precisa retomar o acompanhamento de perto de toda nossa ação militante nos movimentos, de modo a politizar melhor nossas resoluções; aprofundar nossa democracia e nossa unidade; potencializar nossa ação nos movimentos; reconduzindo a ação no movimento social como nossa prioridade em relação à ação institucional, mas sem contradição com a construção do PSOL.

### **O Perfil e Funcionamento da APS (síntese)**

103. Como diz nosso Perfil e Funcionamento (P&F), a APS deve continuar sendo “formada por militantes que se reivindicam comunistas e/ou por lutadores sociais – que se batem contra o capitalismo e se dispõem a lutar pela transformação socialista da sociedade. Dos/das integrantes da APS se exige a participação num trabalho político, preferencialmente num movimento social, orientada pelas diretrizes da corrente”. Atualizando este perfil, consideramos que todo militante da APS deve ser filiado ao PSOL e se integrar em sua vida.

104. “É condição para ingresso na *Ação Popular Socialista*, a concordância com os objetivos históricos, com as diretrizes políticas gerais da corrente e com as normas de Perfil e Funcionamento e outros documentos, eventualmente, recomendados para leitura e debate pela Coordenação Nacional. São critérios para militância na *Ação Popular Socialista*, além do engajamento cotidiano nas lutas, a contribuição para sustentação material das atividades da corrente, através de cotização regular a concordância formal e a aplicação prática do contrato ético-político-ideológico expresso em nossas diretrizes do Perfil e Funcionamento” aprovado no I ENAPS e atualizado neste V ENAPS.

105. Como também dizemos no P&F, o funcionamento da APS “só se justifica se for democrático. Isso supõe, entre outras coisas: a) atividades regulares de seus fóruns internos; b) convocação de todos os respectivos integrantes para as reuniões dos fóruns e organismos

internos; c) garantia de debate organizado, fraterno, transparente, com direito a expressão de todos, incluindo o necessário respeito aos diversos pontos de vista. A garantia de um tal funcionamento depende do esforço e participação de todos, especialmente das coordenações. As posições da *Ação Popular Socialista* são aquelas definidas por maioria nos seus fóruns legítimos e democráticos. Os militantes da tendência consideram que essas decisões, independentemente ou não de haver controvérsia, são opções por determinada diretriz, linha ou encaminhamento políticos a ter prioridade para ser testada na prática. Não necessariamente são expressões da verdade. Razão pela qual os integrantes da tendência têm acordado entre si que: a) deve existir o mais amplo direito de expor internamente suas posições; b) que as decisões majoritárias da corrente, são levadas à prática, leal e disciplinadamente por todos c) e que se manterão sempre abertos a mudar de posição, a partir de uma reavaliação coletiva e organizada, diante daquilo que a prática mostrar ser incorreto”.

106. Por isso, é preciso garantir a aplicação de nossas concepções da corrente e do PSOL (e do papel geral de cada um), assim como dos critérios de militância e as questões concretas político-organizativas, sempre na perspectiva de democracia e unidade na ação. Funcionamento regular dos coletivos, com discussão, orientação política ampla e regular em seu raio de ação e planejamento; Formação Política; Comunicação; Contribuição financeira militante, inclusive dos mandatos e assessorias (de acordo com as concepções expressas no texto “Mandato Socialista” de autoria do camarada Genildo Batista).

### **O V ENAPS reafirma o legado dos princípios estratégicos e da democracia socialista**

107. O V Encontro Nacional da APS se realizou em alto nível, debatendo toda a pauta política prevista e em clima de forte animação ideológica e fraternidade. As resoluções aprovadas são um ponto de partida consistente para armar nossa militância diante dos enfrentamentos da atual quadratura histórica. Reafirmamos o legado de nossos princípios estratégicos de luta pelo socialismo e de democracia socialista em nossa corrente.

108. Entretanto, desde 2007, nossa corrente experimentou um processo bastante significativo de desfiguração política e de seus métodos. Ao longo desse período, parte de nossos dirigentes patrocinou um constante processo de abandono de nossas tradições históricas e de subordinação de nossos princípios a uma lógica institucionalista e eleitoral e burocratização dos métodos de direção, que causaram estranhamento e desconforto na maioria esmagadora da corrente.

109. No período final de preparação do V ENAPS e no dia no seu início, houve uma tentativa de desvirtuamento de nosso legado e nossa democracia interna. Resolvemos, então, instalar o V ENAPS na data e no local que tinha sido prévia e consensualmente determinado (Auditório da CNTE, em Brasília). E os/as companheiros da maioria da ex-CNAPS não compareceram, preferindo formar uma dissidência que se reuniu em outro local. Já os/as companheiros/as que assinaram a tese conhecida como o “Manifesto”, resolveram não participar do Encontro e nem da reunião paralela citada.

110. Presente em 19 estados da federação, a APS tem em seu DNA a marca indelével da luta revolucionária. Nada, nem mesmo uma cisão, vai macular esse histórico, que reivindicamos por inteiro.

111. A participação de 24 de um total de 44 delegados eleitos em 11 dos 16 estados onde a APS tem coletivos (BA, DF, ES, MA, MG, PA, PB, PI, PR, RJ e RN); de 35 observadoras/es de diversos estados (inclusive AM, MS, SP, RS e GO); além de assinaturas de apoio às teses aprovadas por militantes de todos os 19 estados onde a APS tem militância - demonstram, de forma inequívoca, que a maioria da APS comunga das teses aprovadas no V ENAPS e quer reconduzir a corrente aos métodos democráticos e à política revolucionária.

112. Nenhuma dissidência entre comunistas e revolucionários é positiva. Lamentamos a cisão. Fizemos todos os esforços possíveis para evita-la. Mas entendemos o atual momento como uma consequência inescapável de divergências políticas que se consolidaram no último período. E saímos do V ENAPS revigorados e cada vez mais dispostos a, junto com o povo brasileiro - e

iluminados pela tradição de luta pela liberdade que marcou a nossa resistência ancestral indígena, quilombola e popular - construir a contra-hegemonia revolucionária e socialista.

### **Uma Nova Era de Luta por uma Nova Era Vital**

113. A crise mundial, como vimos, ressalta a atualidade do lema “Socialismo ou Barbárie”. Nesta contradição, nós estamos no lado da esperança e lutando por ele: o socialismo! O ano de 2012, de acordo com as profecias Maias é o fim de um tempo. Vamos entendê-lo, como os Maias, não como um apocalipse, mas como o fim de um ciclo e início de uma Nova Era. E que todo o rebuliço social, político e cultural de origem popular, com maior ou menor sentido anti-capitalista, com potencial reformista radical ou revolucionário, que assistimos e participamos em 2011 e 2012, esteja sendo um prenúncio desta Nova Era.

### **Coordenação Nacional da APS eleita no V ENAPS**

Efetivas/os: Brice Bragato (ES), Cleuza Faustino (MG), Conceição Holanda (PA), Fernando Carneiro (PA), Gerson Rodrigues (PA), Gesa Correia (RJ), Hamilton Assis (BA), Jorge Almeida (BA), Luix Costa (RS), Lujan Miranda (ES), Moacir Lopes (PR), Pedro Paulo (SP), Rita Lima (ES), Rogério Ferreira (BA), Zilmar Alverita (BA).

Suplentes: Eliziário Andrade (BA), Regininha Silva (PA), Valdeny Barros (MA), Luis Papa (BA), Nelson Jr (PB), Carlão Roberto (DF), Marcio Paiva (RN), Ana Cristina Veras (PI), Eloi Borges (PA), Carlão Pereira (ES), Marcos Soares (PA).

**Dedicamos nosso V ENAPS à memória e exemplo do camarada Genildo Batista, eterno inspirador de nossas energias revolucionárias.**

**E a Wanderley Costa (Derley), camarada na Ala Vermelha e no MCR, ferroviário carioca, solidário e lutador do povo.**

**À luta camaradas!**

**Viva os 512 anos de resistência, indígena, negra, feminista, popular, ecossocialista e contra todas as formas de opressão!**

**V Encontro Nacional da Ação Popular Socialista (V ENAPS)  
Auditório da CNTE, Brasília, 4 a 6 de maio de 2012**

**A crise é profunda. Mas o sol é dourado, o futuro é radiante  
e o Horizonte é Vermelho!**

**Ousando Lutar, Venceremos!**

## **Resolução sobre reorganização do Movimento Sindical e Popular**

### **O Vº Encontro Nacional da APS, compreende que:**

A luta sindical e popular é uma trincheira de luta econômica, política, ideológica e cultural dos trabalhadores e trabalhadoras, com toda sua diversidade e realidade social.

1. Esta luta deve estar voltada, de forma permanente, para o fortalecimento das organizações, para a educação política, reivindicações e luta por condições dignas de vida do povo, na perspectiva de construção do socialismo.
2. A APS envidou todos os esforços para criar as condições de unificação dos trabalhadores e trabalhadoras, do campo e da cidade, oriundos do movimento sindical e do movimento popular combativo, em uma CENTRAL autônoma e independente dos patrões, do governo e dos partidos.
3. A Unidade da Classe trabalhadora é um valor estratégico e constitui uma das principais tarefas da APS e do PSOL na perspectiva de superar a fragmentação que tomou conta dos movimentos sociais.
4. O desfecho do CONCLAT, incluindo as negociações posteriores, é uma derrota para classe trabalhadora. A fragmentação e instabilidade em todas as alternativas do campo combativo existentes é uma questão estratégica importante e precisamos incidir unitariamente para a superação deste quadro.
5. Consideramos estratégica a criação de uma Central Classista e Unitária para unificar a luta da classe frente aos ataques do capital, materializados nas ações patronais e governamentais, entendendo que a unificação, organização, mobilização e luta dos trabalhadores e trabalhadoras permanecem urgentes e necessárias.

### **O Vº ENAPS decide:**

1. Reafirmar a concepção de central ampla, plural, classista, democrática, solidária, internacionalista, que tenha a unidade como valor estratégico e desenvolva um sindicalismo a serviço da luta pelo socialismo;
2. Rejeitar a "Central de Partido", qualquer que seja ele, como historicamente temos feito;
3. Reafirmar, também, que a central que iremos construir deve ser sindical e popular, não apenas no nome, mas no envolvimento efetivo dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade (que convencionamos chamar movimento popular urbano e camponês) e na participação dos/das mesmos/mesmas em todas as instâncias e fóruns de deliberação da central;
4. Reafirmar, ainda, que envidará todos os esforços para unidade com todas as forças políticas que participaram do CONCLAT na perspectiva de construção da central unitária dos setores combativos.

### **Fortalecer a Intersindical**

1. Enquanto as condições para unidade das esquerdas que atuam no movimento sindical não estiverem dadas, devemos manter e fortalecer a Intersindical como um instrumento de organização, luta dos setores combativos, fundamental para a nossa intervenção na construção da Central Unitária da Classe trabalhadora;

2. Nesse sentido, a intersindical não pode transformar-se numa Central ou Associação Nacional de Sindicatos e Movimentos Sociais ou qualquer entidade que tenha este caráter e natureza;
3. Para permitir a contribuição regular, criar um Instituto da Intersindical, com CNPJ, autônomo, para viabilizar a ação política e material da Intersindical;
4. Defender que as organizações sindicais e populares, sob nossa orientação devem se filiar a intersindical e contribuir regularmente, com 3% de sua arrecadação líquida para a Intersindical, através do Instituto. Propor à Intersindical que 1,5% destes recursos sejam destinados a organização da Intersindical nos Estados;
5. Sindicatos, oposições sindicais e movimentos populares que não possam contribuir na forma acima, devem encontrar meios alternativos de contribuírem financeiramente;
6. O referido Instituto deve ser composto por todos os setores que reivindicam a Intersindical;
7. O Instituto terá como referência fiscal a sede da Intersindical. Esta deverá ter sede própria separada da sede das correntes;
8. A APS deverá disponibilizar um quadro para tarefas políticas e administrativas da sede nacional da Intersindical;
9. Devemos priorizar a organização da Intersindical na base, em todos os Estados, nas diversas organizações sindicais e populares, inclusive, as organizações nacionais e interestaduais.
10. A Intersindical deve incorporar ao seu nome o termo “Popular”.
11. A Intersindical deve, também, continuar buscando o diálogo com o MAS, ASS, PCB e Consulta Popular na luta real, bem como para o processo de reorganização e reunificação do movimento sindical e popular.
12. Fica convocado o Ativo Sindical e Popular para aprofundar o debate e tomar decisões. Todas as medidas políticas e organizativas para viabilizar o Ativo Sindical e Popular serão definidas pela CNAPS.

### **Fortalecer a Frente de Resistência Urbana e o Movimento Camponês**

Fortalecer a participação de militantes da APS no movimento urbano na Frente Nacional de Resistência Urbana.

### **Quanto a outros espaços mais amplos de unidade e mobilização**

Participar de forma efetiva dos espaços de unidade e ação e fóruns nacionais ou estaduais de mobilizações e luta, buscando ações comuns.